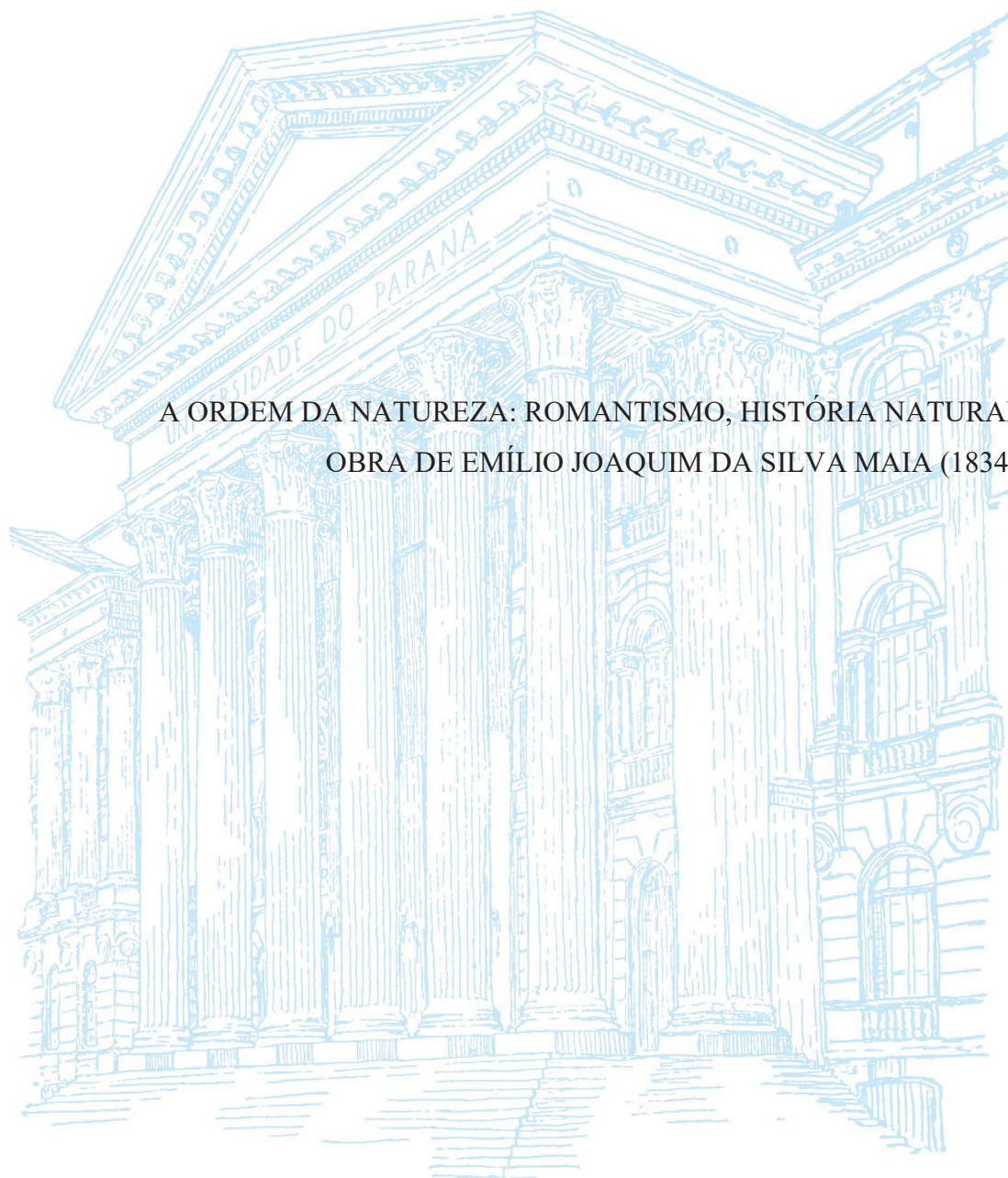


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DIEGO RÉGIO GIACOMASSI

A ORDEM DA NATUREZA: ROMANTISMO, HISTÓRIA NATURAL E MEDICINA NA
OBRA DE EMÍLIO JOAQUIM DA SILVA MAIA (1834-1859)



CURITIBA

2021

DIEGO RÉGIO GIACOMASSI

A ORDEM DA NATUREZA: ROMANTISMO, HISTÓRIA NATURAL E MEDICINA NA
OBRA DE EMÍLIO JOAQUIM DA SILVA MAIA (1834-1859)

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Medeiros Lima

CURITIBA

2021

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Giacomassi, Diego Régio

A ordem da natureza : romantismo, história natural e medicina na obra de Emílio Joaquim da Silva Maia (1834-1859). / Diego Régio Giacomassi. – Curitiba, 2021.

Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Medeiros Lima

1. Maia, Emílio Joaquim da Silva, 1808-1859. 2. Historia natural - Brasil. 3. Médicos brasileiros - História. 4. Intelectuais - Brasil. 5. Medicina - História – Brasil. I. Lima, Carlos A. M. (Alberto Medeiros), 1965-. II. Título.

CDD – 578.0981



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO HISTÓRIA -
40001016009P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **DIEGO REGIO GIACOMASSI** intitulada: **A ordem da natureza: Romantismo, História Natural e Medicina na obra de Emílio Joaquim da Silva Maia (1834-1859)**, sob orientação do Prof. Dr. CARLOS ALBERTO MEDEIROS LIMA, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 27 de Agosto de 2021.

Assinatura Eletrônica

27/08/2021 17:49:20.0

CARLOS ALBERTO MEDEIROS LIMA

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

27/08/2021 17:26:20.0

OTÁVIO LUIZ VIEIRA PINTO

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

30/08/2021 10:06:29.0

KAORI KODAMA

Avaliador Externo (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ)

Em memória de meus avós, Maria José Asinelli Régio
(1931-2018) e Rui Ramos Régio (1928-2020)

AGRADECIMENTOS

À Capes, pela concessão de bolsa para a presente pesquisa.

Ao professor Carlos Alberto Medeiros Lima, pelas conversas e orientações.

Aos membros da banca de qualificação e defesa, pelas análises e sugestões.

Aos meus pais e avós, pelo apoio e suporte.

Ao Tiago e Thais pela companhia e ajuda em vários momentos.

RESUMO

Nesta dissertação buscamos compreender a concepção de natureza na obra de Emílio Joaquim da Silva Maia, assim como, procuramos relacionar seus trabalhos de história natural e medicina com o contexto histórico em que eles foram realizados, marcado este pelo Regresso Conservador. A partir das reflexões de Michel Foucault sobre saber-poder, concebemos que todo discurso científico apresenta relações de poder com as estruturas hegemônicas de seu presente. Com isso, buscamos através das categorias de geração intelectual, trajetória e principais características dos espaços de sociabilidade que nosso autor compôs, para historicizar suas realizações e assim estabelecer relações e afinidades presentes em seu discurso em confluência com as relações de poder do momento. Compreendendo Silva Maia como um mediador cultural entre os saberes estrangeiros e a adaptação destes para a realidade brasileira, para a entender sua concepção sobre natureza, contamos com a contribuição de referências sobre as tradições românticas e ilustradas, as quais predominaram nas obras de nosso autor. Dessa forma, semelhante às tradições relacionadas à economia da natureza desenvolvida nos setecentos, Silva Maia concebe a natureza como ordem divina e hierarquizada a partir de sua percepção de interdependência entre os seres e os ambientes em que vivem. Ideia que para ele representaria equivalentes no mundo social, estando os seres vivos e os homens ligados ontologicamente aos seus lugares de origem, havendo assim um elo orgânico entre os homens e a natureza com as nações.

Palavras-chave: Regresso Conservador; Romantismo; História Natural; Economia da natureza.

ABSTRACT

In this dissertation we seek to understand the conception of nature in the work of Emílio Joaquim da Silva Maia, as well as we seek to relate his works in natural history and medicine with the historical context in which they were carried out, marked by the Conservative Regression. Based on Michel Foucault's reflections on knowledge-power, we conceive that every scientific discourse presents relations with the hegemonic structures of its present. With this, we searched through the categories of intellectual generation, trajectory and main characteristics of the spaces of sociability that our author composed, to historicize his achievements and thus establish relationships and affinities present in his discourse in confluence with the relations of the moment. Understanding Silva Maia as a cultural mediator between foreign knowledge and its adaptation to the Brazilian reality, in order to understand his conception of nature, we count on the contribution of references on romantic and illustrated traditions, which predominated in our author's works. Thus, similar to traditions related to the economy of nature developed in the seventeenth century, Silva Maia conceives nature as a divine and hierarchical order based on his perception of interdependence between beings and the environments in which they live. An idea that for him would represent equivalents in the social world, with living beings and men being ontologically linked to their places of origin, thus having an organic link between men and nature and nations.

Keywords: Conservative Return. Romanticism. Natural history. Economy of nature.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 A HISTÓRIA NATURAL DO PÓS-INDEPENDÊNCIA, SILVA MAIA E O ROMANTISMO BRASILEIRO	11
1.1 O REGRESSO CONSERVADOR E A GERAÇÃO INTELECTUAL DO PÓS-INDEPENDÊNCIA	11
1.2 A SOCIEDADE VELOSIANA E O DR. SILVA MAIA	37
2 A HISTÓRIA NATURAL DO DR. SILVA MAIA, ROMANTISMO E ILUSTRAÇÃO NO SÉCULO XIX	50
2.1 A HISTÓRIA NATURAL ESPECULATIVA.....	50
3 A NATUREZA E SUAS FACETAS: MEDICINA E HISTÓRIA NATURAL NA SOCIEDADE DE MEDICINA DO RIO DE JANEIRO	82
3.1 A NATUREZA COMO SISTEMA: HARMONIA, FINALIDADE E ORDEM NOS MUNDOS NATURAL E SOCIAL	82
3.1.1 A CIRCULAÇÃO DOS ELEMENTOS NO AMBIENTE, CONSERVAÇÃO E REPLANTIO DE ÁRVORES COMO MANEIRA DE COMBATER OS MIASMAS NA CAPITAL IMPERIAL	96
3.2 O ALEITAMENTO MATERNO COMO LEI DIVINA: SILVA MAIA E OS PERIGOS DAS AMAS PARA O FUTURO DA NAÇÃO	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
FONTES	125
REFERÊNCIAS	127

INTRODUÇÃO

Nascido na Bahia em 1808, filho do negociante português Joaquim José Da Silva Maia e D. Joaquina Rosa da Costa, Emílio Joaquim da Silva Maia viveu até seus dezesseis anos em sua terra natal, quando em 1823 foi estudar na Europa. Em 1834, após formar-se em Filosofia por Coimbra (1828) e graduar-se em Ciências Físicas e Medicina pela Faculdade de Paris (1830-1833), voltou definitivamente para o Brasil tornando-se fundador e membro efetivo de muitas instituições científicas localizadas no Rio de Janeiro, onde viveu mais da metade de sua vida.

Sua produção intelectual, elaborada entre 1834 a 1859, ano de sua morte, é bastante abrangente, inclui materiais sobre Medicina, Ciências Naturais, estudos históricos e literatura. Integrante assíduo e fundador de muitas organizações de saberes do Brasil oitocentista, Silva Maia fez parte de uma elite ilustrada de indivíduos que ocupavam os recém-formados centros de saber brasileiros. Dentre os locais mais importantes ocupados por ele, destacamos a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, transformada em Academia Imperial no ano de 1835, o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, o Colégio Imperial Pedro II e o Museu Nacional (GARCIA, 2007, p.72-74).

Representante da intelectualidade presente na Corte, apesar de sua proximidade com a elite política, Silva Maia ficou conhecido, nas palavras do amigo Joaquim Manoel de Macedo (1875, p. 441), por ter “voltado as costas ao mundo político”, não deixando se “arrebatar pelos sonhos de grandeza”, preferindo as sociedades literárias e o estudo das ciências naturais. Dono de um perfil mais intelectual do que político, ele pertence às primeiras gerações de intelectuais do pós-independência brasileiro. Grupo que, segundo Maria Odila da Silva Dias (1968), apresenta semelhanças e continuidades com a mentalidade ilustrada setecentista, principalmente no que diz respeito ao pragmatismo utilitário dos saberes modernos em relação ao mundo natural e seu desenvolvimento econômico.

A história das ciências e da tradição ilustrada no Brasil possui relação direta com as mudanças políticas, culturais e econômicas sofridas por Portugal desde o século XVIII. A formação intelectual dos primeiros brasileiros nos finais dos setecentos esteve associada a uma política de Estado portuguesa que estruturou, sob os auspícios da Coroa e de seus representantes mais diretos, uma rede de informações científicas e administrativas que tinha a finalidade de conhecer os limites físicos e as potencialidades econômicas dos domínios do Império lusitano.

Tendo a ciência como recurso que permitiria, nas palavras de Ângela Domingues (2001, p. 832), “transformar o Novo Mundo à imagem do Velho e, sobretudo, potencializá-lo e

explorá-lo em benefício próprio”, Portugal investiu forças e constituiu uma teia heterogênea de instituições e pessoas dedicadas ao estudo dos recursos naturais de suas colônias. Fruto de uma renovação cultural, composta por ilustrados, administradores, clérigos, militares, civis e até mesmo nativos sob o comando de altos funcionários da Coroa, como Vice-reis e governadores de província, a promoção e difusão do pensamento científico acabou incentivando o desenvolvimento e a propagação das ciências nos domínios coloniais ibéricos, sobretudo na América do Sul (DOMINGUES, A. 2001, p. 824-831).

Sendo o principal objetivo o desenvolvimento econômico do reino, apesar do importante caráter acumulativo de saber e de controle administrativo, a invasão das ideias ilustradas no Império português ocorreu em um contexto de necessidade de fomentar uma renovação na produção de matéria prima para a exploração da metrópole sobre as colônias. A fim de suprimir o déficit na arrecadação de tributos (quinto), além de aumentar sua competitividade na concorrência dos mercados estrangeiros de exportações, a Coroa portuguesa e sua política ilustrada tinham as suas colônias como grandes oportunidades para diversificar e melhorar a sua economia.

Seguindo doutrinas econômicas do período que tinham a agricultura como principal fundamento para a prosperidade de um reino, Portugal manteve em suas colônias a dependência dos produtos manufaturados e privilegiou a produção agrícola nos seus domínios, pois “era com os produtos exóticos e valiosos que vinham das diferentes partes do Império e, particularmente, da América Portuguesa que se procederia ao abastecimento do mercado interno e se dinamizaria o comércio externo” (DOMINGUES, 2001, p. 830-831).

Desse modo, a política de Estado acabou incentivando os estudos dos primeiros brasileiros nas universidades europeias, fomentando e disseminando conteúdos e estudiosos que buscavam potencializar e diversificar a produção de matéria prima no Brasil.

A publicação de memórias patrocinadas pela Coroa, sobretudo a partir de 1770, é fruto de uma política consciente e preocupada em fomentar a produção de matérias-primas para a industrialização de Portugal, em promover um renascimento da agricultura para compensar as oscilações dos rendimentos do quinto, os inconvenientes de um sistema fiscal sobrecarregado e a baixa do preço do açúcar, em virtude da concorrência estrangeira e, sobretudo, a partir do último quartel do século, em aproveitar as novas perspectivas que a conjuntura internacional parecia apresentar para o Brasil em virtude dos desajustes ocasionados pela Revolução Francesa e pelas guerras napoleônicas (SILVA DIAS, 1968, p. 112).

Sendo assim, essa cultura ilustrada de viés econômico e cientificista, a fim de desenvolver o comércio, com a mineração e principalmente a agricultura, foi marcada pela promoção de viagens científicas e a criação de centros de saber inclusive nas próprias colônias.

Tal política de Estado tentou estruturar uma complexa rede de informações que envolviam os diversos cantos do Império Colonial português. Boa parte das informações coletadas sobre os domínios do além-mar eram enviadas para Lisboa, dirigidas principalmente para a Secretaria de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos, assim como para gabinetes do Jardim Botânico, da Academia Real de Ciências e órgãos militares. Esses locais oficiais concentravam os dados das investigações, assim como realizavam experimentos e recebiam amostras resultantes das explorações. Além disso, eram responsáveis por distribuírem instruções e iniciativas científicas para o desenvolvimento e exploração do mundo natural das colônias, apesar de existirem inúmeros exemplos de iniciativas próprias locais espalhadas pelas regiões dominadas (DOMINGUES, A. 2001, p. 827, 828).

Nos moldes das principais potências coloniais do momento, Portugal aproximou-se das formas de organização produzidas por França e Inglaterra, formas essas tecidas por redes em torno de centros científicos que elaboravam e redistribuíam os produtos e conhecimentos pelos impérios coloniais de cada potência (KURY, 2004, p. 111).

Isto posto, a necessidade portuguesa de promover melhorias na produção, sobretudo na questão agrícola de seus domínios, com a adaptação de novas técnicas e ferramentas, aclimação de novas espécies a serem introduzidas, assim como levantamentos da fauna e flora coloniais, exigiu uma política de ilustração para o Brasil¹.

Os esforços científicos da elite luso-brasileira em conhecer a natureza e geografia tropicais tiveram seguimento no contexto do pós-independência. Conhecimentos relacionados à história natural interessados na geografia das plantas e dos animais iniciados desde o século XVIII marcaram presença na América do Sul como um todo, principalmente com os processos de independência e construção dos novos Estados.

A natureza tropical durante o século XIX, além de continuar sendo motivo de interesse político e econômico, passou a ser valorizada como símbolo originário de um nacionalismo em

¹ Sobre os primeiros frutos da referida política portuguesa em nosso território, podemos dizer que as instituições e sociedades científicas criadas nos setecentos tiveram curta duração. O cenário mudaria a partir da chegada da família real ao Brasil juntamente com as mudanças políticas ocorridas durante o século XIX. Segundo Dean (2013, p. 135): “A primeira sociedade científica brasileira realizou reuniões em Salvador em 1759, sob os auspícios do vice-rei, o conde dos Arcos. Foram planejados estudos sobre a agricultura, a flora, a fauna e os minerais, mas se algum deles foi levado adiante, não deixou vestígios”. A Academia Fluminense ou Academia Científica do Rio (1772-1779), fundada na então sede do governo colonial pelo Marquês do Lavradio, tinha o objetivo de promover investigações sobre a natureza brasileira. Mesmo após restaurar um jardim jesuíta e nomear pesquisadores, artistas e botânicos que legaram várias memórias e experiências de introdução de novas espécies vegetais no Brasil, a Academia teve breve existência, sendo vítima da descontinuidade administrativa portuguesa. Dessas experiências incentivadas pelo governo português da segunda metade do século XVIII, tentou-se introduzir em terras brasileiras alguns cultivos de plantas como o fumo da Virgínia, o arroz Carolina, o anil, a cochonilha, o cânhamo, o gengibre e o café (DEAN, 2013, p. 136; SILVA DIAS, 1968, p.112-115).

construção. Dentro das instituições de saber do Estado brasileiro em formação, Silva Maia dedicou-se em tentar compreender as relações entre os aspectos climáticos e geográficos na distribuição e transformação do mundo natural. Pertencente a um seleto grupo letrado, produziu um saber científico condicionado ao contexto político e cultural vivido em nosso país, marcado este por um romantismo nascente cultivado entre as elites empenhadas em construir uma Ordem Monárquica estável (KURY, 1998, p. irreg.).

Assim sendo, a “geração modernizadora” do país recém independente, próxima aos grupos oligárquicos e formada nas universidades europeias, continuou como os seus antecessores preocupada em melhorar a produção agrícola e a exploração de minérios na ex-colônia. Nutrindo uma marcante fé no pensamento científico e assumindo diversas funções burocráticas, políticas e administrativas, esse círculo de letrados do qual Silva Maia fez parte compôs espaços de saber que, associados ao Estado, conferiam poder e distinção social para fomentar ideias sobre o progresso material do país.

Além disso, esses mesmos homens, responsáveis por escrever a história e a memória oficiais, mantiveram entre si a ideologia de que caberia a eles, representantes dos grupos dominantes, civilizar e modernizar o Brasil (ALENCASTRO, 1987, p. 70-72; SILVA DIAS, 1968, p. 150-170; SCHWARCZ, 2015, p. 50).

Apesar de ter exercido uma única vez um cargo político, na Câmara do Rio de Janeiro de 1841 a 1844, a contribuição intelectual de Silva Maia nos recintos de saber mais prestigiados da Corte possui relação com o processo de construção da cultura política brasileira. Simpático a um liberalismo moderado e defensor da conservação da monarquia constitucional, nosso autor atuou nas instituições que compôs ocupando funções administrativas, publicando estudos e fazendo discursos públicos entre os seus pares (GARCIA, 2007, p. 90-92).

Tido como “médico romântico de formação francesa” nas palavras de Ferreira (2004, p. 103) e “herdeiro do Iluminismo” como afirma Kury (1998, p. irreg.), Silva Maia lega em seus escritos um discurso científico articulado ao seu contexto socioeconômico, político e cultural.

Considerando a importância do lugar social do autor para análise de seus trabalhos, compreendemos seus discursos científicos como elementos em que se articulam saber e poder. Ou seja, como Foucault (2018, p. 33-40), entendemos que todo procedimento ou efeito de conhecimento é condicionado a um determinado momento e domínio. Sendo fator indissociável de diversas relações que interagem e induzem comportamentos e discursos, todo saber é produto e também produtor de relações de poder no campo social em que se insere. Nas palavras do próprio autor sobre essas duas categorias:

nada pode figurar como elemento de saber se, por um lado, ele não está conforme um conjunto de regras e de coações características, por exemplo, de tal tipo de discurso científico numa dada época, e se, por outro lado, ele não é dotado de efeitos de coerção ou simplesmente de incitação próprios disso que é válido como científico ou simplesmente racional ou simplesmente recebido de maneira comum etc. Inversamente, nada pode funcionar como mecanismo de poder se ele não se desenvolve segundo procedimentos, instrumentos, meios, objetivos que possam ser validados dentro de sistemas mais ou menos coerentes de saber (FOUCAULT, 2018, p. 34).

Assim, as obras de Silva Maia refletem e produzem relações de poder presentes no contexto do pós-independência brasileiro, o que buscaremos considerar e relacionar nas análises sobre os seus conteúdos.

Integrante de instituições dependentes do patrocínio imperial, dono de um discurso que amplamente tratou de diferentes aspectos da natureza brasileira, buscamos compreender a concepção de natureza na obra de Silva Maia analisando sua contribuição intelectual em relação ao processo de construção do Estado e fortalecimento da Ordem Monárquica. Ordem esta fundada na legitimidade dinástica, a qual dotada de forte senso de estabilidade em consonância com os padrões europeus, tinha para si a ideia de ser uma força civilizatória benéfica para o território em crescente ocupação (PÁDUA, 2009, p. 337).

Tendo Silva Maia contribuído para a autoimagem do Estado monárquico, e sendo ele um ilustrado de formação europeia que passara parte significativa de sua vida fora de seu país, absorvendo conhecimentos e ideias em Portugal e na França, entendemos seus escritos como apropriações da história natural e medicina europeias. Apropriações essas que resultaram, além de conhecimento científico reconhecido para a época, em esforços adequados ao contexto político da consolidação monárquica e dos seus próprios interesses.

Possuindo as fontes diferentes momentos de origem, produzidas de 1834 a 1859, procuramos levar em consideração o contexto do Regresso Conservador (1836-1852) em que elas foram elaboradas. Momento este que após os levantes e revoltas da Regência, com a hegemonia dos Saquaremas no governo do Estado, foi caracterizado pela centralização do poder e pela consolidação monárquica juntamente com a conservação das distinções e hierarquias adquiridas da sociedade colonial escravista. Isso a partir da direção política, moral e intelectual da hegemonia dos Conservadores, empenhada na construção do Estado e consolidação de uma Ordem sobre as forças da Casa (classe senhorial), do mundo do Trabalho (escravizados) e da Desordem (homens livres sem privilégios e acesso ao mundo do governo) (MATTOS, 1987, p. 150-158).

Propondo assim uma análise inspirada na noção crítica de Foucault sobre os efeitos de poder relacionados ao saber científico, o qual busca questionar sobre as formas de conhecimento “a verdade sobre seus efeitos de poder, e o poder sobre seus discursos de verdade” (FOUCAULT, 2018, p. 18), a partir da compreensão do lugar social de Silva Maia, nos empenhamos em apontar um caminho de compreensão composto por diversos fatores que deram condições para que seus discursos fossem aceitos e possuíssem certa positividade em seu meio.

Rejeitando desse modo interpretações científicistas sobre o conhecimento científico moderno, não encarando-o como dogma e tampouco relativizando sua capacidade de produzir verdades verificadas, compreendemos, como Mary Louise Pratt (1999, p. 55-78) e Michel Foucault (1988, p. 100-117), que os avanços científicos da história natural e da medicina europeias estiveram relacionados aos interesses políticos e econômicos dos Estados e das elites comerciais nos séculos XVIII e XIX.

Seja para servirem ao aperfeiçoamento técnico de exploração das metrópoles sobre suas colônias, dar forma a uma consciência europeia imperialista, controlar os domínios físicos e humanos para os Estados, ou servir de elemento de distinção social e afirmação política da ordem burguesa, entendemos que nenhum saber pode ser considerado neutro, descolado dos processos econômicos, sociais e das relações de poder de seu tempo.

Desse modo, compreendendo que o desenvolvimento e o uso dos saberes científicos tiveram relações bastante próximas com as estruturas produtivas e políticas do mundo europeu, no que Foucault chama de um processo de governamentalidade do Estado nas sociedades modernas ocidentais, consideramos os estudos de história natural e medicina do Dr. Silva Maia como apropriações de saberes governamentalizados produzidos na Europa. Sendo os discursos científicos considerados técnicas de sujeição, mecanismos orquestrados a fim de produzir formas de subjetividade e submissão relacionadas às necessidades de condução das ações humanas pelos Estados e as estruturas produtivas, concebemos, como Foucault (1988; 1995), que as ciências médicas e naturais, assim como outras instituições desenvolvidas ao longo do século XVIII em diante, reforçaram os Estados no cumprimento dos papéis incorporados da pastoral cristã.

Conhecedora da consciência dos homens e dos meios de os dirigir a fim de assegurar a “salvação” dos indivíduos em outro mundo, a instituição eclesiástica enfraquecida desde o século XVI viu crescer na modernidade o número de agentes de poder interessados em assegurar os homens neste mundo. Seguindo as ideias de Foucault (1995, p. 236 - 242), a ampliação desses agentes durante o processo de nascimento e consolidação dos Estados

modernos formou um complexo jogo de relações de poder entre as instituições públicas, privadas e de saber com os indivíduos. O que resultou numa progressiva disciplinarização da sociedade, em que segundo o filósofo (1995, p. 242) culminou em “um ajuste cada vez mais controlado – cada vez mais racional e econômico – entre as atividades produtivas, as redes de comunicação e o jogo das relações de poder”. É dizer que, a partir do momento em que as atividades mercantis e o desenvolvimento do capitalismo tornaram a economia a principal razão da política, a arte de governar passou a ser a gestão dos homens e as coisas para determinados fins (FOUCAULT, 2016, p. 413 – 429).

Assim, para o pensador francês, a governamentalização da sociedade se deu a partir do momento em que a arte de governo passou a se basear na economia política, quando como o próprio afirma, se produz uma ciência de Estado ou um estatismo, em que:

tece-se entre eles toda uma malha de relações estreitas na medida em que a ciência irá exercer um papel cada vez mais determinante no desenvolvimento das forças produtivas; na medida em que, de outro modo, os poderes de tipo estatal irão se exercer cada vez mais através de conjuntos técnicos e refinados” (FOUCAULT, 2018, p. 23).

Utilizando como fontes escritos que foram produzidos para as elites que frequentavam os recintos de saber patrocinados pelo Estado brasileiro, concebemos esses materiais como formas de comunicação, maneiras de agir sobre os outros através de meios simbólicos que induzem efeitos e mudam o campo de informação dos pares. Tendo essas relações sempre por objetivo ou consequência efeitos de poder no campo social em que atuam (FOUCAULT, 1995, p. 240, 241).

Para tal tarefa de compreender os discursos de nosso autor em relação ao contexto histórico e político da Consolidação Monárquica, vimos as contribuições da Nova História Política dos intelectuais de Jean François Sirinelli (2003) como um caminho metodológico interessante para a historicização dos discursos e consequente compreensão do lugar social de Silva Maia. Apesar de Sirinelli buscar compreender o engajamento político dos intelectuais franceses de meados do século passado, entendidos como mediadores e produtores culturais envolvidos no processo de escrita, compreendemos que diante da posição consumidora de ideias relacionadas ao mundo Moderno, os intelectuais brasileiros, mesmo os do século XIX, podem ser considerados como mediadores das ideias e produções dos centros econômicos dominantes de acordo com o contexto histórico, político e econômico em que estiveram inseridos (ALVES, 2019, p. 41, 42; SIRINELLI, 2003, p. 242).

Do ponto de vista do Brasil, se o nacional permeia os discursos, seguindo a marcha que se impôs a partir do século XIX, as conexões com a circulação cultural de nível internacional tornam-se um elemento incontornável. A posição de região consumidora, mais do que produtora, de correntes de pensamento, pressiona para que as pesquisas sobre os intelectuais os percebam nas redes de sociabilidade que os conectam aos centros dominantes, colocando-se na posição de mediadores das produções dos países economicamente centrais (ALVES, 2019, p. 41, 42).

Dessa maneira, em nosso primeiro capítulo buscamos traçar as principais características do contexto histórico do Regresso Conservador, além de levantar o lugar social de nosso autor a partir de elementos das categorias de análise como *geração*, *trajetória* e *sociabilidade* defendidas por Sirinelli (2003). Pertencendo à geração intelectual de 1822 a 1870, marcada não somente pela Independência, mas pelo pragmatismo utilitário da geração anterior sobre a natureza, além da introdução de ideias românticas feita por estrangeiros presentes na Corte e naturalistas que passaram a frequentar mais o Brasil no início do século, a trajetória intelectual de Silva Maia também foi levada em consideração em nossa tentativa de compreensão de seu lugar na sociedade imperial. Afinal, ele vivenciara em Paris, entre 1830 e 1834, clima político tenso entre liberais e conservadores legitimistas após a deposição do ultrarreacionário Carlos X. Como Magalhães (1811-1882), Torres-Homem (1812-1876) e Araújo Porto alegre (1806-1879), o autor absorvera princípios e ideias na França que refletiram nas suas produções científicas junto aos lugares de saber apoiados pelo Estado brasileiro (KURY, 1998, p. irreg.; RANGEL, 2011, p. 16).

Assim, não sendo o clima político que produzira o romantismo francês a única semelhança entre as trajetórias de Silva Maia e dos fundadores da *Revista Niterói*, a dependência material em relação aos cargos públicos e a participação em instituições de sociabilidade que concentravam a elite intelectual e política presente na Corte foram outros elementos considerados por nós. Diante da ausência de campo intelectual autônomo no Brasil Império, consideramos como Angela Alonso (2014, p. 87), sobre a intelectualidade anterior a 1870, ser necessário levar em conta mais o discernimento dos agentes intelectuais e sua capacidade de selecionar de forma interessada as ideias externas, do que a intenção desses em produzir saberes acadêmicos e científicos.

Participante dos periódicos do romantismo brasileiro que sucederam o projeto de ciências e letras da *Revista Niterói* (1836), como a *Minerva Brasiliense* (1843-1845) e *O Guanabara* (1850-1856), Silva Maia esteve ao lado daqueles inspirados pelas ideias de fora e empenhados em construir uma nacionalidade a partir das particularidades brasileiras. Tendo sido membro da Sociedade Velosiana (1850-1856), que buscava divulgar as produções científicas realizadas dentro do Museu Nacional através da seção “Bibliotheca Guanabarensis”

da revista *Guanabara*, a Sociedade fora em nosso intertítulo 1.2 a instituição oficial de saber tida como exemplo do que se repetia nas outras que Silva Maia fizera parte na Corte.

Composta por membros que acumulavam geralmente mais de uma função pública no Estado Imperial, alguns bastante próximos do imperador e donos de títulos honoríficos por serviços prestados ao governo, a Sociedade presidida por Francisco Freire Alemão (1797-1874) representou para nós as principais características dos locais de sociabilidade da intelectualidade brasileira presente no Rio de Janeiro.

Desse modo, antes de compreender as principais noções de sua história natural, na primeira seção de nossa dissertação procuramos contextualizar os esforços de nosso autor em espalhar o “espírito de associação” e as “luzes” através de seus textos históricos e científicos, num momento em que para Ilmar Mattos (1987, p. 157, 158), não bastava que a hegemonia dos Saquaremas se desse apenas pelo controle do governo do Estado, mas também pela direção política, moral e intelectual da “boa sociedade”.

Em nosso segundo capítulo, procuramos destrinchar as principais ideias da história natural de Silva Maia, considerada por Karl Lorenz (2007) como “especulativa”. Assim, além de refletir sobre as heranças de sua teoria transformista, presente principalmente em seu texto *Algumas ideias sobre a geographia zoológica*, no qual buscava-se compreender a distribuição dos seres no planeta e suas interações com o meio, associando os animais de maneira ontológica com seus respectivos locais de origem, também apresentando em suas observações sobre a natureza aspectos sentimentais e artísticos, buscamos compreender as noções “humboldtianas” e Providencialistas que deram base às concepções científicas de Silva Maia. O qual, ao vincular a natureza com as questões das sociedades humanas, demonstra em textos diversos, aspectos simbólicos em prol da nação e em consonância com o movimento romântico brasileiro.

Em nosso terceiro capítulo, ao tratar mais especificamente sobre os trabalhos discursados nas sessões públicas da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, buscamos atentar para a noção harmônica e ordenada sobre a natureza que Silva Maia revela em seus escritos, sobretudo no *Discurso sobre os males que tem produzido no Brasil, o corte das matas, e sobre os meios de os remediar* de 1835. Apresentando uma noção sobre natureza baseada na economia natural desenvolvida nos setecentos, nosso autor, em conjunto de nomes importantes da química e adotando noções neo-hipocráticas, associa a liberação dos miasmas mórbidos que causavam as doenças ao problema do desmatamento nos lugares úmidos, demonstrando compreender a circulação dos elementos que compõem a matéria da maneira de Lavoisier. Deste modo, a despeito de seu diagnóstico sobre as doenças, Silva Maia, em mesmo texto, desenvolve uma crítica ambiental sobre o incorreto uso dos recursos naturais no Brasil,

enfatizando a importância das florestas não só para evitar as doenças, mas também para a regulação do clima, a fertilidade do solo, assim como para a economia do país.

Possuindo uma noção ordenada e hierárquica sobre a natureza, compatível com as distinções e hierarquias coloniais preservadas pelo Regresso Conservador, já que as leis naturais teriam suas equivalentes no mundo social para ele, as concepções pré-ecológicas e de higiene médica do Dr. Silva Maia serviam também como principal argumento em sua promoção da elite letrada junto ao Estado na reforma dos costumes brasileiros em prol da nação.

Não sendo esse o único discurso médico analisado que pretendia reformar os “bárbaros costumes” vigentes no país, por fim, em nosso último intertítulo, buscamos levantar os principais argumentos do autor sobre os males causados pelo hábito da criação e aleitamento de crianças feito por amas escravizadas no Brasil. Em seu *Ensaio sobre os perigos a que estão os meninos sujeitos quando não amamentado pelas próprias mães*, de 1834, Silva Maia divide em três classes os supostos perigos que as amas representariam para os filhos da boa sociedade, e, conseqüentemente, à pátria. Pois, segundo ele, seria de dentro das famílias das mães leitoras que viriam os meninos fortes, sadios e morais que o Brasil tanta necessidade teria “para o desenvolvimento de suas imensas riquezas naturais, e para a sua futura prosperidade” (MAIA, 1834, p. 10).

Sendo a primeira classe de perigos aquela que dizia respeito aos descuidos das amas, e a terceira sobre os perigos morais que a presença das escravas poderia representar com maus exemplos aos garotos, o que mais chamou nossa atenção fora a classe dos perigos “inerentes” aos corpos das mulheres negras, sobretudo nas propriedades do leite que elas dariam aos bebês. Assim, dentre os argumentos contrários ao leite que degeneraria o físico e o moral das crianças, Silva Maia lança mão de ideia presente em sua concepção sobre natureza, a qual vincularia a essência dos seres aos seus lugares de origem, para interferir em prática enraizada dentro do âmbito doméstico de nossas elites. Possuindo o hábito das amas de leite para Mariana Muaze (2018) grande importância para a autoconsciência da classe senhorial, refletimos se naquele momento Silva Maia não representaria um possível avanço do Estado sobre o Governo da Casa.

Com sua eclética apropriação de saberes que constituíram sua concepção hierárquica e harmônica sobre a natureza, suas noções sobre higiene médica e de história natural, além de formarem discursos compostos de elementos simbólicos para a construção de uma identidade nacional, também reforçaram o papel dos letrados junto ao Estado no processo de direção da boa sociedade em prol da Ordem monárquica do Regresso.

1 A HISTÓRIA NATURAL DO PÓS-INDEPENDÊNCIA, SILVA MAIA E O ROMANTISMO BRASILEIRO

1.1 O REGRESSO CONSERVADOR E A GERAÇÃO INTELECTUAL DO PÓS-INDEPENDÊNCIA

As produções intelectuais de Silva Maia no Brasil (1834 a 1859) inserem-se num período de institucionalização do saber científico em nosso país. A sua participação nas instituições formadas até o início da segunda metade do século XIX contribuiu para fornecer material simbólico para a construção de uma identidade nacional, ao mesmo tempo em que ajudou a consolidar uma ciência de mesmo caráter (KURY1998, p. irreg.).

Seus trabalhos em geral, principalmente os de história natural, e sua atuação como chefe da Sessão de Anatomia Comparada e Zoologia do Museu nacional (1842 a 1859), frutos esses de sua afinidade com as concepções românticas e das limitações técnicas científicas vividas no Brasil oitocentista, são exemplos das pretensões civilizatórias e nacionais que animavam parte das elites de nosso país.

Advertidos por Kury (1998, p. irreg.) de que o atributo romântico para a obra do autor não cabe apenas por conta do “paralelismo entre suas posições e a produção literária e artística do período”, e de que os elementos ilustrados e românticos nem sempre “são de fácil identificação e isolamento” como afirma Pádua (2009, p. 316), julgamos que a obra de Silva Maia, herdeira dessas duas tradições, como apontado por Silva Dias (1968) e Kury (1998), caracteriza-se pela mistura desses ideais.

Exemplo disso, característica comum dessas tradições que gostaríamos de destacar, está relacionado ao papel civilizador autolegitimado pelos homens pertencentes às elites de nosso país. Os quais, além de influenciados por esses padrões culturais, também possuíam forte “sentimento aristocrático” sobre a sociedade. Tendo sido esse papel assimilado por nosso autor, as tradições ilustrada e romântica, cada uma ao seu modo, contribuíram para espalhar ideias e valores sobre a sociedade, seja na tentativa pragmática de modernizar as técnicas produtivas, ou na produção de valores para a construção de um projeto de nação para o Brasil (SILVA DIAS, 1968, p. 161; RANGEL, 2011, p. 15-24).

Assim, os preceitos civilizadores desses ideais somaram-se aos valores enraizados na sociedade brasileira gestados desde o período colonial. No momento de construção do Estado brasileiro e de necessidade em formar uma identidade nacional, como afirma Ilmar Mattos (1987, p. 124-128), à “boa sociedade”, distinta do resto da população por sua liberdade,

propriedade, atributos raciais, grau de instrução e vínculos pessoais, coube conservar os elementos distintivos e hierárquicos para a consolidação monárquica.

Desse modo, quanto mais se aproximava o meado dos oitocentos, com “seus olhos na Europa e os pés na América”, a elite de “profundo sentimento aristocrático” possuía um entendimento sobre o nacional bastante particular, distante daquela definição de nação correspondendo ao conjunto de todos os indivíduos em relação de igualdade e liberdade entre si.

A formação do Estado soberano se deu com grupos dirigentes que mantiveram as hierarquias distintivas em um contexto de iminente insurreição. Diante de uma sociedade onde coisa e pessoa distinguiam-se pelo elemento da propriedade, os homens livres que não tinham a seu favor o critério de raça, condição de dominar outros, assim como relações pessoais e de instrução permaneceram isolados do mundo do governo. Não possuindo lugar e ocupação na ordem mercantil escravista aos olhos dos governantes da Casa e do Estado.

Deste modo, o período do Regresso (1836 - 1852), marcado pela construção da hegemonia daqueles que vieram a ser identificados como Saquaremas, defensores da Monarquia Constitucional e hipertrofia do governo central, caracterizou-se pela imposição de ideias que defendiam a soberania territorial e a Ordem (MATTOS, 1987, p. 120-126).

Contra ideais democráticos desestabilizadores do Mundo do Governo reservado para seus semelhantes, através de concepções sobre liberdade e noções que reforçavam a natural desigualdade entre os homens na esfera social, os conservadores, diante das revoltas e aspirações democráticas do período, conseguiram impor certa estabilidade que lhes convinha.

Exercendo a ordem e o comando nos mundos do Governo e da Casa, mantendo distinções e ordenações, inclusive entre os membros do poder político, subordinados em última instância ao Imperador, a Ordem dos regressistas procurou constituir entre a “boa sociedade” uma identidade nacional e certa estabilidade entre as forças políticas locais e a autoridade central.

Baseada numa ideia de liberdade oposta àquela revolucionária e igualitária, igualava-se os homens livres apenas pelo fato de não serem escravos. Dividindo “naturalmente” a sociedade em cidadãos ativos e não ativos, sociedade política e sociedade civil, legitimadores da ordem e meros súditos respectivamente, tinha-se a noção de liberdade condicionada à questão da segurança. Segurança esta, vale dizer, entendida como Ordem, adquirida pela preservação das distinções e hierarquias no espaço público, inclusive no interior do Mundo do Governo (MATTOS, 1987, p. 148-152).

Entretanto, a estabilidade dos conservadores não se deu apenas por estes estarem no controle do governo do Estado. Não sendo o suficiente para governar, ou seja, exercer autoridade sobre o conjunto da sociedade, ao poder da coerção estatal precisou-se juntar o papel de direção política, moral e intelectual dos cidadãos. Através de diversos aparelhos associados ao Estado exerceu-se contínua atividade sobre os cidadãos ativos das elites.

A Ordem Monárquica, portanto, concentrou-se também em governar a Casa, espaço histórico de resistência ao Estado desde o período Colonial. A fim de formar uma classe senhorial conhecedora de seu lugar e efeito sobre os outros grupos sociais, orientada por valores que construiriam um consenso entre as forças contraditórias que difundiriam o princípio monárquico no nascente país, a expansão da Ordem Saquarema utilizou-se de meios vários, não só jurídicos e burocráticos para normatizar e dirigir os “bons cidadãos” que construíram o Estado brasileiro (COSTA, Jurandir Freire, 1989, p. 30; MATTOS, 1987, p. 156-168).

Tendo em vista as influências do romantismo e da ilustração ao longo da primeira metade do século XIX, situamos as obras de Silva Maia em relação com o processo de formação de uma classe senhorial coesa. Seus textos, frutos do contexto histórico marcado pela construção da Ordem Monárquica conservadora, possuem relações com as estruturas e os poderes sociais dominantes, o que buscaremos demonstrar em nossas reflexões.

Para Lorelai Brilhante Kury (1998, p. irreg.), os estudos de história natural de Silva Maia, sobretudo os de geografia zoológica, seriam uma espécie de projeto de descoberta do Brasil, uma tentativa de mapear a nação em busca de sua essência. Educado no estrangeiro, o médico e naturalista apropriou-se das ciências naturais europeias e acabou valorizando a natureza tropical. Possuindo uma abordagem “humboldtiana” sobre o mundo natural como afirma Kury (1998 p. irreg.) e José Augusto Pádua (2002, 2009), Silva Maia relacionaria de maneira orgânica a natureza brasileira com o ideal de nação.

Assim, a essência pátria do país estaria ligada para ele à noção de que a distribuição dos seres vivos nos continentes seria resultado da vontade de uma Providência divina. Real razão que explicaria as formas de vida particulares de cada lugar, elementos entendidos como recursos para o progresso, assim como motivos para inspirar nos homens valores e amor pela terra natal (MAIA, 1835, p. 1, 2).

A despeito de concepções ilustradas e românticas como essas, os trabalhos do Dr. Silva Maia estiveram inseridos num momento em que os debates colocados pela história natural estavam empenhados “em buscarem fundamentos para a afirmação de uma ciência nacional” (KURY, 1998, p. irreg.).

Sendo esse aspecto científico dos séculos XVIII e XIX não só interesse das elites estrangeiras, mas também de parte dos grupos privilegiados brasileiros, a ciência desenvolvida nos principais locais de sociabilidade presentes na Corte legitimou e alçou ilustres cidadãos a posições de prestígio e poder sob a tutela do Estado.

Tendo os seus trabalhos um teor apologético da natureza brasileira, de exaltação e afirmação das qualidades tropicais, identificando-a com uma essência pátria, os estudos científicos de Silva Maia revelam uma busca em encontrar elementos simbólicos que pudessem representar ou inspirar o sentimento de nacionalidade que procurava-se construir (KURY, 1998, p. irreg.).

Admirador de seus antecessores dedicados a conhecer a geografia das plantas e dos animais em seu país, Silva Maia com sua zoologia continuou com a intenção de descobrir as especificidades da natureza tropical. Atribuindo a elas importância essencial para o destino de progresso reservado por certa Providência ao Brasil (MAIA, 1864, p. 11; 1858, p. VIII-XIII).

O tom “estetizante e valorativo” das observações sobre os seres vivos, assim como a relação com as artes do período que seus escritos revelam, são mais algumas características que para Kury (1998, p. irreg.) fazem parte do eclético conjunto de conceitos da ciência nacional do autor. Capaz, segundo a mesma (1998, p. irreg.), “de explicar cientificamente a natureza do Brasil sem afastar-se da sensibilidade romântica que alicerçava seu sentimento de pátria”.

Desse modo, antes de passarmos para a análise de algumas obras de Silva Maia, buscando compreender a sua concepção de natureza e relacionar seus trabalhos de história natural com o contexto histórico brasileiro até finais de 1850, gostaríamos de fazer algumas considerações sobre o desenvolvimento das ciências naturais no século XVIII e sua reintrodução no Brasil do início do século XIX. Isto a título de ressaltar algumas características do processo de formação desse conhecimento e de explicar como a sua presença foi intensificada no Brasil oitocentista com a chegada de viajantes estrangeiros, os quais, em parte, foram responsáveis por importantes desdobramentos nas artes e na ciência de nosso país em formação.

Assim, começamos pela constatação de que implicações políticas e econômicas sempre envolveram a Ilustração como um todo; sendo a história natural um ramo da ciência em que se constata intrínseca relação com a expansão comercial e as necessidades dos Estados europeus em administrar os recursos físicos e humanos, seus e de suas colônias (KURY, 2004, p. 110; PRATT, 1999, p. 73-75).

Deste modo, tentativas de sistematização do mundo natural desenvolvidas durante o século XVIII, como as de Lineu e Buffon, desdobraram-se em diversos estudos feitos por

ilustrados enviados para levantamentos das faunas e floras coloniais a fim de desenvolver meios para melhor explorá-las e conhecê-las.

Se enviados oficialmente pelos impérios coloniais como administradores ilustrados, curiosos “despretensiosos” ou cientistas inseridos em expedições comerciais e (ou) de espionagem, os viajantes naturalistas fizeram parte de expedições que, para Pratt (1999, p. 52), principalmente a partir da segunda metade do século XVIII, foram “um dos mais ostentados e conspícuos instrumentos europeus de expansão”, resultantes das alianças entre as elites comerciais e intelectuais apoiadas pelos Estados em competição.

Assim, nos planos metropolitanos de interiorização dos continentes, efeitos dessas alianças, os projetos totalizadores e classificatórios da história natural pretendiam representar de forma fidedigna o plano da natureza, vista num primeiro momento sem as suas classificações como caos.²

As explorações propostas pelos naturalistas conciliavam em seus projetos de catalogação interesses continentais e transnacionais. Em nome da ciência, aproveitando-se de uma imagem desinteressada do conhecimento científico, financiado e apoiado pelos Estados e os grupos mercantis, justificava-se a presença europeia em suas colônias. Consonante a uma postura imperial, tanto dentro quanto fora da Europa, a história natural contribuiu para a proliferação de zonas de contatos que passaram a ser modificadas e mais bem exploradas (PRATT, 1999, p. 55-65).

Apesar de dissimular em seu discurso as implicações políticas e econômicas de conquista, ao que Pratt chamaria de uma imagem de “anticonquista”, a história natural, implicada e servindo de técnica para os objetivos concretos das metrópoles europeias, representou de forma “benigna” a imposição do projeto europeu de um mundo cada vez mais urbano e pré-industrial.

Dessa maneira, as sistematizações da natureza empregadas pelos naturalistas, interventores e organizadores de cada polegada de terra, responsáveis por nomear e coletar todas as coisas para assim dar origem à ordem do mundo natural, foram resultados e ao mesmo tempo legitimaram uma consciência planetária eurocêntrica que pretendia ser hegemônica sobre outras culturas.

² O sistema de Lineu foi apenas um dentre os vários esquemas classificatórios totalizadores da história natural setecentista. Sua versão foi desenvolvida quase paralelamente à *Histoire Naturelle* do conde de Buffon. Para Pratt (1999, p. 61) os sistemas rivais dos autores, apesar de suas divergências “permaneceram baseados no projeto totalizante e classificatório que distingue este período. Tais esquemas constituem como observa Grunnar Eriksson, ‘estratégias alternativas para a realização de um projeto comum a toda a história natural do século XVIII, a representação fidedigna do plano da própria natureza’”.

Isto posto, o contexto de mudanças das relações urbanas e rurais dentro e fora da Europa causou transformações em proveito de uma ordem burguesa interessada em aumentar os lucros, otimizar a exploração do trabalho e dos recursos. Embora havendo realidades diversas em relação a essas transformações, qualquer forma de organização não preocupada em produzir excedentes, tão necessários para os centros em processo de mudança nas suas formas de produção, foram consideradas atrasadas e passíveis de aperfeiçoamento. Principalmente as colônias, as quais sofreram políticas de “melhoramentos” impostas pelas metrópoles através das descobertas e orientações científicas.

[...] a história natural defendeu uma autoridade urbana, letrada e masculina sobre todo o planeta; ela elaborou um entendimento racionalizador, extrativo, dissociativo que suprimiu as relações funcionais, experienciais entre as pessoas, plantas e animais. Sob estes aspectos, ela prefigura uma certa forma de hegemonia global, especialmente aquela baseada na posse de terras e recursos e não sobre o controle de rotas. Concomitantemente, enquanto paradigma descritivo, este sistema da natureza é em si, e assim se julga, uma apropriação do planeta totalmente benigna e abstrata. Não reivindicando qualquer potencial transformador, ela diferia radicalmente de articulações imperiais explícitas de conquista, conversão, apropriação territorial e escravização. O sistema criou, como sugeri anteriormente, uma visão utópica e inocente da autoridade mundial europeia, à qual me referi como uma *anticonquista*. O termo pretende enfatizar o significado *relacional* da história natural, a extensão em que ele se tornou significativo, especialmente em contraste com uma presença expansionista europeia, a princípio imperial e pré-burguesa (PRATT, 1999, p. 78).

Estendendo-se essa prática e consciência eurocêntrica também pelos oitocentos, a história natural, assim como os inúmeros outros saberes frutos das Luzes, continuaram com a vontade de conhecer e ordenar o mundo em conjunto aos interesses nacionais. Intensificada a sua presença no Brasil pelos esforços portugueses mais para o fim dos setecentos, como vimos em nossa introdução, a partir de 1808 com a chegada da Família Real importantes desdobramentos institucionais e socioculturais contribuíram para um maior esforço em se conhecer cientificamente os ambientes brasileiros.

Com o Brasil tornando-se sede oficial do Império português passou-se a permitir com maior frequência a entrada de viajantes e naturalistas estrangeiros, os quais tornaram-se parâmetro para os ilustrados locais pensarem e organizarem sua realidade em termos científicos, literários e artísticos (KURY, 1998, p. irreg.; SUSSEKIND, 1990, p. 35-40).

O crescente interesse da história natural europeia sobre as regiões tropicais, pouco conhecidas apesar dos esforços feitos desde o século XVIII, foi acompanhado pelas mudanças e transformações nos paradigmas das próprias ciências naturais. Alexander von Humboldt (1769-1859) foi um dos representantes dessas mudanças no modo de encarar esses ambientes nos finais do século XVIII e início do XIX. Pois até então, a diversidade dos ambientes

próximos ao Equador era tida como inferior, imperfeita e degenerada por algumas correntes científicas.³ Entretanto, a maior diversidade das faunas e floras desses locais passou a representar como afirma Pádua (2009, p. 321), “o próprio eixo de validação da investigação científica, pois se tratava exatamente de entender a racionalidade, qualitativa e quantitativa, da variada distribuição da vida ao longo das regiões do planeta”.

Assim sendo, o empirismo científico combinado com a sensibilidade romântica, empenhados em compreender o funcionamento dos seres originários dos respectivos lugares para estabelecer uma relação de ordem com o todo, valorizou a exuberância tropical e contribuiu para o aumento da presença estrangeira de cientistas e artistas nas Américas (PÁDUA, 2009, 321-327).

Sendo o Brasil um dos principais destinos dessas visitas, e a influência de Humboldt bastante presente entre os naturalistas estrangeiros e locais que viveram aqui no século XIX, uma ciência “romântica”, que estabelecia relações entre a ordem orgânica do mundo natural com a essência pátria de cada nação, inspirou em alguns cidadãos representantes das elites brasileiras a formação de tradições artísticas e científicas associadas com a construção do Estado monárquico.

Desta influência temos, por exemplo, a contribuição na literatura para a formação dos primeiros narradores de ficção no Brasil, com a natureza sendo tema de fundo nos romances. De acordo com os estudos sobre história literária de Flora Sussekind (1990, p. 33-38), as paisagens naturais locais, organizadas e descritas por um narrador com olhar treinado de

³ A exemplo, como vemos em Lilia Schwarcz (2015, p. 61), algumas ideias detratoras da natureza e dos povos americanos se intensificaram a partir da metade do século XVIII. Na medida em que o continente passou a ser cada vez mais conhecido pelos europeus, crescia também proposições sobre a “maldade dos selvagens” e a suposta inferioridade física do continente. Buffon (1707-1788) com a sua tese da “infantilidade” do local, tinha a América como um lugar débil e imaturo, isso devido ao médio e pequeno porte dos animais, assim como a proliferação de inúmeros répteis e insetos que faziam com que o continente fosse caracterizado sob o signo da carência. De maneira etnocêntrica, no pensamento buffoniano o homem originalmente seria branco e teria o clima “temperado” da Europa setentrional como sendo ideal. Compreendendo que os climas e a alimentação seriam fatores de variação dos seres vivos, tudo que fosse das regiões equatoriais e tropicais seriam para ele de natureza inferior. Sendo lenta as mudanças dos seres de acordo com os fatores citados, nem toda espécie semelhante e comparada com outra poderia ser explicada como resultante de uma degeneração ou variação. Entretanto, tal suposição está presente na obra *História Natural* de Buffon, cujo primeiro volume data de 1749 e onde os indivíduos de uma mesma espécie derivariam de um protótipo ideal (CAPONI, 2008, p. 171; FRAGELLI, I. C.; PIMENTA, P. P; SOLIVA, A. C., 2020, p. XII, XIII; TODOROV, 1993, p. 118 - 120). Na esteira do pensamento de Montesquieu renovou-se a antiga tese da maldição política dos lugares quentes. Buscando associar as características naturais de um lugar com os tipos de sociedade, o determinismo climático passou a ser mais biológico, relacionando as diversas propriedades da vegetação, vida animal e fertilidade do solo como maneira de compreender o “atraso” e “mediocridade” das organizações humanas nos trópicos. Assim, as regiões quentes, apesar de sua rica e produtiva natureza, foram paradoxalmente consideradas por alguns como contrárias ao avanço da civilização (PÁDUA, 2009, p. 336, 337). Como vemos em José Augusto Pádua (2009, p. 337): “O próprio Humboldt, por mais simpatia que tivesse para com as novas nações americanas, reforçou essa linha de argumento ao afirmar que no contexto de uma vegetação nativa extremamente abundante ‘as faculdades intelectuais se desenvolviam menos rapidamente do que sob um céu rigoroso’ e que a grande fertilidade do solo ‘retardava o progresso das nações no rumo da civilização”.

naturalista eram destaque nas tramas folhetinescas, que tinham os elementos naturais e os habitantes nativos idealizados como símbolos originários do ideal nacional em formação.

Carregada de um sentido ontológico, de forte intencionalidade política para o momento histórico, a paisagem tida como cenário pitoresco, organizada previamente e descrita pelo narrador descobridor, associada a uma essência meta-histórica, tinha de apresentar marcos, elementos particulares que à vista de todos deveriam parecer que sempre existiram para justificar um fim nacional.

Se o regresso à origem é uma impossibilidade e o que se faz é “fingir a volta a casa”, fundar uma paisagem, uma cena histórica ou familiar, um marco aprazível a que se nomeiam “Brasil”, “origem”, “Natureza”, é preciso, simultaneamente, com uma das mãos empreender a fundação e com a outra negá-la e exhibir minuciosos mapas de minas, origens, nações. Se ao narrador cabe a função de descobridor, de guia, e o ponto de chegada pré-dado se mostra um lugar nenhum, é preciso realizar operação semelhante. Mantidas a máscara de guia e a paisagem imaginária a que obrigatoriamente se destina, é o caso de erguer tais marcos, impô-los à vista e, ao mesmo tempo, fazer crer que sempre estiveram lá. Quando, ao contrário, a tinta ainda fresca, o desenraizamento, indicariam serem apenas cenário, e recém pintado por esse narrador paisagista, de quem se exige ainda o duplo papel de comandante e cronista de repetida viagem em sentido único: o regresso. A uma paisagem atemporal pitorescamente cheia de referências locais, e a uma essência meta-histórica – a que se chama Brasil – que preexistiria à conquista europeia, persistiria durante o período colonial e justificaria a consolidação de um Estado-Nação imperial como o que a parcela da classe dominante ligada ao trono lutava para assegurar em meio aos levantes que se sucediam durante o período regencial e os primeiros tempos do Segundo Reinado por todo o país (SUSSEKIND, 1990, p. 37).

Tal exemplo de narrador fez parte do movimento romântico brasileiro, o qual produziu uma literatura “empenhada” em servir de recurso ideológico de autodefinição para o nascente país. O desenvolvimento das letras nacionais, tendo o mundo natural como um dos grandes temas de inspiração e assunto, foi, para Antonio Candido (2017, p. 312), resultado de um “processo de tomada de consciência nacional” que veio se desenvolvendo desde o período joanino (1808-1821).

Assim, a relação de proximidade entre o movimento romântico das letras e a história natural brasileira, representada aqui por Silva Maia, nos parece uma oportunidade para se contextualizar não só a vida do autor em meados dos oitocentos, mas também a dinâmica política e social da Corte. Uma vez que os grupos responsáveis por desenvolver esses dois elementos nacionais partilhavam de posições e condições bastante semelhantes.

Sendo um dos objetivos de nossa investigação relacionar a obra de Silva Maia com o contexto histórico brasileiro do século XIX, procurando desenvolver uma abordagem crítica sobre seus discursos científicos, relacionaremos os conteúdos de algumas de suas obras com as relações de poder e as estruturas sociopolíticas e econômicas vigentes no Brasil de sua época.

Apresentando não apenas o que esses discursos expressam, que tipo de poder buscavam exercer, mas também o que eles revelam sobre o poder hegemônico de seu tempo.

Isto posto, tratando de discursos científicos de determinado momento passado, adotamos uma noção sobre os saberes e discursos baseada na concepção do que Michel Foucault (2018, p. 32) entende como crítica. Na medida em que a abordagem “histórico filosófica” do pensador francês busca conexões entre elementos históricos, sociais e de coerção em relação aos saberes, compreendendo que todo conhecimento se dá conforme um conjunto de condições e coações de determinado tempo e local (FOUCAULT, 2018, p. 32-34).

Autor da categoria de análise expressa no entendimento do que é “saber-poder”, Foucault contribui para buscarmos umnexo causal de distintas e complexas relações que tornaram possíveis e aceitáveis os discursos do Dr. Silva Maia no Brasil oitocentista.

Tomando como problema a questão do poder sobre o conhecimento, concebemos que todo discurso é reflexo, mas também produtor de relações de poder em seu meio. Assim, nossa proposta busca levantar uma série de elementos da conjuntura passada que deram condições para que os conteúdos e intenções presentes nas fontes fossem pensados e comunicados entre as elites do Rio de Janeiro.

Concebendo como Foucault (2018, p. 33) que saber refere-se a “todos os procedimentos e a todos os efeitos de conhecimentos que são aceitáveis num dado momento e num domínio definido”, além de apresentar ideias que fazem parte da concepção de natureza de Silva Maia, buscaremos constituir umnexo histórico a partir do seu lugar social que permita compreender os seus textos em sua positividade. Ou seja, traçar uma complexa rede de causas que permita entender e expor aquilo que torna seus textos aceitáveis onde eles foram constituídos (FOUCAULT, 2018, p. 34, 35).

Não sendo auto evidentes essas relações entre saber e as estruturas de domínio e condução, entendemos ser diversa a rede de causas que procura dar inteligibilidade sobre a singularidade das condições em que um determinado conhecimento é elaborado. Rejeitamos assim, noções que concebem os discursos como frutos de alguma essência, ou de que a inteligibilidade de um saber em relação ao seu contexto poderia ser dada por uma origem, princípio ou motivo unitário e hierárquico diante de vários outros fatores que o condicionam.

As análises das positivities, na medida que se trata de singularidades puras que não se referem a uma espécie ou a uma essência, mas a simples condições de aceitabilidade, pois bem, esta análise supõe o desenvolvimento de uma rede causal ao mesmo tempo complexa e fina, mas sem dúvida de um outro tipo, uma rede causal que não obedeceria, justamente à exigência de saturação por um princípio profundo unitário de teor piramidal e necessário (FOUCAULT, 2018, p. 37).

Desse modo, ocupado com as condições determinantes para a formação dos conteúdos tratados, partimos de aspectos gerais e comuns entre as elites política e intelectual da capital imperial que influenciaram nos seus empreendimentos nacionais da primeira metade do século XIX. Desses aspectos, a nova consciência, que despertara a necessidade de desenvolver uma literatura própria, com seus problemas, sentimentos e temas, também refletiu na vontade de desenvolver outros elementos. Que para a época, igualmente, tinham por obrigação e função buscar contribuir para o progresso do novo país.

Tendo sido a Independência fator decisivo para a busca de uma vida intelectual completa, sendo as letras, como diz Candido (2017, p. 328), apenas “parcela dum esforço construtivo mais amplo”, a incorporação de algumas ideias europeias na atividade intelectual brasileira nas primeiras décadas do século XIX trouxera fatores novos para o Estado independente. O Romantismo introduzido não apenas por viajantes que passaram a frequentar com mais assiduidade as florestas americanas, mas também com o retorno de brasileiros formados na Europa, além da presença de estrangeiros estabelecidos na Corte, desenvolveu entre a elite letrada um senso de dever patriótico.

Deste modo, ciência e literatura, a exemplo da nova postura, desenvolveram-se contiguamente entre as mesmas figuras que formavam parte dos grupos sociais dominantes. Muitas vezes utilizando e dividindo os mesmos meios e espaços no processo de suas formações, como no caso da Revista Niterói de 1836.

[...] a literatura foi considerada parcela dum esforço construtivo mais amplo, denotando o intuito de contribuir para a grandeza da nação. Manteve-se durante todo o romantismo este senso de dever patriótico, que levava os escritores não apenas a cantar a sua terra, mas a considerar as suas obras como contribuição ao progresso. Construir uma “literatura nacional” é afã, quase divisa, proclamada nos documentos do tempo até se tornar enfadonha. Folheando a publicação inicial do movimento renovador, a revista Niterói, notamos que os artigos sobre ciência e questões econômicas sobrepujam os literários; não apenas porque o número de intelectuais brasileiros era demasiado restrito para permitir a divisão do trabalho intelectual, como porque essa geração punha no culto à ciência o mesmo fervor que venerava a arte; tratava-se de construir uma vida intelectual na sua totalidade, para progresso das luzes e conseqüente grandeza da pátria (CANDIDO, 2017, p. 328, 329).

No que tange às letras brasileiras, catálogos de autores que ampliavam a bagagem literária e o processo de criação da própria literatura obedeciam a postulados importados. Os quais afirmavam ser o desenvolvimento artístico elemento histórico que exprimiria o espírito da jovem nação, daí seu caráter nacional (CANDIDO, 2017, p. 312, 313).

De maneira não muito distinta, as ciências desenvolvidas por aqui foram importadas e aclimatadas para a realidade dos trópicos. Havendo uma concentração da elite intelectual e

política nos espaços de sociabilidade presentes na Corte, voltados esses para o cultivo das “sciencias e letras”.

Sendo um dos objetivos de nossa dissertação analisar as relações de poder nos discursos científicos de nosso autor, entendendo-os como reflexos, mas também produtores de relações de força no contexto histórico em que estiveram inseridos, utilizaremos algumas noções de Jean-François Sirinelli (2003) para melhor destacarmos o lugar social de Silva Maia.

Apesar do historiador francês ter suas contribuições historiográficas circunscritas em periodizações sobre o século passado, compreendemos que as suas noções sobre os intelectuais, sujeitos autônomos e não independentes das condições históricas em que estão ou estiveram inseridos, contribuem para a análise proposta.

Tidos por Sirinelli (2003, p. 242) como produtores e mediadores culturais envolvidos nas diversas etapas que compõem o processo de escrita, esse grupo de letrados, legitimados no olhar da sociedade pelos saberes que dominam e por fazerem parte dos lugares que lhes conferem respaldo sob a sombra do “uso da razão”, acabam pondo sua posição privilegiada a serviço de causas que defendem. Desse modo, esses homens e mulheres influentes nos mais diversos debates públicos se inserem, como qualquer sujeito histórico, em campos de ação limitados e atravessados por tensões, poderes e condições que restringem mas não determinam suas escolhas (ALVES, 2019, p. 32-40; SIRINELLI, 2003, p. 243).

Diante do caráter polissêmico do termo “intelectual” e do aspecto polimorfo dos meios compostos por esses sujeitos, em conjunto das mudanças que a palavra sofrera ao longo do tempo na comparação entre épocas diferentes, Sirinelli (2003, p. 242) propõe “uma definição de geometria variável, mas baseada em invariantes” para o termo. Tal proposta desemboca na definição de duas acepções da palavra. A primeira, bastante ampla e sociocultural, abarcaria os mediadores e criadores culturais, que iriam do jornalista, escritor, o professor secundário até o erudito. Já a outra acepção, a de engajamento, não seria autônoma daquela mais geral, pois segundo o historiador francês esses significados para a figura do intelectual “são dois elementos de natureza sociocultural, sua notoriedade eventual ou sua ‘especialização’, reconhecida pela sociedade em que ele vive – especialização esta que legitima e mesmo privilegia sua intervenção no debate da cidade –, que o intelectual põe a serviço da causa que defende.” (SIRINELLI, 2003, p. 243).

Como vemos em Cláudia Alves (2019, p. 31), o engajamento dos intelectuais para Sirinelli “refere-se à participação na coletividade, de modo a interferir e buscar contribuir nas decisões de caráter conjunto, embora nem sempre de interesse comum, ou seja, na condução política, no seu sentido lato”. Tratando o engajamento como uma construção histórica, Sirinelli

não o restringe como apenas uma intervenção direta no debate e na ação política. Para a historiadora brasileira, a despeito da atuação direta haveria também o “engajamento indireto”, uma atitude passiva, e até refratária à ação política direta, mas que “o resultado do trabalho intelectual repercute nas linhas de força que orientam a reflexão geral, o que Sirinelli denomina de ‘visão de mundo da classe intelectual’” (ALVES, 2019, p. 32).

Assim, apesar de não podermos considerar que na época de Silva Maia a “especialização dos saberes” conferia-lhe poder, pelo fato das ciências em seu período não serem tão divididas e especializadas quanto no século XX, a participação sua nos lugares de prestígio da Corte conferia a ele e seus pares distinção e poder sobre a sociedade imperial.

Dessa maneira, é tendo Silva Maia como parte da elite intelectual da Corte, atrelada ao Estado e interessada na preservação das hierarquias sociais que a Ordem Monárquica conseguira preservar, que analisamos as obras do médico e naturalista. O qual, como veremos adiante, contribuiu em seus discursos médicos e de história natural para a difusão do “espírito de associação” e das “luzes” entre a “boa sociedade”, fator determinante para a direção da classe senhorial e governo do Estado como afirma Mattos (1987, p. 156-158).

Dessa maneira, é prestando relativa atenção nas chaves metodológicas da Nova História Política dos Intelectuais proposta por Sirinelli (2003), em termos de trajetória, sociabilidade e geração que buscaremos historicizar o meio que nosso autor vivenciou. Valendo ressaltar que não pretendemos desenvolver aqui uma abordagem rigorosa sobre itinerários intelectuais. A qual nos obrigaria a levantar trajetórias de diversos membros das instituições que Silva Maia ocupou para assim cruzá-las com a dele, isso, a fim de traçar mapas complexos que esclarecessem cronologicamente afinidades ideológicas e teóricas entre os pares. Tal empreendimento prosopográfico, apesar de todo seu potencial analítico, consideramos que resultaria numa outra pesquisa, distinta da atual proposta, focada na lógica do poder sobre os discursos (ALVES, 2019, p. 34).⁴

⁴ Também em face dos tempos em que vivemos, com toda a crise sanitária causada pela pandemia de Covid-19, estivemos durante todo o ano de 2020 e mais da metade de 2021 impossibilitados de consultar arquivos de outros estados como os do Rio de Janeiro. Compreendendo como Sirinelli (2003, p. 246-248) que o estudo minucioso da história política dos intelectuais não se contenta em apenas descrever e relacionar as trajetórias intelectuais dos ilustres senhores, a imensidade de documentos como cartas e outros vestígios desse meio tão ativo na prática da escrita seriam essenciais para captar o “microclima” de cada organização que participara nosso autor. Pois esses lugares, detentores de cultura própria, constituídos pela associação voluntária que marca essas organizações inspiradas nas Sociedades francesas, além de suas afinidades ideológicas e políticas, são caracterizados também por dissensões de ordem pessoal, afetiva e intelectual entre seus membros. Assim, em nossa abordagem sobre os modos de produção social dos discursos científicos, diante de questões de tempo, prazo de defesa e momento de crise política e sanitária, focamos em aspectos mais gerais sobre o contexto da geração que nosso autor compôs para historicizar o seu lugar social (ALVES, 2019, p. 35; SIRINELLI, 2003, p. 252, 253).

Assim, compreendendo que o engajamento político intelectual emerge de uma realidade histórica de criação e mediação cultural específica, no nosso caso a da Corte brasileira da primeira metade do século XIX, será mais nos termos da geração e da cultura política que pautaremos nossa contextualização. Não esquecendo-nos de alguns elementos da trajetória de nosso autor e de seus pares, assim como as principais características dos espaços de sociabilidade que ele participou (ALVES, 2019, p. 32).

Isto posto, entendemos o fenômeno das gerações intelectuais como algo além da sucessão natural de faixas etárias dentro de uma sociedade. Pesando nesse recorte efeitos e fenômenos geracionais, além desses grupos se definirem em relação a uma herança, quer por intermediação ou ruptura em referência aos que vieram antes deles, são os acontecimentos históricos fundadores que impactam determinadas faixas de idade que acabam sendo primordiais na formação de uma geração. Dessa maneira, segundo Alves (2019, p. 37), para Sirinelli “as gerações não possuem uma medida passível de ser pré-definida em quantidade de anos, estando suscetíveis, isto sim, às ondas da história, por vezes mais longas por vezes mais curtas”.

No meio intelectual, os processos de transmissão cultural são essenciais; um intelectual se define sempre por referência a uma herança, como legatário ou filho pródigo: quer haja um fenômeno de intermediação ou, ao contrário, ocorra uma ruptura e uma tentação de fazer tábua rasa, o patrimônio dos mais velhos é portanto elemento de referência explícita ou implícita (...) E esses efeitos da idade são às vezes suficientemente poderosos para desembocar em verdadeiros fenômenos de geração, compreendida no sentido de extrato demográfico unido por um acontecimento fundador que por isso mesmo adquiriu uma existência autônoma. Por certo, as repercussões do acontecimento fundador não são eternas e referem-se, por definição, à gestação dessa geração e a seus primeiros anos de existência. Mas uma geração dada extrai dessa gestação uma bagagem genética e desses primeiros anos uma memória coletiva, portanto ao mesmo tempo o inato e o adquirido, que a marcam por toda a vida (SIRINELLI, 2003, p. 255).

Compreendendo desse modo a importância de transformações culturais e de fenômenos históricos provocadores de crises e mudanças, os quais constituem certa memória que reflete nas ideias de uma geração intelectual, localizamos Silva Maia como pertencente ao grupo geracional do entremeio da história brasileira do século XIX; periodizada por Kury (1998, p. irreg) entre os anos de 1820 a 1870⁵ (ALVES, 2019, p. 36)

⁵ Para Lorelai Kury (1998), os outros períodos geracionais da intelectualidade brasileira do século XIX seriam: a época da geração luso-brasileira, de 1770 a 1820, e os positivistas das décadas de 1870 em diante. O primeiro recorte seria marcado pelo pragmatismo utilitário das ciências portuguesas reformadas, estimuladas sobretudo pelas políticas de Estado lusitanas a fim de melhorar a economia do império em crise. Regidas pela Academia de Ciências de Lisboa e Pelo Museu d' Ajuda capitaneado por Vandelli, a ilustração luso-brasileira por todo o império português buscou estudar, coletar e introduzir novos espécimes para serem explorados economicamente nas colônias. Além dos empreendimentos científicos voltados principalmente para a agricultura e melhoria de suas

Respeitando as marcas de cada recorte demográfico no tempo, e tendo a noção de que implícita ou explicitamente fenômenos de outras épocas também repercutem em outros momentos, as particularidades geracionais do período de Silva Maia serão contabilizadas na historicização de suas obras, assim como as ressonâncias da geração intelectual passada das décadas de 1770 a 1820 (SIRINELLI, 2003, p. 255).

Marcada sobretudo pela Independência, a geração intelectual do autor também fora impactada pela continuidade do pragmatismo utilitário da ilustração luso-brasileira sobre a natureza, tida como recurso para o progresso econômico e meio para o bem-estar dos homens. Além da moderada postura reformista em termos de mudanças sociais e a dedicação para a melhoria das condições econômicas condizentes com os interesses das elites agrárias brasileiras, os ilustrados da fase anterior também figuraram para Silva Maia como símbolos de nossa história pátria. Considerados exemplos de uma ciência brasileira já em formação, em seus textos históricos em que busca registrar os feitos e até mesmo inventariar e preservar as obras de seus antecessores, Silva Maia dá a entender que a nação independente estaria inscrita em nosso passado colonial, e os ilustres luso-brasileiros seriam exemplares de uma ciência nacional desde o século XVIII (KURY, 1998, p. irreg.; MAIA, 1846, p. 117-128; 1864b, p. 4-19; RICUPERO, 2004, p. XXXVI; SILVA DIAS, 1968, p. 105-171).

Somando-se a essas continuidades entre as gerações intelectuais, a presença de viajantes estrangeiros que chegaram ao Brasil com maior frequência a partir do início do século XIX também marcou os letrados do pós-independência. Como já nos referimos, a inspiração e influência dessas duas tradições estão presentes no pensamento de Silva Maia. Notamos na passagem a seguir o pragmatismo ilustrado e as referências aos cientistas luso-brasileiros, assim como as menções aos viajantes da Europa central que estiveram por aqui estudando a natureza dos trópicos. Também digno de nota, abaixo percebemos um certo tom de exaltação, desencadeado pela Independência e orientado pelas ideias românticas estrangeiras, as quais fazem da natureza sinal da preferência divina pelo Brasil assim como elemento de destaque pelo reconhecimento de sua beleza:

Devorados pelo ardente desejo de conhecer tantas riquezas, que grandemente nos devem interessar, tendo além disto a obrigação de ocupar-mo-nos com particularidade dos animaes, e não nos sendo possível por nossas circunstancias peculiares afastar-mo-nos para longe da Capital, temos nos limitado a curtas

técnicas, também foram estimuladas investigações envolvendo mineralogia (SILVA DIAS, 1968). No entanto, se a geração de Silva Maia apresenta uma postura de continuação com o passado, a sua seguinte, de 1870 para frente tinha uma postura de ruptura com a herança intelectual. Com a introdução de ideias positivistas e do darwinismo social, a procura da especificidade nacional deu lugar aos problemas de raça, que se tornaram os elementos centrais para explicar o atraso civilizacional em relação aos outros países mais desenvolvidos (KURY, 1998, p. irreg).

excursões nos arrebaldes da Côrte, e com afínco atenciosamente estudado as obras magistraes dos Marcgrave, Pison, Azara, Swainsons, **Principe Neuwied, Eschwege, Spix, Natterer, Martius**, Lalandi, **St Hilaire** e outros instruídos e corajosos estrangeiros, que vierão da Hollanda, Hespanha, Inglaterra, Allemanha e França, para de perto examinarem as producções brasílicas. **Igualmente nossos estudos sobre a historia patria tem feito, como que não nos tenhamos esquecido de consultar as publicações e manuscritos dos nossos compatriotas, antigos viajores do Brasil, Alexandre Ferreira, Conceição Velloso, Velloso de Miranda, Arruda da Camara, Silva Feijó, Vieira de Couto, Martim Francisco e alguns outros, que possuidores da sciencia da mãe patria mil difficuldades tiverão que vencer para poderem estudar nas próprias localidades as preciosidades no meio das quaes tinham nascido;** de huns e outros muito aproveitamos para as citações dos actuaes quadros synopticos. Do que temos por nós mesmos observado, do que havemos lido nos authores citados, apreendido nos livros da sciencia, e ouvido dos perscrutadores do território brasileiro com quem temos estado em contacto, he nossa intima convicção, que a potencia do reino animal no Brasil elevada e aparatosa, não he inferior á vegetal e mineral. Extensissimas tribos de animais mui diversos, de tamanhos e organizações as mais oppostas apparecem em profusão em toda superficie e agoas do Brasil. **He nesse abençoado solo, nova terra da promessa, que se observão vagalumes sem conta de fôrmas e dimensões diferentes cruzarem-se em todos os sentidos, quer com variadíssimas borboletas,** quer com quantidade incalculável de especies diversas de infatigáveis formigas, quer com enxames populosos de uteis ou noscivas abelhas, quer com alluvião extraordinaria de immensas outras famílias entomológicas, todas dignas de serem conhecidas, **já para nos aproveitarmos de seus valiosos productos, já para nos livrarmos do seu incommodo contacto** (MAIA, 1858, p. VI, grifo nosso.).

Além dessas questões, tornam-se imprescindíveis para nossa contextualização as formas estruturantes do imaginário social brasileiro, assim como aspectos do contexto econômico e social da realidade agro-escravista de nosso país, a qual impunha sobre a intelectualidade uma dependência estatal de ordem material e política.

Porém, antes de conjecturar sobre a dependência da intelectualidade e elite política com o Estado, assim como os seus valores aristocráticos, antidemocráticos, autoritários, racistas e patriarcais citados anteriormente, vemos como necessário continuar tratando sobre a introdução e desenvolvimento das ideias românticas, sobretudo francesas, na Corte brasileira. Fator este complementar ao nacionalismo despertado pelos acontecimentos de 1822 que inauguraram um período de disputa de projetos políticos para o Brasil (KURY, 1998, p. irreg.).

Dessa maneira, como vemos em Candido (2017), os pressupostos desse nacionalismo romântico se deram ao longo da década de 20, com a participação de dois estrangeiros estabelecidos na corte. Os aspectos nacionais a serem desenvolvidos, identificados como próprios do Brasil e que deveriam ter maior destaque no campo literário, para Almeida Garret e Ferdinand Dennis, seriam encontrados na própria realidade local. Os olhos de fora orientaram os letrados e artistas brasileiros a desenvolverem conscientemente símbolos e valores a partir da idealização da terra e daqueles que já estavam aqui antes dos portugueses.

Almeida Garret não apenas salienta os brasileiros, mas formula a ideia de que deveriam escrever seguindo as sugestões da terra, trocando a mitologia pela realidade local. Mas coube a Ferdinand Denis, em obra aparecida simultaneamente, iniciar, embora em nível modesto, a história da literatura brasileira e lançar as bases teóricas do nosso nacionalismo romântico. O seu *Resumé de l'Histoire Littéraire du Brésil* traça uma linha de Bento Teixeira Pinto a Borges de Barros, Aires de Casal, Azeredo Coutinho, reconhecendo a existência de uma literatura brasileira. Mas para que esta se constituísse realmente, julgava necessário desenvolver os aspectos nacionais. Neste sentido propõe a rejeição da mitologia greco-latina que, fundando-se na simbolização da natureza, não pode corresponder à do Novo Mundo; sugere a descrição desta e o aproveitamento, como tema, tanto do índio quanto dos primeiros colonos (CANDIDO, 2017, p. 313).

Assim sendo, apesar de existirem prenúncios românticos antes mesmo da Independência, com o fazendeiro e político Borges de Barros, ou com o Frei Francisco Alverne, importante introdutor de Chateaubriand e de grande influência no Rio de Janeiro entre 1816 e 1860, foi com os seus admiradores e aprendizes que começou uma literatura “nova”, na qual, de forma consciente, buscava-se exprimir uma nova ordem de sentimentos, entre eles o orgulho patriótico.

Desse modo, sem tanto utilizar os elementos clássicos e portugueses, que apesar de recusarem eram herdeiros, o Romantismo brasileiro, contrariamente ao período árcade, não se contentava ser apenas prova de valor de esclarecimento intelectual. Pretendendo também contribuir para a construção nacional do país, foi somente com o grupo de brasileiros estabelecidos em Paris entre 1833 e 1836 que nasceu a literatura romântica brasileira.

A qual possui semelhanças e afinidades com os trabalhos legados por Silva Maia, que, embora não saibamos de qualquer indício ou menção sobre uma convivência direta sua com os criadores da Niterói em Paris, é significativo o fato de que, assim como os “primeiros românticos”, vivera e instruíra-se na França da década de 1830. Marcada esta pela coroação do Rei Luis Felipe após a deposição do ultrarreacionário Carlos X, constituindo assim uma monarquia burguesa conciliadora entre pressões mais conservadoras e liberais (CANDIDO, 2017, p. 296-329; RANGEL, 2011, p. 16).

Como vemos em Marcelo Mello Rangel (2011), a transferência da coroa dos Bourbons para os Órleans, que afastara a aristocracia do poder, e mantivera distante as ordens proletárias, marcou o predomínio burguês da qual ela mesma era fruto. O clima de tensões entre conservadores e liberais mais radicais no qual Luís Felipe buscara se equilibrar, constituiu o cenário político em que novas ideias e maneiras de compreender o mundo se desenvolveram. O Romantismo desenvolvido na França, incentivado pelos questionamentos das ultrapassadas delimitações políticas, morais e estéticas da antiga tradição, caracterizou, segundo Rangel

(2011, p. 16), o ambiente em que Magalhães, Torres Homem e Araújo Porto Alegre adquiriram suas compreensões estéticas e políticas.

Compreendemos assim que a formação de Silva Maia em Medicina e Ciências Físicas na Universidade de Paris justifica em boa parte as suas concepções românticas e “humboldtianas”. Tal fator de sua trajetória em vivenciar de 1830 a 1834 o clima político e intelectual referido acima, marcado esse pela influência do idealismo alemão sobre o romantismo francês, é significativo para compreendermos as referências e afinidades de nosso autor com o movimento romântico nascido na Europa. O qual, diferentemente do que se desenvolveu na América Latina, apresenta em seu cerne um caráter reativo às mudanças da modernidade capitalista.

Robert Sayre e Michel Lowy (1993, p. 11-20), analisando as reflexões sobre o tema do romantismo, constatam que as análises marxistas entendem o movimento romântico como contraditório e de oposição ao mundo burguês capitalista. Ao mesmo tempo contrarrevolucionário e revolucionário, cosmopolita e nacionalista, aristocrático e por vezes democrático, elemento comum entre as correntes progressistas, conservadoras ou reacionárias românticas seria a oposição ao capitalismo. Compreendendo o romantismo como uma visão de mundo, reação contra as condições de vida na sociedade capitalista e que se estenderia ao próprio capitalismo, essa estrutura mental coletiva, específica a certos grupos sociais e que se manifestaria em diversos domínios culturais, não seria para Sayre e Lowy uma reação imediata após a Revolução Francesa:

Para nós, ao contrário, o fenômeno romântico deve ser compreendido como resposta a essa transformação mais lenta e mais profunda – de ordem econômica e social – que é o advento do capitalismo. Sendo assim, a gênese do romantismo deveria ser anterior a 1789, já que o estabelecimento de estruturas econômicas capitalistas precedeu de longe a reestruturação no nível político (LOWY; SAYRE, 1993, p. 18).

Assim, para esses autores, a hostilidade romântica para com o presente moderno se pautaria na sobreposição do valor mercantil de troca sobre outros valores culturais, sociais e éticos de um passado perdido. A subjetividade individualista, produto da modernidade e de um capitalismo necessitado de indivíduos independentes para as funções econômicas, estaria em oposição, mas não necessariamente em contradição, com o ideal de unidade e totalidade do romantismo. Encontrado este na natureza e na “pátria”. Dessa maneira, o individualismo moderno e o sentimento de restituição futura com a natureza e coletividade humana são valores do romantismo anticapitalista, o qual apresenta diversas orientações políticas (SAYRE; LOWY, 1993, p. 21 - 28).

Para Jacob Leib Talmon (1967, p. 12 - 21), até 1848, mais do que pelas mudanças socioeconômicas do período, o romantismo constituíra-se como consequência das expectativas da industrialização e pelo abalo da quebra com o passado causada pela Revolução Francesa. Como vemos:

O abalo tornava-se perturbador, em virtude da sua novidade e da falta de preparação do homem, que não tinha, ainda, aprendido a lidar com os novos problemas. Por causa das recordações traumatizantes que condicionavam a sua visão, parecia pressagiar catastrófico colapso e desenlace. Em poucas palavras, a estrutura geral da existência não era, ainda no início de 1848, substancialmente diferente do que fora, meio século antes; mas o quadro geral estava profundamente minado por uma total transformação da autoconsciencialização do homem (TALMON, 1967, p. 21).

Já François Hartog (2015) considera 1789 como marco simbólico que inauguraria a transição entre ordens do tempo distintas, isto é, a mudança nas formas de uma sociedade se relacionar com o tempo (passado, presente e futuro). Assim, o momento presente dos finais do século XVIII e início do XIX estaria sob a tensão da substituição do regime de historicidade antigo para o moderno. Ou seja, do passado como exemplo e a história como cíclica partia-se para a noção de processo histórico em que os acontecimentos e o futuro não possuíam precedentes. Desse modo, o romantismo nascera entre diferentes maneiras de organizar o tempo no tempo, em que o que determinava o presente não era mais, e o que se projetava para o futuro não era ainda. Dessa “brecha”, ou crise do tempo segundo Hartog (2015), o passado que era exemplo não mais servia para entender o presente, e o futuro, incerto, apresentava por demais expectativas, dando até mesmo sentido ao passado com sua noção de progresso.

Tendo a modernidade com seu fluxo constante de mercadorias e descobertas se distinguido da antiguidade, apontando para seu presente avanços e progressos em relação ao passado, os diferentes regimes de historicidade mesmo em substituição conviveram num mesmo momento. Essa reorganização do tempo caracterizara o período do romântico Chateaubriand, “nadador entre as duas margens do tempo, entre o antigo e o novo regime de historicidade” (HARTOG, 2015, p. 247). Como exemplo de que o romantismo melancólico e avesso às transformações de seu presente seria para Hartog resultado da crise da Modernidade em relação ao tempo, impulsionada pelas transformações socioeconômicas do momento, o historiador francês afirma:

Dez anos mais tarde, quando se preparara para parar de escrever e para morrer, Chateaubriand observa que ‘o mundo atual, o mundo sem autoridade consagrada, parece estar entre duas impossibilidades: a impossibilidade do passado [pois a antiga sociedade se afunda nela] e a impossibilidade do futuro’. Mas dessa aporia, desse tempo de interrupção ou dessa situação de brecha, resgatando nosso vocabulário, ele sabe sair quase imediatamente. Inicialmente, recorrendo uma vez mais ao exemplo

romano, no mesmo momento em que prepara o atestado de óbito da *história magistra*. Se os excessos da liberdade conduzem ao despotismo, é constante, ele lembra, que o excesso de tirania só leve à tirania: ‘Tibério não fez Roma remontar à República, só deixou Calígola depois dele’. Em seguida, no que tange ao futuro, apelando à esperança cristã, pois, ‘mais longa que o tempo’, é a única capaz de ajudar esse futuro a existir, conjugando crença escatológica e fé no progresso. O que explica a última frase: ‘Eu vejo os reflexos de uma aurora da qual não verei levantar-se os raios do sol’ (HARTOG, 2015, p. 248).

Dessa forma, apesar da postura anticapitalista e receosa do romantismo europeu sobre as transformações ocorridas na modernidade, paradoxalmente, como aponta Ricupero (2004) sobre o romantismo no Brasil, esse será um dos principais elementos de promoção da civilização nos trópicos; já que, com esses ideais, buscava-se as especificidades dos novos países americanos para as suas identidades nacionais ao mesmo tempo em que se pretendia alcançar o desenvolvimento que ocorria na Europa (GARCIA, 2007, p. 74).

Um dos mais importantes anseios do romantismo europeu, em contraste, é a libertação do homem dos constrangimentos da civilização, que associa a uma vida artificial e vazia. Nela predominariam formas societárias e não mais as comunitárias do passado, se privilegiaria a quantidade sobre a qualidade, produzindo-se preferencialmente valor de troca em vez de valor de uso. Em poucas palavras, o romantismo europeu é uma reação contra o capitalismo. Por outro lado e de maneira complementar, o romantismo também é expressão do novo mundo que surge com a ascensão da burguesia. Daí seu caráter ambíguo: revolta contra o fim de uma vida mais orgânica, mas ao tempo criador de uma nova sensibilidade para o indivíduo, que seria impensável no feudalismo. De qualquer forma, não deixa de ser paradoxal que o romantismo seja provavelmente nessa época o maior promotor da civilização na América Latina. Assim, mais do que protesto diante do capitalismo, o romantismo latino-americano vê com simpatia esse modo de produção que mal existe na região. Ou seja, o romantismo aqui não compartilha dos objetivos que têm na Europa. É um romantismo de meios, que proclama como o europeu, a especificidade de suas sociedades nacionais, mas que pretende, ao fim do caminho, encontrar a civilização europeia (RICUPERO, 2004, p. XXVII).

Dessa maneira, a vivência em Paris na década de 1830 é elemento que contribui para entendermos as principais referências intelectuais de nosso autor. O qual defenderá certa relação ontológica entre natureza e nação, além de ter o cristianismo como principal fonte de valores para a moralização da sociedade. Fatores esses que, em conjunto das descobertas científicas que revelariam a imanência e a ordem divina sobre a natureza, deveriam orientar as políticas para o progresso das nações que estariam em marcha ascendente na história humana (MAIA, 1835a, p. 1, 2; 1864a, p. 4-14).

A exemplo da influência do romantismo francês em seu pensamento, influenciando a sua compreensão sobre a importância da religião cristã e a utilidade pragmática das ciências na história humana, Silva Maia destaca:

Crete nestes princípios tão verdadeiros como salutíferos, e que logicamente se deduzem das doutrinas evangélicas, [sol] da humanidade, assevera o exímio Chateaubriand, “que grande princípio da perfectibilidade indefinida do gênero humano, está em continuo andar ascendente, o qual só terá paradeiro quando chegar á altura do Eterno.” Nos últimos quatro seculos, tendo as sciencias grandemente se elevado, o progresso tem sido assombroso: os mares percorridos nas mais frigidias e longinquas paragens e mesmo em seus abysmos, a terra examinada nas mais profundas e densas entranhas, nos mais asperos e erguidos picos e até nas mais remotas e ingratas regiões, imenso cabedal têm desenterrado e dado origem, tanto á revelação de segredos de alta importancia como ao apparecimento de muita [cousa] nova, util e curiosa (MAIA, 1864a, p. 4, 5).

Ainda em relação à proximidade e às semelhanças com os homens responsáveis pela renovação das letras brasileiras, é interessante notarmos a participação de Silva Maia nos principais periódicos do romantismo brasileiro apenas após a maioridade e início do Segundo Reinado.

Apesar da revista Niterói ter realizado dois números em 1836 e cessado as atividades no mesmo ano, é a partir da revista Minerva Brasiliense (1843 -1845) que notamos a presença do nosso autor publicando e participando da organização de impressos que não fossem as revistas médicas da Academia Imperial. Redator da Revista Médica Fluminense (1835-1841) desde seu início em abril de 1835 e editor da mesma a partir de 1838, Silva Maia foi importante peça na insistente tentativa da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, oficializada em outubro de 1835 como Academia Imperial de Medicina, em manter uma publicação mensal sobre estudos médicos no Brasil (FERREIRA, 2004, p. 100-104; NUNES RIBEIRO, 1844, p. 3).

Não sendo a Revista Médica Fluminense a sua única experiência que envolvia o jornalismo médico da Academia Imperial, meses depois do fim daquela publicação, Silva Maia fora editor da Revista Médica Brasileira (1841-1843), publicação nacional da Academia que durara menos de três anos por conta de questões econômicas e baixa participação dos colegas na produção de materiais (FERREIRA, 2004, p. 105).

Sendo o público dessas revistas não especializado, visto que, como chama nossa atenção Luís Otávio Ferreira (2004, p. 104), característica sociocultural marcante da medicina no Brasil na primeira metade do século XIX “foi o reduzido número de médicos e cirurgiões de formação acadêmica e a presença, nem um pouco discreta, de curandeiros, feiticeiros, mezinheiros, benzedores e sangradores”, os jornais médicos em questão tinham como público consumidor uma parcela intelectualizada mais geral da “boa sociedade”.

Assim, não é surpresa para nós que meses depois do último número da Revista Médica Brasileira, encerrada em março de 1843, já em novembro do mesmo ano Silva Maia tenha se juntado na administração e redação da Minerva Brasiliense. A postura romântica e civilizadora

presente em seus textos médicos como veremos mais adiante, elogiosa de nossa natureza botânica para a arte de curar, mas também por inspirar o patriotismo dos cidadãos ativos, acompanhava uma maneira de instruir nossas elites a ponto de até mesmo buscar interferir em suas práticas domésticas referentes ao aleitamento e a maternidade (MAIA, 1834, p. 7-37; 1835c, p. 3-30).

Desse modo, a pretensão de corrigir “bárbaros costumes” como expressa em textos médicos de sua autoria (1834, p. 10; 1835a, p. 6), discursados na Academia Imperial e publicados em suas revistas e/ou em edições próprias, baseia-se nos mesmos valores ilustrados e românticos que pautavam os objetivos da *Minerva*. Revista da qual Torres-Homem fora editor até novembro de 1844 e Silva Maia “director econômico” das assinaturas, além de colaborador oficial da seção “Sciencias Physicas, Physico-Mathematicas e Naturaes” do periódico (NUNES RIBEIRO, 1844, p. 3).

Como vemos nas palavras de Santiago Nunes Ribeiro, que substituíra Torres-Homem como editor da revista em novembro do mesmo ano, a geração ilustrada do pós-independência, ciente de sua distinção por ser mais que letrada, com formação superior concluída principalmente na Europa, assume ativamente a tarefa de instruir as elites e classes senhoriais, tanto nos hábitos quanto nos valores em prol da nova Ordem Monárquica.

Conservando valores elitistas e aristocráticos, eram os “negociantes e fazendeiros”, tidos como os grupos “mais uteis ao Estado”, o público-alvo das instruções dos ilustres românticos da *Minerva*:

Com a investidura do Augusto Monarcha Brasileiro nos seus poderes magestáticos, cessou o provisorio, e a politica entrou nos seus limites naturaes, conservando todavia toda a influencia e predomínio que exerce em nossos tempos. Tinha-se operado, de hum modo latente, huma revolução nos espíritos: haviam renascido os gostos litterarios. Observando esta feliz tendencia, huma reunião de literatos emprehendeo a publicação da *Minerva* Brasiliense, sob os auspícios das altas illustrações do paiz, que não se dedignaram de prestar-nos apoio e protecção. (...) Até o presente, neste como em outros paizes, o máximo numero dos leitores era o dos homens de letras, estudiosos, e as pessoas que sem o serem de profissão, haviam recebido huma educação litteraria. Hoje porém, além destas que o tem em maior grão, o gosto da leitura se acha na parte [sãa] de todas as classes, e **singularmente nas duas mais uteis ao Estado, a dos negociantes e fazendeiros, pois que são como as artérias do corpo social nas quaes gyra a riqueza publica.** Para estes, bem como para outros muitos leitores, a instrucção deve ser mais recreativa que scientifica na forma, por que não lêem, como os homens de profissão, para entender o que ha de geral e abstracto, isto he, de philosophico nas sciencias, ou nas particularidades, aquillo que por ser technico só interessa a quem estuda a sciencia, ou exerce a arte. **Isto posto, e sabido que o nosso fim he dar huma instrucção solida, substancial e divertida, os nossos leitores podem contar com artigos mais variados e recreativos que os da *Minerva* do anno findo, sem que porém se entenda que esta publicação vai descer tanto que se nivele com alguns *Magazines*, ou armazéns de noticias e descripções, nimiamente superficiaes e populares. Tão longe estamos de querer tornar a *Minerva* em extremo democrática, que não duvidaremos inserir**

hum ou outro artigo de sciencia ou erudição, dos que interessam aos professores respectivos (NUNES RIBEIRO, 1844, p. 2, 3, grifo nosso).

À vista disso, Silva Maia, apesar de quase não ter legado trabalhos científicos para a *Minerva*, fato que o seu novo editor Nunes Ribeiro (1844, p. 3) justifica por causa da “direcção econômica da empresa, trabalho este que, unido aos muitos que pezam sobre elle, não tem permitido que nos dê artigos originaes sobre as especialidades que professa”, deixou também contribuições nas seções de “variedades” e “literatura”.⁶

Contudo, não contentes com a explicação de Nunes Ribeiro sobre a baixa produtividade científica de nosso autor na *Minerva*, concebemos refletir sobre tal fato como algo produtivo para elencarmos outros elementos do contexto histórico brasileiro e da trajetória de Silva Maia.

Desse modo, fora o fato de dividir a seção de ciências com um considerável número de pesquisadores⁷, o que diminuía o espaço de publicação de seus estudos, certamente as funções públicas que acumulava eram as obrigações que mais tomavam o tempo e a energia do autor. O qual a partir de 1838 passou a ser professor de zoologia, botânica e geologia do Colégio Pedro II, além de assumir a direção da seção de Anatomia Comparada e Zoologia do Museu Imperial desde 1842.

Porém, esses não foram os únicos fatores que concorreram para que Silva Maia não legasse tantos estudos “originaes” de suas especialidades na *Minerva*. É preciso contar o fato de que ele provavelmente se obrigava a comparecer às sessões públicas das instituições de que fazia parte, como as do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Academia Imperial de Medicina por exemplo. Além disso, até pelo menos 1844 Silva Maia parece ter exercido a profissão médica no Largo do Capim número 79, segundo consta no *Almanak Laemmert* de 1843 (GARCIA, 2007, p. 92; LAEMMERT, 1843, p. 211).

Dessa maneira, orientado por “convicções políticas liberais”, como apontado por Lucia Garcia (2007, p. 74-76)⁸, fazer parte do Estado para ilustrados como Silva Maia era algo

⁶ Na seção de “sciencias” da *Minerva*, trabalho científico e “original” de Silva Maia temos apenas o texto taxonômico de dois beija-flores descritos por ele em suas observações de campo nos arredores da capital. Obra a qual trataremos mais para frente e que num primeiro momento, segundo o autor (1843, p. 2), tratava de duas espécies inéditas para a ciência, as quais ao serem nomeadas serviram para homenagear a imperatriz Teresa Cristina e a irmã do imperador Januária (MAIA, 1843, p. 2, 3).

⁷ Na lista de 1844 dos “Srs. Redactores e colaboradores da *Minerva Brasiliense*”, da parte sobre “Sciencias Physicas, Physico-Mathematicas e Naturaes”, Silva Maia consta juntamente com Antonio de Miranda e Castro, Candido Azeredo Coutinho, Fr. Custodio Alves Serrão, Francisco Freire Allemão, Joaquim Caetano da Silva, Major Joaquim Candido Guillobel, Joaquim José de Oliveira, Joaquim Vicente Torres Homem, Lallemand, Lino Antonio Rebello e Luís Riedel (NUNES RIBEIRO, 1844, p. 4).

⁸ As convicções liberais moderadas de Silva Maia aparecem desde cedo em sua trajetória, quando este e o pai participaram do primeiro ano da guerra civil portuguesa contra os absolutistas (1828-1834). De 1828 a 1829 ele esteve com os liberais lusitanos exilados na Galícia e depois na Inglaterra, os quais juntos de Pedro I, após o

bastante significativo e ao mesmo tempo comum. Fator que apontamos como um dos mais importantes para explicar o alinhamento dos discursos científicos de nosso autor em relação ao fortalecimento da Ordem Monárquica em construção no período do Regresso (1836 - 1852).

Assim, vemos que entre os “primeiros românticos” uma relação parecida com o Estado também se estabeleceu. Pois os fundadores da Niterói, donos de um liberalismo moderado e convictos de que as artes nacionais eram fundamentais para a fundação e progresso do Estado, moldaram-se de acordo com as condições políticas brasileiras da primeira metade do século XIX. Esses homens, que se estabeleceram social e economicamente ocupando postos no Estado imperial, se durante a Regência aceitavam a monarquia dentro de limites, quanto mais velhos, com funções públicas e títulos acumulados mais reverenciavam e davam suporte à figura monárquica e a ordem social que ela representava (CANDIDO, 2017, p. 370; RANGEL, 2011, p. 16, 17).

No capítulo “A geração vacilante”, Antonio Candido (2017) atenta para a mudança de posicionamento político desses ilustrados ao longo do tempo. Torres-Homem, por exemplo, autor de artigos contra a escravidão na própria Niterói, naquela época era abertamente contrário à prática exploratória. A mesma que se manteve até 1888 no Brasil, defendida fervorosamente pelos principais apoiadores da ordem conservadora do Segundo Reinado. Em 1849 sob pseudônimo de Timandro em o “Libelo do Povo”, atacou violentamente a Coroa. Segundo Bernardo Ricupero (2004, p. 94), a casa de Bragança é duramente criticada pelo controle do comércio por alguns portugueses, e Torres-Homem chega a considerar que a República poderia

imperador abdicar do trono do Brasil em 1831, fizeram resistência na cidade do Porto contra os miguelistas. Defensores de uma monarquia constitucional, em favor do direito reservado para Maria da Glória em ser rainha de Portugal, após D. Miguel não aceitar ser monarca consorte apoderando-se do trono o conflito se instaurou. Os apoiadores de D. Miguel, inspirados no legitimismo francês em favor da volta do Antigo Regime como reação ao constitucionalismo liberal e a ordem burguesa, apesar de derrotados continuaram a compor o Partido Conservador Lusitano. Outra questão que indicaria um liberalismo moderado de nosso autor é a participação dele em instituições predominantemente compostas por membros do Partido Liberal. Como exemplo temos Silva Maia na Sociedade Contra o Tráfico e a Favor da Civilização dos Indígenas (GARCIA, 2007, p. 73; SALLES OLIVEIRA, 2011, p. 20, 21; KODAMA, 2008, p. 416; LYNCH, 2008, p. 64-68). Se mais próximo dos Saquaremas ou dos Luzias (liberais), detectamos nos escritos e posturas de Silva Maia a ideologia conservadora mais comum no Brasil do século XIX, a qual Lynch (2008, p. 70) chama de um “liberalismo monarquiano”. Ou seja, tal conservadorismo, próximo das noções conservadoras ibero-americanas não se opunha ao constitucionalismo representativo que apoiava, mas era reativo às ideias de um liberalismo mais radical de esquerda. O que não significava que o pensamento conservador do Brasil monárquico estivesse muito mais próximo do legitimismo antiliberal, entretanto como vemos em Lynch (2008, p. 71): “Tão absurdo quanto defender a tese de que o poder decorria do direito divino, era sustentar que o único governo legítimo era aquele derivado da eleição popular. A partir de uma concepção mais realista do que otimista de progresso e das possibilidades de preservação do tecido social, a ideologia conservadora advogava uma visão política na qual a tradição, ao invés de aprisionar o presente num círculo perpétuo, pudesse ao menos guiar o progresso numa senda prudente e gradual, sem cair nos excessos das rupturas revolucionárias”. Assim, o que prevaleceu nessa ideologia conservadora, frequentemente chamada de “liberalismo moderado” das elites políticas e intelectuais brasileiras, foi a preservação das hierarquias sociais diante de um sistema político representativo bastante restrito e centralizado em que as mudanças políticas deveriam se dar apenas de maneira lenta e gradual.

ser uma forma de governo, afinal, a monarquia existiria graças ao assentimento do povo, o verdadeiro soberano.

Entretanto, as críticas à sociedade e ordem imperial encontravam limites nela mesma, colocando em contradição letrados como o autor em curto espaço de tempo. Pois com o “Ministério da Conciliação”:

Torres Homem torna-se, em 1853, diretor do Tesouro Nacional. Cinco anos depois, sua carreira política atinge o ápice, quando já conservador, é nomeado ministro da Fazenda. Ou seja, em menos de dez anos, Timandro percorrerá o caminho que tornará possível metamorfosear-se em visconde de Inhomirim (RICUPERO, 2004, p. 94).

Já Manuel de Araújo Porto Alegre, Barão de Santo Ângelo (1806-1879), fora colega de Silva Maia administrando a seção de Numismática e Arqueologia do Museu Nacional de 1843 a 1859. Cada um sendo diretor de uma das quatro seções do Museu, eles faziam parte do Conselho de Administração da casa, órgão máximo da instituição que lhes rendia ordenados⁹ (LOPES, 2009, p. 86).

Ao Conselho de Administração do Museu Nacional – seu novo órgão máximo de direção, formado pelos diretores das seções e também dos adjuntos – competia entre outras atribuições a administração geral e financeira da instituição bem como a correspondência com as províncias e museus estrangeiros. O presidente do Conselho, escolhido pelo governo recebia o título de diretor do Museu do Império. O novo Regulamento estabeleceu também um ordenado de Rs 800\$000 aos diretores além de mais 200\$000 para o diretor-geral e o secretário, e os demais funcionários receberiam 600\$000. Em primeiro de março, reuniu-se pela primeira vez o Conselho de Administração do Museu Nacional, sob a presidência de Custódio Alves Serrão e composto pelos respectivos diretores de seção: Anatomia Comparada e Zoologia, o Dr. Emílio Joaquim da Silva Maia; Botânica, Agricultura, e Artes Mecânicas, Luís Riedel; Mineralogia, Geologia e Ciências Físicas, o próprio Custódio Serrão, que ainda acumulou a chefia da quarta seção, até o ano seguinte, quando Manuel de Araújo Porto Alegre foi nomeado seu diretor (LOPES, 2009, p. 85, 86).

Assim, as semelhanças entre os “primeiros românticos” e Silva Maia vão além das afinidades ideológicas advindas de experiências próximas quando estiveram em Paris em período similar. A estadia de nosso autor na França (1830 a 1834) reverberou certamente nos seus escritos com tendências fortemente compatíveis com as artes desenvolvidas por aqui.

⁹ As ordenações de 800\$000 réis de salário aprovadas pelo regimento do Museu para cada diretor de seção nem sempre foram cumpridas. O Conselho Administrativo desde agosto de 1843 esteve em embate com membros do Senado e ministros dos Negócios do Império, que buscavam “conservar” e não melhorar o Museu Nacional. Custódio Alves Serrão, diretor geral e da seção de Mineralogia, fora substituído por Silva Maia duas vezes durante seu processo de desligamento da Instituição, que vira seus diretores terem seus ordenados reduzidos de 800\$000 para 200\$000 réis até o ano de 1855, tendo o salário integral preservado apenas para o diretor do Conselho (LOPES, 2009, p. 87-89). A desvalorização dos trabalhos realizados no Museu Nacional pela elite política já vinha daquela época. Tendo sido exonerado nos finais de 1847, Alves Serrão diante da pressão de ajustar as despesas do museu aos valores deliberados pela lei de orçamento tinha a noção de que “a utilidade de nosso museu não era compreendida pelos que detinham o poder” (LOPES, 2009, p. 90).

Porém, além desses aspectos, outra situação comum importante para nossa análise é justamente o contexto sociopolítico vivido na corte do Rio de Janeiro de meados do século XIX.

João Luís Fragoso e Francisco Carlos Teixeira (1990, p. 177-187) nos lembram que é a partir da década de 1850 que a monarquia centralizadora consegue com maior segurança administrar os conflitos internos e externos do país. Diferentemente do que se havia testemunhado de 1831 a 1848, tempos de diversos levantes urbanos e rurais, marcados por revoltas populares e de elites que ameaçavam a unidade e a ordem política do país.

Dessa maneira, o processo de centralização dos finais da Regência e início do Segundo Reinado, sustentado pela elite política, burocracia estatal e os cafeicultores fluminenses desenvolveu mecanismos de legitimação e condução dos setores dominantes do país. Não bastando conquistar certa hegemonia no Legislativo, o Regresso Conservador (1836 - 1852) estruturou-se em torno da figura do jovem monarca com diversos mecanismos que não se resumiram à retomada da Guarda Nacional ao Executivo.

A coesão dos grupos dominantes em torno do Estado, necessária para afastar os perigos das sublevações e aspirações democráticas, assim como para preservar distinções e privilégios de classe das elites brasileiras, esteve atrelada a certa direção política, moral e intelectual desses grupos (FRAGOSO, J. L.; TEIXEIRA DA SILVA, F. C., 1990, p. 177-179; MATTOS, 1987, p. 120-168).

Sendo o medo de revoltas, sobretudo das populares, comum entre as elites políticas e econômicas, fator importante a ser ponderado entre esses setores é a relação de dependência mútua com o Estado. Como se vê em José Murilo de Carvalho (2003), a educação superior comum e o treinamento administrativo contribuíram para a homogeneidade ideológica da elite imperial. Fator essencial para a construção do Estado, mais do que origens sociais comuns, a unidade da elite política nos anos de formação e acumulação do poder estatal se deu principalmente pela participação de magistrados e burocratas com formação superior nos principais quadros políticos e administrativos do país.

Com tendências favoráveis ao fortalecimento do Estado, essa elite política composta em grande parte por funcionários públicos formados principalmente em Direito, mas não só, foi acompanhada por grupos de intelectuais e professores que geralmente não se envolviam nos quadros políticos mais diretos. Entretanto, a grande propriedade agrária escravista, base econômica e social da qual muitos políticos também se valiam, limitava as alternativas ocupacionais com sua restrita divisão do trabalho. Assim, a realidade rural em lenta transformação tinha como uma de suas consequências o Estado como principal empregador desses ilustres letrados. O que fazia com que esses intelectuais, independentemente de suas

preferências partidárias, luzias ou saquaremas, defendessem por razões materiais óbvias o fortalecimento e unidade estatal (CARVALHO, 2003, p. 95-116).

Desse modo, a invenção da tradição nacional, concentrada nos mais próximos centros de poder do império (Corte e as instituições oficiais de comando), foi prática eminentemente política e intelectual, tomada pela conciliação entre os grupos de liberais moderados e a elite dos conservadores. Na inexistência de um campo intelectual autônomo em relação ao Estado, a dependência desses homens empenhados na construção de uma identidade nacional com o governo ganha mais um peso. Afinal, além de estabelecidos economicamente junto ao funcionalismo e aos cargos políticos, os espaços de sociabilidade e os meios de divulgação de seus ideais muitas vezes eram mantidos e endossados pelo imperador (ALONSO, 2014, p. 86-90; RICUPERO, 2004, p. XXII).

Valendo-se de que a educação superior significava acúmulo de poder político e econômico, a intelectualidade do pós-independência próxima ao Estado incumbiu-se na construção de material simbólico para a criação da nação. Sendo a literatura “uma atividade devoradora”, elemento que mais “parecia dar legitimidade ao conhecimento da realidade local”, como afirma Candido (2012, p. 105), a proximidade do desenvolvimento das letras com a vida e a obra de Silva Maia evidencia não ser à toa as semelhanças do seu discurso com os ideais e interesses políticos das produções românticas. Empenhadas essas na invenção de uma história e símbolos que buscassem afirmar as particularidades brasileiras exaltando a natureza tropical. Principal elemento inspirador dos gênios e poetas, homens que se auto incumbiram da missão de completar a emancipação política do Brasil, dotando o país de autonomia cultural e de pensamento.

Para isso, o projeto de independência literária e intelectual iniciado com a Niterói tivera continuidade até meados da década de 1850. A associação entre artes, ciências e letras com modelos adaptados do estrangeiro às circunstâncias locais buscava contribuir para o desenvolvimento do Brasil, entendido como uma nação nova que precisaria ao seu modo adquirir uma condição civilizada, igualando-se assim a povos considerados mais adiantados.

Como país novo, o Brasil precisaria realizar progressos nos mais diferentes campos, da economia às artes, passando pelas ciências, que nos aproximassem da “civilização”. A nova escola romântica ensinava, contudo, que a civilização não seria sempre a mesma, apresentando características variadas em diferentes países. Portanto, deveríamos ser civilizados, mas à nossa maneira, desenvolvendo uma cultura própria (RICUPERO, 2004, p. 92).

Apesar de ter legado participações na *Minerva Brasiliense* (1843-1845), de acordo com nossos levantamentos no acervo digital da Biblioteca Nacional, foi principalmente na *Revista*

Guanabara (1849-1856) que nosso autor publicou escritos sobre história natural que julgamos mais relevantes para o nosso presente trabalho.

Esses escritos, concebidos em diferentes momentos e publicados na Guanabara ao longo de sua duração, parecem pertencer a uma compilação de todos os trabalhos da Sociedade Velosiana presentes numa edição da revista do ano de 1854. A estimativa do ano de publicação dessas fontes provém de alguns indícios: primeiramente porque em nossa edição consultada constam textos de vários autores concebidos desde 1850 até 1854. Além disso, Silva Maia menciona em seus *Quadros synópticos do reino animal* o texto *Memórias Sobre os beija-flores*, presente na edição consultada do Guanabara, da seguinte maneira:

Não podemos deixar de lastimar a sensível diminuição de pássaros que se nota nos arredores da Corte; o que he devido, não tanto ao natural augmento da cidade com as novas edificações, mas sobretudo ás caçadas barbaras effectuadas por muita gente sem licença de autoridade alguma, aquém cumpre tomar a este respeito providencias adequadas para que nossos vindouros não tenham de nos praguejar. **Eis o que sobre o objecto publicamos em 1854 no jornal da Sociedade Velosiana quanto ao sítio que habitamos** (MAIA, 1858, p. VI, VII).

1.2 A SOCIEDADE VELOSIANA E O DR. SILVA MAIA

Publicação tida como continuação das realizações das duas outras revistas (Niterói e Minerva Brasiliense), editada por Manuel de Araújo Porto Alegre, Joaquim Manoel de Macedo e Antonio Gonçalves Dias, o Periódico Guanabara tinha como regra de suas publicações um alinhamento maior com o projeto do Partido Conservador e a Coroa. Graças a qual, a partir de junho de 1851, após hiatos sucessivos em 1850, voltara às atividades com o patrocínio régio (CANDIDO, 2017, p. 367; PINHEIRO, 1855, p. 1, 2; RICUPERO, 2004, p. 99-101).

Isto posto, a revista Guanabara publicava eventualmente os trabalhos da Sociedade Velosiana (1850 - 1856), organização científica que Silva Maia ajudara a fundar. Estabelecida numa das salas do Museu Nacional, onde ocorriam as reuniões entre os sócios, no início a Sociedade era limitada a no máximo quinze pessoas. Presidida e fundada por Freire Alemão (1797-1874) em julho de 1850, poderiam participar da mesma apenas indivíduos que já tivessem publicado textos sobre Botânica, Zoologia ou Mineralogia.

Dividida em “Comissões Permanentes”, entre os sócios não correspondentes e que viviam na Corte, na parte de Mineralogia constavam Frederico Leopoldo César Burlamaque, Cândido de Azeredo Coutinho, Custódio Alves Serrão e Alexandre Antônio Vandelli. Já na parte de Botânica eram os responsáveis Francisco Freire Alemão, Luís Riedel, Bernardo José de Serpa Brandão e Guilherme Capanema. No setor de Zoologia tínhamos o Dr. Emílio Joaquim

da Silva Maia juntamente com Teodoro Descourtilz, sendo a parte de Língua Indígena composta pelo Cons. Antônio Manuel de Melo e Inácio José Malta (LOPES, 2009, p. 129).

Possuindo a revista Guanabara uma seção denominada “Bibliotheca Guanabarensis”, de 1851 a 1855 as produções da Sociedade Velosiana foram vinculadas em suas páginas. As publicações sobre Botânica, Mineralogia, Zoologia e Línguas Indígenas, resultados de estudos e conversas realizadas pelos membros da organização, tinham como missão divulgar os estudos sobre história natural realizados no Brasil. Uma “patriótica ideia” como afirma Guilherme Capanema (1854, p. 1), colocada em prática por um grupo que teve seu estatuto formulado por seus membros com aval do Governo Imperial, que não só autorizou o funcionamento da sociedade, mas também cedeu a sala do Museu Nacional para os encontros e reuniões dos pares.

Tendo sido tesoureiro e arquivista da Sociedade, além de responsável pelas publicações da seção de zoologia com Theodoro Descourtilz, Silva Maia legou na Guanabara estudos descritivos e de observação sobre beija-flores. Assim como deixou reflexões sobre aspectos da história natural e algumas introduções e levantamentos dos acervos zoológicos presentes no Museu Nacional, os quais de 1842 até 1859 estiveram sob sua responsabilidade.

Entretanto, sendo as frentes de estudo da Velosiana pautadas inicialmente em discorrer sobre as propriedades dos animais, vegetais e minerais brasileiros, no final de 1851 surgiram novas propostas de trabalho para as comissões da Sociedade. O seu presidente Freire Alemão passou a incumbir seus colegas de inventariar o que já havia sido realizado no Brasil sobre História Natural. Desse modo, Silva Maia, Capanema e Inácio Malta foram encarregados de escrever sobre o passado brasileiro, buscando tratar sobre a criação dos lugares de ciências e História Natural no país. Outra frente que envolvera nosso autor com outros colegas fora a de levantar até aquele momento quais seriam as plantas e animais exógenos introduzidos no Brasil, trabalho este que contou com a ajuda de Serpa Brandão e Luís Riedel (LOPES, 2009, p. 131, 132).

A postura dos integrantes da Velosiana em contar o passado da História Natural no Brasil significava que esses homens “consideravam as ciências que forjavam como um ramo de conhecimento já instituído entre nós, que tinha história para ser contada, e que lhes cabia estabelecer sua tradição” (LOPES, 2009, p. 132). Esta questão faz parte do que Kury (1998) chama de uma “ciência nacional” ao tratar sobre as realizações de nosso autor, pois além dele se envolver nas atividades científicas para o fomento do Estado em prol do desenvolvimento econômico sobre a natureza, misturando também aspectos simbólicos envolvendo o mundo natural e o sentimento patriótico, a “ciência nacional” do Dr. Maia também tem a ver com o

registro sobre o passado dos cientistas luso-brasileiros e das primeiras instituições de saber da segunda metade do século XVIII em diante.

Tidos como “grandes homens” de nossa história, nas suas narrativas históricas os ilustrados brasileiros dos setecentos tiveram como destino traçado pela Providência trabalhar em prol da pátria, isso mesmo quando o Brasil era ainda uma colônia lusitana. Com sua concepção ascendente de história, em que as sociedades teriam leis correlatas e fases de desenvolvimento semelhantes aos dos seres orgânicos, a ciência produzida por aqueles homens seria indício de aperfeiçoamento e elevação civilizacional no Brasil. Assim, para Silva Maia, o brilhantismo dos cientistas luso-brasileiros incentivados pelas políticas metropolitanas era como um sinal de que a Independência do Brasil estava em nosso destino (MAIA, 1864a, p. 1-5; 1864b, p. 4).

Sobre os escritos históricos de Silva Maia tendo os naturalistas dos finais dos setecentos como grandes homens de nossa história, antes da Sociedade Velosiana ser inventada essa relação entre os cientistas e a história nacional já aparecia na *Minerva Brasiliense*. Onde ele resgata os feitos dos ilustrados de tempos anteriores ao seu, tendo até mesmo pequenas biografias encomendadas pelo próprio para serem publicadas na revista. Outro exemplo anterior são as publicações de biografias e elogios históricos na *Revista do IHGB*. Temos o *Elogio Histórico a José Bonifácio de Andrada e Silva*, presente na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 8 de 1846, assim como o *Elogio Histórico do Dr. José Pinto de Azeredo* presente também na mesma revista, tomo II de 1840. Nesses textos, os ilustrados luso-brasileiros, como vemos na biografia sobre José Bonifácio, são tidos por Silva Maia como “grandes homens”, os quais teriam “deixado provas immensas dos seus conhecimentos em muitas obras suas impressas, e em manuscriptos de muito mérito, que se acham em diversas bibliothecas; e tal é a importância litteraria de todos, que cada um d’elles basta para enobrecer o Brasil” (MAIA, 1846, p. 117, 118).

Como vemos também em seu estudo nono de sua coleção manuscrita de nome *Estudos Históricos Sobre Portugal e Brasil*, Silva Maia ao fazer pequenas biografias de diversos ilustrados dos setecentos, afirma estar perpetuando “a memória de quem bem servio a sciencia e a pátria” (MAIA, 1864b, p. 4). Além disso, nosso autor escreve no mesmo capítulo que “os zelosos investigadores da Terra de Santa Cruz”, desde quando eram funcionários lusitanos, seriam gratos à Providência por terem sido encarregados de estudarem a terra onde nasceram. Dando a entender para nós, que já naquele momento, seria uma questão de tempo o Brasil se tornar uma nação independente.

Escrevendo a nossa história nos moldes em que já buscava fazer no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, destacando o desenvolvimento de nossa inteligência graças as medidas de modernização metropolitanas, Silva Maia concedia demasiado protagonismo aos elementos portugueses sobre nosso passado. Ao menos esse é o principal motivo apontado por Garcia (2007) para o esquecimento da obra sobre história do Brasil e Portugal atribuídos a ele. Cópias manuscritas feitas por Pinto Bueno em 1864 de 18 capítulos, os quais formam os *Estudos Históricos Sobre Portugal e Brasil* que vieram ao conhecimento do público a partir da descoberta da mesma autora nos arquivos do IHGB em 2001.

Segundo Lúcia Garcia (2007, p. 106-139) o esquecimento dessa obra iniciada em 1855 se deu pelo fato de nosso autor narrar a história nacional que buscou compor a partir da história lusitana. A narrativa abrangente, tida por inadequada para os padrões da história oficial do período, também teria sido esquecida pelo “Tribunal da História” do IHGB por tratar de assuntos recentes para a época. Assim, apesar de se enquadrar ao contexto de consolidação do Estado Imperial, o protagonismo português na formação da essência brasileira parece ter sido o diferencial não aceito pelos pares do Instituto.¹⁰

Contudo, ao mesmo tempo que exaltava os luso-brasileiros de outrora, Silva Maia reforçava e autolegitimava o papel da elite intelectual brasileira da qual fazia parte. Pois fora as tarefas administrativas e de levantamentos sobre o território e suas propriedades, também havia entre aqueles homens o dever de reformar a sociedade junto ao Estado, elementos esses que sua geração também incorporou para si juntamente com a tarefa de forjar o “espírito nacional” (SILVA DIAS, 1968, p. 151-170; MAIA, 1846, p. 117-119; 1864a, p. 11-14; 1864b, p. 4-9).

A exemplo de como Silva Maia contava na Velosiana o surgimento das instituições de saber e a participação portuguesa para tais empreendimentos, temos em seu *Esboço Histórico do museu nacional* a narrativa do início da formação dos acervos que resultariam em 1818 no respectivo museu. Contando desde os primórdios da criação da “casa de história natural”, conhecida também como a “casa dos pássaros”, recinto criado pelo “excelente governador” Vice-Rei Luís de Vasconcelos e Sousa em 1784, Silva Maia remonta às mudanças e transferências de seus acervos até o estabelecimento do Museu Imperial Nacional no Campo de Santana (MAIA, 1854d, p. 90-92).

Entre os capitães generaes que governaram o Brasil no tempo do domínio portuguez, alguns houveram que, além de humanos e justiceiros muito concorreram para o progresso material do paiz confiado á sua direção. Orgulhosos ostentam-se á nossa

¹⁰ Os manuscritos citados e sua coleção completa pertencem ao acervo particular do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o qual forneceu prontamente para nós os capítulos requisitados para o nosso trabalho.

vista o aprazível passeio público, o caes e a elegante fonte do largo do paço, os sólidos e uteis arcos que abastecem a cidade d'água, como indeléveis monumentos que por largos annos transmittiram á prosperidade os importantes serviços de Luiz Vasconcellos. (...) Homem do progresso, verdadeiro amigo das sciencias naturaes, não só foi por sua ordem e influencia, que o padre mestre Fr. José Mariano da Conceição Velloso, emprehendeo a grande obra “Flora Fluminense” mas também é a elle a quem se deve a primeira lembrança de um musêu de história natural no Rio de Janeiro. (...) Convencido da utilidade de semelhante estabelecimento na capital da extensa e rica terra de Santa Cruz, e certo das vantagens, que as nações civilizadas d’ahi tiravam,, projectou a execução de um, que devia abranger tanto collecções preparadas como animaes vivos, com o qual poderia também com facilidade dar cumprimento ás ordens da metrópole, remetendo para os musêus de Lisboa e Coimbra productos do Brasil (...) Todavia, desde o tempo de Luiz de Vansconcellos estabeleceu-se provisoriamente em uma pequena casa contigua ao chão do novo musêu, um depósito permanente de objectos zoológicos com a denominação de casa de historia natural, ou, como vulgarmente se dizia, casa dos pássaros, aonde se preparava e montava animaes, dividindo-os só em famílias, sem determinar-se gêneros nem especies, por não haver então pessoa capaz de os classificar (MAIA, 1854d, p. 90, 91).

Apesar do Museu Nacional não ser instituição originária do pós-independência que Silva Maia participara, a instituição que centralizara os esforços científicos sobre História Natural tivera protagonismo como a principal do país em termos de acervo das Ciências Naturais. Tendo a Velosiana funcionado em seu interior e seus membros funcionários públicos e pesquisadores do próprio local, concebemos que essa organização apresenta características comuns também presentes nos outros lugares mais expressivos aos que Silva Maia legou escritos, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), a Academia Imperial de Medicina e o Colégio Pedro II. Este último, uma instituição um pouco diferente por ser de instrução secundária, mas que da mesma maneira que os outros locais, contava com a presença e apoio do Imperador, assim como, era recinto de nossas elites e símbolo de civilidade no Brasil oitocentista (LOPES, 2009, p. 71-84; SCHWARCZ, 2013, p. 150).

Dessa maneira, destacaremos a seguir algumas relações implicadas na composição desses ambientes, locais esses inspirados nas sociedades burguesas francesas dos séculos XVIII e XIX. Instituições as quais se formaram na Europa inicialmente de maneira informal, como associações voluntárias entre iguais, e que com o passar do tempo foram submetidas ao consentimento da autoridade política oficial, adquirindo assim estatutos e organização burocrática para a publicação e divulgação de suas realizações¹¹ (AGULHON, 2019, p. 27-34).

¹¹ Maurice Agulhon (2019, p. 29, 30) ressalta que as associações voluntárias burguesas da modernidade surgiram nos finais do século XVII, porém, ao se desenvolverem durante o Antigo Regime e sua crise, estenderam-se e se fortaleceram principalmente durante o século XIX e início do XX. Iniciando com encontros na casa de particulares entre distintos senhores da burguesia e pequena nobreza, sendo diversos os pretextos para as reuniões, desde a leitura coletiva de jornais, jogo de cartas etc., até discussões filosóficas, políticas e algumas iniciativas de Academias científicas. Entretanto, tais iniciativas informais eram incompatíveis com o regime político Absolutista, sendo na época de Richelieu proibida a reunião de pessoas com relativo número de indivíduos sem a presença e assentimento de uma autoridade pública. A oficialização desses círculos burgueses sob uma autoridade fazia com que a associação recebesse estatutos, possuísse local definido e cartas de patente (AGULHON, 2019, p. 30). Sendo ínfima a presença de casos de associação voluntária entre iguais para o lazer ou qualquer outra atividade no auge

Entretanto, o que nos interessa mais observar desses recintos, modelos de associação de letrados, é que desde o século das Luzes formaram-se lugares em que a sociabilidade passou a ser prática política e intelectual. Ligados ao projeto iluminista e seus valores tidos como universais, além de organizar os homens de saber esses locais os legitimavam, fazendo com que pertencer a esses espaços, como coloca Luiz Carlos Ribeiro (2019, p. 40), significasse distinção e poder de determinados grupos sobre a sociedade.

Estamos aqui nos referindo aos diversos lugares “apolíticos” onde se reuniam em segredo os *homini novi* da crise do absolutismo, desde a nobreza insatisfeita com o Estado, a burguesia emergente e os pensadores e escritores libertários. Lugares como os cafês, os salões e círculos diversos, ou as lojas maçônicas. (...) Nesse sentido, a sociabilidade pode ser definida como uma noção filosófica do Iluminismo. É a partir de uma prática social e política marcadamente distinta que a sociabilidade se institui à condição de categoria de análise histórica. A sociabilidade se gesta como *lugar e condição* política. Um lugar que, ao mesmo tempo em que organiza os agentes os legitima. Pertencer a esse espaço tornou-se um fator de distinção e de poder e por isso tornou-se um lugar canônico. A sociabilidade afirmou-se, portanto, como lugar e ideia de um novo modo de vida, não se restringiu apenas a uma prática mas foi conceituada como estratégia de diferenciação e afirmação de determinado grupo intelectual e político (RIBEIRO, 2019, p. 40).

Assim, buscou-se desenvolver também entre os ilustrados brasileiros uma atmosfera de distinção e poder nos locais de saber constituídos no Brasil. Lugares em que muitos dos seus componentes estabelecidos no meio urbano da Corte, mesmo não pertencendo diretamente às oligarquias rurais, faziam parte da elite política e (ou) compunham quadros do funcionalismo público. Distintos do resto da população também pela formação superior, concluídas na Europa ou nas primeiras Faculdades de Direito, Medicina e Academias Militares do Brasil, a enorme maioria desses homens como vimos anteriormente era dependente do Estado.

Dos doze sócios efetivos da Velosiana podemos observar algumas relações. Sobre esse grupo mais próximo do nosso autor, envolvido na produção, promoção e divulgação da História Natural brasileira, existem características da geração intelectual do pós-independência que acabam se repetindo em outras instituições. Isso pelo fato dos integrantes desses recintos de saber fazerem parte de outros lugares e acumularem geralmente mais de uma função pública. Dessa maneira, temos sobre os nove brasileiros e três estrangeiros da Velosiana o fato de todos terem sido funcionários do Estado.

do Antigo Regime francês, o processo de informalidade e oficialização desses grupos se deu mais no século XVIII e continuou no XIX. Como vemos em Agulhon (2019, p. 32): “A grande diferença entre o tempo de Napoleão e o de Richelieu, entretanto, ainda é o fato de a ‘formalização’, a organização de um grupo, não ser mais uma coisa escandalosa ou excepcional. O Iluminismo e a Revolução ocorreram nesse meio tempo. As reuniões dos burgueses, sejam ‘informais’, em ‘círculos’ ou em ‘sociedades’, certamente começaram a proliferar sob Luís XVI”.

O alemão Luís Riedel (1790 - 1861) foi funcionário do Museu Nacional, atuando como diretor da Seção de Botânica e Artes Mecânicas de 1842 a 1861, além de ter sido diretor interino do Conselho do museu em 1844 e responsável pelo Jardim da Casa Imperial e do Passeio Público. O ornitólogo francês Jean Théodore Descourtilz fora um viajante naturalista que chegara ao Brasil em 1830, dono de um estabelecimento de exportação de espécimes de história natural na Rua Fresca número 13, Descourtilz foi fornecedor desses artigos para o Museu Nacional antes de ser contratado pela instituição para dividir as tarefas da seção de Zoologia e Anatomia com Silva Maia. Já o português Alexandre Antônio Vandelli (1784-1859), filho do professor italiano de História Natural Domingos Vandelli, foi membro da Academia de Ciências de Lisboa junto de seu pai, além de ajudante da Intendência Geral das Minas. Segundo consta no **Dicionário Bibliográfico** de Blake em seu primeiro volume (1883, p. 27), em 1834, pelas mudanças políticas feitas no reino português e desgostoso das acusações contra seu pai quando da invasão francesa de 1807, Alexandre viera para o Brasil “onde entrou no serviço do império” (LOPES, 2009, p. 86-98).

Dos brasileiros da Velosiana mais próximos do imperador, como Francisco Freire Alemão, Guilherme Capanema e Antonio Manuel de Mello, temos uma gama de cargos públicos e condecorações acumuladas em vida. A exemplo, Freire Alemão (1797-1874), comendador das Ordens da Rosa e de Cristo, fora médico do próprio Pedro II e professor de botânica das princesas Isabel e Leopoldina. Apesar de ter sido suplente da Assembleia do Rio de 1835 a 1837, foi diretor do Museu Nacional (1866-1870) e lente de ciências físicas e naturais da Escola Central (1858-1866), onde ensinou botânica e fora nomeado major. Guilherme Schuch, Barão de Capanema (1824-1906), condecorado com as medalhas das Ordens da Rosa e de Cristo e amigo do imperador, fora adjunto da seção de mineralogia do Museu Imperial (1849 a 1876), diretor dos telégrafos elétricos, lente da Escola Politécnica, professor honorário da Escola de Belas Artes e mestre de mineralogia na Escola Militar. Já o Conselheiro Antonio Manuel de Mello (1802-1866), comendador da Ordem da Rosa e de São Bento de Aviz, fora Ministro da Guerra por duas vezes, lente da Academia Militar e Brigadeiro em 1861, além de comandante de artilharia, diretor de obras civis e militares da Marinha e do laboratório astronômico, fazendo parte também do Conselho do Imperador (BLAKE, 1883, p. 252; 1895, 160-200; FONSECA, 2021, p. irreg.).

Condecorados com títulos honoríficos das Ordens Militares portuguesas, como as de Cristo, São Bento de Aviz e da Rosa, as quais a partir de 1843 tornaram-se meramente civis e políticas para remunerar os serviços prestados ao Estado, as honrarias e cargos públicos também

se repetiram na trajetória do próprio Silva Maia e dos seus outros colegas da Velosiana (PINHEIRO, 1884, p. 6).

Silva Maia, além dos cargos públicos aos que já nos referimos, foi condecorado como cavaleiro da Ordem de Cristo e da Ordem portuguesa de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa. Custódio Alves Serrão (1799-1873), Comendador da Ordem de Cristo, além de diretor do Museu Nacional (1828-1847) foi lente de botânica da Academia Militar e diretor em 1859 do Jardim Botânico. Inácio José Malta, cavaleiro da Ordem da Rosa, fundou a Sociedade Pharmaceutica e trabalhou na polyclinica-mor do reino (BLAKE, 1893, p.143, 144, 271; 1895, p. 275; LOPES, 2009, p. 86).

Candido de Azeredo Coutinho, comendador da Ordem da Rosa e de Cristo, fora lente de Química da Escola Militar, provedor da Casa da Moeda e membro do Conselho do Imperador. Frederico Leopoldo César Burlamaque (1803-1866), cavaleiro da Ordem de São Bento e oficial da Ordem da Rosa foi lente da Escola Militar e membro do Imperial corpo de engenheiros até se tornar Brigadeiro. Diretor do Conselho do Museu Nacional (1847-1866) fez parte também do Conselho do Imperador, além de como todos os seus colegas, pertenceu a inúmeras sociedades de saber instauradas no Brasil. Por fim, sobre Bernardo José de Serpa Brandão sabemos que este fora diretor do Jardim Botânico do Rio de 1829 a 1851 (BLAKE, 1893, p. 23, 143, 144; 1895, p. 160, 161).

À vista disso, além de fazerem parte dos círculos intelectuais mais destacados da Corte, Silva Maia e seus companheiros da Velosiana possuem outro fator que consideramos significativo em suas trajetórias: ele e alguns de seus colegas foram membros da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional (1827-1904) e da Sociedade contra o Tráfico e Promotora da Civilização dos Indígenas (1850-1858). Fato este que nos parece relevante, pois essas instituições abertamente se envolveram em debates políticos relativos à modernização da produção, costumes e substituição do trabalho escravo no Brasil, o que para nós, reforça a pertinência de considerarmos certo engajamento nos textos científicos de nosso autor, assim como em atentarmos para a positividade de seus escritos tendo em vista as estruturas e relações de poder de seu tempo (CARVALHO, 2003, p. 52; KODAMA, 2007, p. 1).

De acordo com nossos levantamentos, Silva Maia, Frederico César Burlamaque, Inácio José Malta e Guilherme Capanema foram sócios da Sociedade Contra o Tráfico, sendo Burlamaque primeiro secretário da organização. Já sobre a participação na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, dentre os pares da Velosiana além de nosso autor, foram

seus sócios Freire Alemão, Frederico Burlamaque, Candido de Azeredo Coutinho, Custódio Alves Serrão, Bernardo José de Serpa Brandão e Inácio José Malta.¹²

Essas sociedades, símbolos de sua época na tentativa da elite intelectual em reformar os costumes e dirigir os cidadãos do Império, destacam-se cada uma ao seu modo no fomento de debates públicos relativos ao processo de afirmação da soberania nacional. A Sociedade Auxiliadora da Industria fora uma das primeiras organizações do pós-independência na modernização agrícola proposta desde os finais dos setecentos. Composta por intelectuais e membros da elite política, de cunho quase oficial por receber recursos do orçamento geral, apesar de ser muito mais técnica do que política e de não ter tido muito êxito em suas propostas reformadoras, como vemos em Carvalho:

Isto não significa que a Sociedade fosse um órgão totalmente inútil do ponto de vista da formulação e implementação de políticas. Ela servia de fórum no qual os elementos mais progressistas defendiam seus pontos de vista e se esforçavam de vários modos – inclusive distribuindo sementes, fornecendo máquinas para demonstração, publicando manuais – por introduzir reformas (CARVALHO, 2003, p. 52).

Já a Sociedade Contra o Tráfico fora organização que marcara o momento da intensa pressão inglesa sobre o Brasil para cessar o comércio transatlântico de escravizados. Questão essa de forte apelo nacional e sobre a qual buscava-se colocar uma imagem de processo relativo à soberania do Estado brasileiro (KODAMA, 2007, p. 1).

Sendo o principal objetivo da Sociedade substituir a mão-de-obra escrava pela europeia livre, além de colonizar os sertões a partir de aldeamentos indígenas, juntamente às propostas de mudanças sobre a principal força de trabalho no Brasil havia um debate racial envolvendo a nação. A colonização externa, tema recorrente em periódicos como a Minerva e o Guanabara, nas páginas do O Philantropo (1849-1852), semanário oficial da Sociedade Contra o Tráfico, argumentos racialistas eram comuns num momento em que as teorias raciais não

¹² Para o levantamento dos sócios da Velosiana na Sociedade Contra o Tráfico, consultamos as listas dos sócios presentes nas edições do periódico O Philantropo (1849-1852), semanário de divulgação e de propaganda anti-tráfico de escravos. As revistas de número 79 e 80 publicadas em outubro de 1850, além da de número 85 de novembro do mesmo ano, disponibilizaram listas nominais dos cento e quarenta e oito sócios até aquele momento. As edições de **O Philantropo**, periódico humanitário científico e litterario. Rio de Janeiro, Typographia Philantropica, estão disponíveis em: <http://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/philantropo/717997>. Acesso em: mai. 2021. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=717991>. Acesso em 25 mai. 2021. Os dados sobre os sócios da Velosiana e a participação desses em outras instituições como a Sociedade Auxiliadora da Indústria foram coletados nos volumes do **Dicionário bibliográfico brasileiro** (1883-1903) de Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. Disponíveis em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221681>. Acesso em: 29 mai. 2021.

eram muito enfatizadas entre a intelectualidade do período¹³ (KODAMA, 2007, p. 2-5; 2008, p. 410, 411).

Assim, o projeto de branqueamento da nação pretendida pela Sociedade, além de cessar com o tráfico e depois abolir a escravidão possuía caráter duplamente segregador. Pois tendo a pretensão de reexportar os africanos e seus descendentes de volta para a África, os planos de aldeamentos dos indígenas também eram pautados na ideia de que “o cruzamento das raças é uma anomalia orgânica da humanidade; e que ao contrário a sua separação se coaduna com a ordem natural das cousas” (O Philantropo, 1º/06/1849 apud KODAMA, 2007, p. 2). Afinal, os nativos, aos poucos sendo “civilizados” em seus novos redutos separados, serviriam para o proveito da nação com seus excedentes agrícolas, sendo claro que o casamento interracial com os indígenas também era indesejado pelos pares da instituição. Desse modo, distinguia-se o grupo anti-tráfico de propostas como as de José Bonifácio, o qual vira o futuro do Brasil em 1820 como uma nação “mestiça” (KODAMA, 2007, p. 8; VARELA, 2009, p. 276, 277).

A aparente contradição do grupo composto predominantemente por integrantes do partido Liberal, defensores do fim do tráfico e da escravidão, mas ao mesmo tempo racistas e defensores de teorias racialistas só aumenta. Afinal, além das justificativas humanitárias e filantrópicas em defesa do fim do tráfico humano serem acrescidas do debate racial, como observa Beatriz Mamigonian (2020), nem os Saquaremas, representantes mais próximos das oligarquias escravistas pareciam associar tanto a questão nacional com a racial. Visto que Vasconcelos, Saquarema na década de 40 e com dificuldades de reabrir oficialmente o tráfico,

¹³ Distinguimos racismo de teorias racialistas ao modo de Todorov (1993), pois como afirma o autor, diante do “problema” da unidade e diversidade humana, a partir do século XVIII instaurou-se discussões sobre os humanos serem uma ou várias espécies. Todorov (1993, p. 107) define racismo como um comportamento de desprezo, ódio sobre aqueles que apresentam características físicas diferentes daquelas presentes em si. Já o termo racialismo seria um movimento de ideias, ideologias e doutrinas referentes às raças humanas, entendidas como espécies distintas. Essas doutrinas, nascidas na Europa Ocidental entre meados do século XVIII e a metade do XX, possuíam algumas proposições gerais. Diferentemente do que a Biologia contemporânea propõe, de que a noção de raça decorre da psicologia social, já que a variabilidade genética entre indivíduos de um mesmo grupo racial é maior do que entre grupos distintos, as teorias racialistas de outrora concebiam as raças humanas como espécies distintas. Monogênicas ou poligênicas, teorias que respectivamente defendiam a origem única dos humanos, ou o surgimento separado do gênero Homo, essas doutrinas defendiam a continuidade entre o físico e o moral dos indivíduos. Sendo a divisão racial uma divisão entre culturas, havia entre algumas teorias a estrita determinação do físico sobre o moral. De determinismo biológico variável entre as doutrinas, como em todo etnocentrismo há uma hierarquia universal de valores, em que não apenas raças ou povos seriam diferentes, mas uns seriam superiores à outros (TODOROV, 1993, p. 107-110). Coincidindo os valores universais com os daqueles que negavam a unidade e igualdade humana, as proposições e constatações de “fatos” dessas doutrinas levaram, segundo Todorov (1993, p. 110), a “desenvolver uma política que ponha o mundo em harmonia com a descrição precedente. Tendo estabelecido os “fatos”, o racialista tira deles um julgamento moral e um ideal político. Assim, a submissão das raças inferiores, ou mesmo sua eliminação, pode ser justificada pelo saber acumulado a respeito das raças”.

suscitou projetos de colonização de africanos livres envolvendo as primeiras propostas de regulamentação sobre a venda de terras¹⁴ (KODAMA, 2008, p. 422).

Bernardo Pereira de Vasconcelos, autor do projeto de lei e um dos cérebros saquaremas, inscrevia a importação de trabalhadores braçais para a lavoura, fossem eles africanos ou chineses, numa política mais ampla de garantia dos privilégios dos cidadãos brasileiros que exerciam direitos políticos, entre os quais admitiria estrangeiros “dignos de aperfeiçoamento”. “A África tem civilizado a América”, disse, sugerindo que os norte-americanos mais eminentes eram sulistas e proprietários de escravos, para reforçar seu argumento de que a abolição do tráfico traria “tendências barbarizadoras”. (...) Para Vasconcelos e seu grupo, como Keila Grinberg ressaltou, “a organização da sociedade imperial brasileira deveria continuar a ser pautada de acordo com os princípios hierárquicos tradicionais do antigo Império português, [...] de acordo com os critérios de direitos e privilégios, a partir dos quais apenas um pequeno grupo teria acesso aos dois”. Foi dessa forma que a vinda de africanos como colonos integrou a pauta saquarema (MAMIGONIAN, 2020, p. irreg.).

Composta a Sociedade não só por membros da elite política, mas também por bacharéis, militares, religiosos e médicos, os quais segundo Kodama (2007, p. 3), eram os mais empáticos em relação ao enfoque nacional racial, como veremos mais à diante, Silva Maia já na década de 30 apresenta argumentos raciais contra as amas de leite escravizadas, as quais representariam para ele grande perigo à pátria ao amamentarem e criarem os filhos da “boa sociedade”.¹⁵

Sócio anos depois da instituição contra o tráfico, onde se defendia a abolição gradual da escravidão com argumentos que também diziam respeito a perigos morais e físicos que os escravizados representariam para a nação, Silva Maia, em conjunto da elite intelectual brasileira, parece partilhar da condição de mediador cultural *engajado* nos debates e questões públicas. Seja direta ou indiretamente, seus discursos revelam relações compatíveis com as linhas de força que orientam as reflexões de seu grupo, e, conseqüentemente, refletem a visão de mundo da classe intelectual de seu tempo (ALVES, 2019, p. 32; KODAMA, 2008, p. 419).

¹⁴ Colocamos como aparente a contradição dos liberais antiescravistas, pois para os dias de hoje, sobretudo para quem nunca se aprofundou na história do abolicionismo, pode parecer que aqueles que se opuseram ao tráfico e à escravidão o fizeram apenas por valores humanitários. Entretanto, naquele momento ser anti-tráfico ou abolicionista não significava que os sujeitos envolvidos não fossem racistas, ou defensores da igualdade e unidade humana. Ciosos de seus privilégios de classe e cor, vemos que as doutrinas racialistas que afirmavam a degeneração dos escravizados legitimavam as hierarquias dentro da própria sociedade brasileira, onde quem era branco ou tido como um gozava de distinções e privilégios.

¹⁵ Emílio Joaquim da Silva Maia. *Ensaio sobre os perigos a que estão os meninos sujeitos quando não amamentados pelas próprias mães. Apresentado na Sociedade do Rio de Janeiro na seção de 18 de junho de 1834*. Rio de Janeiro: Impresso na Tipografia de R. Ogier, 1834. Ex-líbris da Coleção Thereza Cristina. BN/SOR 69, 2, 11 n. 1. (38 p.)

Sendo os discursos do autor baseados em saberes “*governamentalizados*,”¹⁶ apropriados e readequados para a realidade brasileira, seus trabalhos apesar de muitas vezes não deixarem explícitas todas as suas intenções, de forma subjacente comunicam-se com os interesses de seu grupo e as estruturas e relações de poder de seu tempo.

Dessa maneira, as apropriações das ideias europeias pela intelectualidade brasileira não devem ser compreendidas apenas como cópia, mas sim de maneira interessada. Partilhamos assim das reflexões de Angela Alonso (2014, p. 85-88) sobre a influência de interesses pessoais e dos grupos mais próximos de Silva Maia nas suas escolhas teóricas e de interpretação, compreendendo que o rigor acadêmico não era a maior das pretensões da inteligência do período anterior à 1870, isso devido à ausência de campo intelectual autônomo e a dependência estatal dos letrados.

Desse modo, além do interesse em manter os privilégios de classe e raça preservados entre as elites, assim como em fortalecer a consolidação do Estado e da ordem contra as revoltas que ameaçavam a unidade do império, a obra do Dr. Silva Maia, muitas vezes lacunar, embora eclética em termos de referência, possui implicações sociopolíticas que influem em certa escolha interessada de seus temas e referências.

Membro de quase todas as sociedades literárias e científicas presentes no Rio de Janeiro,¹⁷ como lembra Joaquim Manoel de Macedo no discurso póstumo sobre seu amigo (1876, p. 442), Silva Maia desde que voltara ao Brasil buscou divulgar para a reduzida comunidade leitora descobertas e conteúdos sobre a fauna e flora de seu país. Sendo vários os temas de suas obras, muitos deles alinhados com a formação nacional pretendida pela intelectualidade romântica de sua geração (1822-1870), começaremos por analisar seus textos sobre História Natural, nos quais buscaremos levantar elementos e ideias que nos ajudem a compreender a sua concepção de natureza.

¹⁶ Os saberes governamentalizados seriam aqueles que se desenvolveram a partir do surgimento dos Estados modernos. Quando progressivamente na Europa, a partir dos finais do século XVII e início do XVIII, com a expansão mercantil e aumento demográfico, a forma de governar passou a ser através da economia política. Assim, com a necessidade de gerir as populações e os recursos dos territórios, desenvolveram-se novas formas de governo em que o Estado ou a sociedade seriam imanentes a elas. Desse modo, os diversos saberes constituídos, como a Medicina, a História Natural etc., possuem conexões estratégicas com os mecanismos de coerção e governo, juntamente com as estruturas produtivas das sociedades modernas ocidentais (FOUCAULT, 2016, 413-431).

¹⁷ Além de fazer parte do Museu Nacional e do Collegio de Pedro II, Silva Maia foi sócio fundador do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, membro e presidente honorário da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, sócio da Sociedade Vellosiana e da Contra o Tráfico e a favor da Civilização dos Indígenas, fundador do Gymnasio Brasileiro e da Academia Phylosophica, além de ser membro titular da Academia Imperial de Medicina e da Sociedade Litteraria do Rio de Janeiro. Das instituições fora da Corte temos a participação dele no Instituto Litterário da Bahia, na Sociedade dos Antiquários do Norte, assim como membro correspondente da Sociedade de Ciências Naturais da França e da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa. (BLAKE, 1893, p. 271; GARCIA, 2007, p. 84)

Em vista disso, tendo destaque nos seus estudos os pequenos beija-flores, é justamente numa de suas publicações na Guanabara que o vemos confessar a relação contígua da ciência que buscava construir no Brasil com os propósitos românticos das letras. As quais, para ele, teriam muito mais o que cantar sobre o país de acordo com os avanços científicos sobre a natureza local (MAIA, 1854b, p. 48). Dessa maneira, além da exaltação dos elementos naturais, da inserção da paisagem descrita de forma quase que literária e da invocação de sentimentos que trariam as cores dos beija-flores, que de tão belas “deleitam a vista, extasiam o coração” (MAIA, 1854b, p. 48), Silva Maia, ao relacionar o avanço científico com os gênios brasileiros, revela noções implícitas da sua visão de mundo romântica dignas de maior atenção. Pois, ao atrelar os avanços da história natural com as artes, ele evidencia compactuar e contribuir para o movimento romântico de construção nacional.

Igualando-se aos literatos em termos de importância no processo de civilizar aqueles poucos que detinham o privilégio de cidadania em seu país, na seção “Notícias das Ciências Accessórias”, no primeiro volume da **Revista Médica Fluminense** do ano de 1835, ele revela certa noção de estratificação da sociedade, incluindo-se no grupo daqueles que: “tendo por missão o estudo da natureza, alliviam seus concidadãos nas suas enfermidades, e mostram-lhes as riquezas de que a providencia os dotou, para que elles utilizem do melhor modo possível” (MAIA, 1835b, p. 21).

Como vemos em Marcelo Rangel (2011, p. 19), o projeto de Gonçalves Magalhães e seus colegas em fundar uma sociedade digna do progresso moral e material consistia em civilizar a “boa sociedade” através da sedução dela pela literatura. Fazendo os representantes das elites experimentarem ao mesmo tempo o sentimento de finitude da vida humana e o da eternidade pela verdadeira fé cristã, assim como terem acesso às lições das ciências úteis, fundamentais para o progresso técnico e produção de riqueza junto à natureza.

Incorporando o antigo pragmatismo das ciências modernas, dedicando-se à medicina “pelo bem da humanidade” e atribuindo à natureza brasileira valores simbólicos e políticos, buscaremos no próximo capítulo compreender as principais ideias relativas ao mundo natural nos discursos científicos de Silva Maia, assim como, apontaremos as implicações e reflexos da ordem política de seu contexto histórico.

2 A HISTÓRIA NATURAL DO DR. SILVA MAIA, ROMANTISMO E ILUSTRAÇÃO NO SÉCULO XIX

2.1 A HISTÓRIA NATURAL ESPECULATIVA

Os discursos científicos de Silva Maia comportaram em suas conjecturas e pressupostos uma gama de ideias e noções que distanciam suas obras de uma postura essencialmente objetiva. São em suas conjecturas teóricas, nos mais variados trabalhos que vemos a justificativa de sua atitude em exaltar e ter a natureza tropical como símbolo da nação que buscara em vida construir junto de seus pares.

Como sabemos, nosso médico e naturalista de campo, ocupante da cadeira de Zoologia e Anatomia Comparada do Museu Nacional (1842-1859), de 1838 a 1859 foi também responsável pelo ensino das ciências naturais no Colégio Pedro II. A exemplo do caráter especulativo de sua história natural, o professor da escola secundária refundada em 1837 com o nome do imperador, introduziu no curriculum da instituição a disciplina Zoologia Filosófica, vigente na escola de 1841 a 1855.

Exclusividade do colégio, não havendo precedentes nas outras escolas brasileiras e nos liceus franceses da mesma época, a matéria complementar ao ensino da Zoologia descritiva, tratava das teorias modernas sobre a origem e as transformações dos animais, baseada nos modelos teóricos dos principais autores franceses da Filosofia Natural moderna, como Étienne Geoffroy Saint-Hilaire, Cuvier, Étienne Reynaud Serres e entre outros (LORENZ, 2007, p. 133 - 139).

Tida como o estudo do desenvolvimento orgânico dos animais, a disciplina de uma aula semanal ministrada por Silva Maia advinha de debates controversos e ignorados por muitos textos tradicionais da fisiologia, anatomia e taxonomia. De acordo com as análises de Karl Lorenz (2007, p. 133-143) sobre o programa de exames da matéria do ano de 1850, a questão da metamorfose animal foi o principal tema abordado na Zoologia Filosófica de Silva Maia.

Assim, a transmutação das espécies estudada a partir de tópicos como as escalas da evolução animal, a existência de um “Plano Anatômico Universal” e questões da epigênese embrionária e origem dos seres, revelam o particular interesse especulativo do professor de história natural sobre a natureza. Tal atributo, relacionado com a mistura das tradições romântica e ilustrada que dão base ao seu pensamento eclético acusado por Kury (1998, p. irreg.), implica em reflexões e desdobramentos que alicerçam e extrapolam as esferas

simbólicas nacionais que constam em seus textos médicos e científicos, assim como os de “história pátria” sobre a natureza.

Como veremos, o Dr. Silva Maia, geralmente de maneira lacunar e pouco profunda, apresenta ideias e preceitos sobre o mundo natural que se relacionam de maneira positiva aos interesses das elites próximas da Corte. Noções sobre as ciências naturais aparecem numa gama de trabalhos distintos que revelam entendimentos concernentes ao mundo natural e das sociedades humanas. Afinal, constantes são os paralelismos que o autor faz com as leis naturais e supostas determinantes sociais, pois para ele, “a história natural está em completa harmonia com a história civil” (MAIA, 1864a, p. 2:).

Dito isso, a relação que Silva Maia faz entre as leis da Providência reveladas pela história natural e suas equivalentes do mundo civil, que quando conhecidas e respeitadas evidenciariam a natural harmonia e ordem divina, indicam, mesmo que muitas vezes de maneira implícita, os potenciais políticos dos escritos aqui tratados.

Desse modo, a exemplo das especulações de nosso médico e naturalista, é em texto publicado no periódico “O Guanabara” que nosso autor discorre sobre algumas reflexões relativas à metamorfose animal e a origem e distribuição dos seres vivos no planeta. Temas que ele e seus alunos dedicavam-se a compreender enquanto a Zoologia Filosófica esteve nos quadros do Colégio Pedro II e que nos parecem centrais para compreender sua concepção de natureza.

Isto posto, o escrito “*Algumas idéas sobre geografia zoológica*”, servindo de introdução para os seus trabalhos impressos que tratam da fauna brasileira, apresenta juízos sobre o ramo da história natural que segundo Silva Maia (1854a, p. 41) seria “o estudo methodico das grandes relações que os animaes tem com a parte do globo que habitam”.

Para o cientista brasileiro (1854a, p. 41, 42), o objeto principal da geografia zoológica consistiria em procurar a origem e história das evoluções animais, estudar as relações e diferenças entre as espécies conforme os lugares que elas ocupam, indagando como suas “fórmias gravitam entre limites determinados, modificando-se segundo os tempos e lugares”.

Compreendendo que os seres vivos sofrem mudanças ao longo do tempo de acordo com os elementos externos dos locais em que habitam, essas mudanças ocorreriam conforme (1854a, p. 42) “mui diversas circumstancias climatéricas, pelas suas respectivas organizações, pela natureza particular do terreno que habitam, pelas variadas floras, pelas diferentes faunas, e emfim pela enérgica e inteligente mão do homem”.

Defendendo a existência de leis invariáveis que regeriam a formação e distribuição dos seres vivos no planeta, o autor, a partir da constatação de Buffon sobre formas de vida

particulares de cada clima e continente, reflete sobre as leis de dispersão das espécies e as condições ambientais em que elas originalmente se encontram (MAIA, 1854, p. 39, 40).

Sendo comum desde o século XVIII a elaboração de hipóteses que dividiam a Terra em grandes localidades, isso para compreender as relações das formas de vida com o clima e a geografia em que estavam inseridas, como em Humboldt, Candolle e entre outros, Silva Maia ao seu modo estabeleceu as suas seções sobre o planeta.

Havendo para ele quatorze divisões no mundo todo, chamadas de Centros de Habitação, cada centro possuiria circunstâncias ambientais e climáticas específicas, delimitadas por acidentes geográficos e com fauna e flora particulares que influiriam reciprocamente nas transformações dos seres vivos.

Para o zoologista não resta a menor duvida, que a serie imensa de animaes espalhados na terra, desde o macaco até o zoophyto estão sujeitos ás leis de dispersão em correspondência com todas as circunstancias modificatrizes ambientes. Cada classe tem sua lei geral, e cada grupo seu centro especial de habitação com extremos superiores e inferiores de repartições. Os climas, as montanhas, as planícies, os mares, os gelos e os grandes rios assignalam limites reaes á famílias e até especies zoologicas. Cada animal, por assim dizer, tem seu paiz, sua pátria, na qual cada um vive, propaga-se e morre. Todos são filhos do solo aonde se acham, do qual senão podem ordinariamente afastar sem perigo de vida (MAIA, 1854a, p. 40).

Os animaes modificados em sua distribuição geográfica pela época relativa da formação dos continentes, pelas mui diversas circunstancias climáticas, pelas suas respectivas organizações, pela natureza particular do terreno que habitam, pelas variadas floras, pelas diferentes faunas, e emfim pela enérgica e inteligente mão do homem, apresentam, como já tivemos a ocasião de dizer, centros especiais de habitações. De tal maneira acham-se espalhados, que é nossa intima convicção, não existir clima algum, aonde se não encontre uma ou outra espécie, que lhe seja particular (MAIA, 1854a, p. 42, grifo nosso).

Concebendo em sua ciência a influência divina sobre a ordem e distribuição dos seres no mundo, as noções de Silva Maia extrapolam as interações materiais dos seres com os ambientes em que vivem. Para ele (1835a, p. 1), as descobertas das leis naturais feitas pela história natural, além de extasiar o espírito, revelariam a existência de um Criador, isso mesmo diante da possibilidade de apenas conhecermos as consequências e harmonias do mundo natural, pois, “por toda a parte as causas primárias” da natureza nos escapariam (MAIA, 1835a, p. 1).

Tendo o mistério divino como causa primeira da vida, e havendo a correlação entre as leis naturais com as sociedades humanas, a maneira de Silva Maia compreender a disposição dos seres e suas relações nos seus lugares de origem é chave para algumas questões de sua obra, que vão desde a sua noção sobre uma natureza pátria e predileção por estudar beija-flores, até as ideias que inferiorizavam as amas de leite escravizadas no Brasil de sua época.

Assim, a despeito de admitir que os fatores externos influiriam nas transformações dos seres vivos em seus respectivos locais de origem, onde haveria condições perfeitas e harmônicas a ponto de afirmar que todo animal e planta teria “seu paiz, sua pátria, na qual cada um vive, propaga-se e morre” (MAIA, 1854a, p. 40; 1858, p. IX), para Silva Maia, não seriam as forças externas as principais responsáveis pelas mudanças que ocorreriam nos seres vivos ao longo do tempo, mas sim as suas “respectivas organizações” (MAIA, 1854a, p. 42).

Priorizando os fatores internos dos seres vivos, nosso autor adota um transformismo providencialista para compreender as mudanças sofridas pelas plantas e animais em suas interações com o meio. Sendo a dispersão e as condições harmônicas de vida dos seres resultantes da inteligência de uma Providência, suas ideias fisiológicas que privilegiam a estrutura interna dos seres advém de intrincadas concepções morfológicas que buscaremos destrinchar (KURY, 1998, p. irreg.).

Assim sendo, no tocante ao transformismo ou teorias transformacionais sobre a evolução dos seres vivos, estas correspondem a uma série de raciocínios distintos que compartilham pressupostos fundamentais para compreensão das transformações dos organismos ao longo do tempo. Tradição evolutiva não darwiniana, de constantes morfológicas que ditariam e limitariam as mudanças evolutivas, as hipóteses transformistas possuem os organismos individuais como locus principais dos fenômenos biológicos na tentativa de compreender a mudança das formas (CAPONI, 2005, p. 234).

As principais diferenças entre a perspectiva darwiniana ou seletional em relação às teorias transformistas, consistiriam, segundo Caponi (2005, p. 233), em dois pontos. Para a primeira, sem desconsiderar a constituição dos organismos, a evolução passa a ter as populações como locus privilegiado na maneira de compreender o processo evolutivo, que passa a ser entendido através de causas remotas, contingenciais, e não imediatas e pré-determinadas internamente. Concebendo que os indivíduos de uma mesma espécie não são homogêneos, para o entendimento seletional as populações com suas variantes sofreriam mudanças ao longo do tempo, isso pelas alterações na proporção de seus representantes causadas pelo meio em que vivem. Considerando a existência de diferenças entre os indivíduos de uma mesma espécie, é a alteração na frequência do conjunto dos seres que formam uma população que explica suas transformações no tempo. Em contrapartida, como vemos em Caponi (2005, p. 234), além de privilegiar elementos internos nos seres, que predeterminariam as mudanças morfológicas, as teorias transformacionais “procuram explicar a evolução de um sistema em virtude de mudanças simultâneas e conjugadas que ocorrem em todos e em cada um dos componentes do sistema”.

Tendo Lamarck (1744-1829) e Etienne Geoffroy de Saint-Hilaire (1772-1844) como alguns de seus principais representantes, as teorias transformistas explicariam as transformações dos seres através dos estímulos e forças que atuariam em e sobre os organismos. Desse modo, questão fundamental da biologia transformacional seria não considerar a evolução como contingência, acaso, mas sim pré-determinada, organizada no tempo e limitada pela estrutura interna dos indivíduos. Portanto, para as teorias transformistas em geral, as mudanças morfológicas seriam resultantes dos estímulos e circunstâncias externas que retardariam ou estimulariam transformações previsíveis e preordenadas presentes nos próprios organismos (CAPONI, 2005, p. 233-239).

Havendo diferenças significativas nessas teorias, a exemplo de comparação com Lamarck, o católico Silva Maia discorda da maneira materialista deste compreender o desenvolvimento da vida a partir de formas simples até as mais complexas. Rejeitando a evolução unilinear das espécies, proposição sobre a escala evolutiva dos seres, a regra da existência de exemplares intermediários que explicariam a transição das formas ao longo do tempo é aceita em partes pelo nosso autor. Já sobre as adaptações ao meio segundo a lei do uso e desuso dos órgãos de Lamarck, em que os animais buscando resistir às exigências externas, passariam a utilizar mais certas partes e desistiriam de outras, causando assim o desenvolvimento das primeiras e atrofia e desaparecimento das não utilizadas, também não é ideia corroborada por Silva Maia (KURY, 1998, p. irreg; MAIA, 1858, p. XII; LORENZ, 2005, p. 145, 146).

Citando Isidore, filho de Etienne Geoffroy de Saint-Hilaire, nosso autor demonstra conceber que mudanças nas formas animais de fato ocorriam entre os seres, porém, assim como o primeiro, atesta que em certos casos não haveria nenhum exemplar intermediário que assegurasse a transição entre formas de vidas parecidas. Concebendo como o cientista francês a ideia de séries paralelas, admite-se a existência de seres de mesma linhagem evolutiva, em contrapartida, revela também a ausência de ligação entre algumas espécies que se assemelham. Tal contradição se justifica, de acordo com o pensamento morfológico de Geoffroy de Saint-Hilaire, quanto ao papel secundário, mas não irrelevante, que ele atribui para as causas externas nas transformações animais.

Havendo nessa teoria de Saint-Hilaire um plano comum entre os seres, essa estrutura, presente nas fases embrionárias de todas as Ordens e principal limitador das transformações, poderia ser alterada por circunstâncias cotidianas e ambientais que dariam essa noção de transformação contínua entre os animais; entretanto, se supõe também nesse mesmo transformismo a ocorrência de cataclismas brutos que romperiam de tempos em tempos as tais

continuidades, pois mudariam as condições iniciais externas resultando em formas inéditas de vida limitadas pelo Plano Comum dos seres (CAPONI, 2008, p. 171, 172).

Cumpre todavia advertir, que hoje não se admite escala animal como Linnêo a entendia, pois se de hum lado alguns grupos de animaes são ligados huns aos outros como aneis de huma mesma cadêa, de outro esta cadêa vê-se interrompida, isto he, algumas vezes entre dois animaes que mais se assemelhão entre si, encontrão-se diferenças notáveis, ou intervallos mui grandes, que não são e nem serão preenchidos. Reconhecida esta descontinuidade a serie contínua entre os animaes desaparece; e pelo que nestes últimos annos o chefe dos naturalistas Francezes Isidore Geoffroy substituiu a classificação unilinear a pela classificação por series paralelas composta cada huma de termos, cuja analogia reciproca seja fácil de demonstrar por factos; idéas estas que achando-se ainda em começo, longe estão de serem geralmente admitidas (MAIA, 1858, p. XII).

Sendo as noções transformistas de Étienne Geoffroy de Saint-Hilaire significativas para o entendimento da morfologia animal de Silva Maia, isso confessado pelo próprio em apostila manuscrita do curso de zoologia do Colégio Pedro II, a maneira como nosso médico e naturalista entende esse Plano Comum é importante para nossa compreensão de sua concepção de natureza. Afinal, Saint-Hilaire, semelhantemente a Goethe (1749-1832), formulou uma teoria morfológica dos animais parecida com aquela das plantas do poeta e cientista alemão, grande formulador da visão de mundo poético-científica do Romantismo (KURY, 1998, p. irreg.; KESTLER, 2006, p. 50).

Com isso, a afinidade teórica entre esses intelectuais nos parece proveitosa para compreendermos em parte o ponto de vista “humboldtiano” de nosso autor sobre o mundo natural. O que buscaremos desenvolver a seguir a fim de não deixar passarem despercebidas características de sua obra que aparecem muitas vezes de maneira subjacente.

Desse modo, como afirma Isabela Maria Furtado Kestler (2006, p. 44, 45), Goethe concebia uma unidade originária comum em todos os vegetais. Essa estrutura, inerente a cada espécie e que limitaria a plasticidade adaptativa das plantas de acordo com os fatores externos, é base para seus estudos botânicos.

Entusiasta das ciências naturais, o estudioso e poeta prussiano, além do Direito em Leipzig, dedicou-se aos estudos de anatomia, medicina e química em Estrasburgo, sendo a botânica uma de suas maiores paixões. Amigo de muitos naturalistas ao longo de sua vida, como Karl Friederich Philip von Martius (1794-1868) e Johan Baptist von Spix¹⁸, foi em Weimar na companhia do então jovem Alexander von Humboldt (1769-1859) que floresceu sua pesquisa sistemática sobre os vegetais.

¹⁸ Integrantes da comitiva austríaca que acompanhou a chegada da princesa Leopoldina ao Brasil e realizadores da expedição científica do Rio de Janeiro ao Amazonas de 1817 a 1820.

Esses estudos que resultaram em seu ensaio chamado “Metamorfose das plantas”, procuravam diante da variedade da flora não apenas classificar os vegetais a partir de suas diferenças, mas buscavam também a forma primordial de todos eles, assim como as leis que os modificavam (KESTLER, 2006, p. 44, 45; WULF, 2019, p. 59).

Dedicado ao estudo da morfologia, ciência das formas e transformações, a maneira dinâmica de compreender as constantes mudanças no tempo para Goethe provém de críticas ao racionalismo funcionalista de seu período. Apesar de reconhecer o valor da decomposição dos organismos em elementos funcionais e interdependentes no estudo dos seres, a impossibilidade de devolver-lhes a vida a partir da reunião de seus segmentos abria outras abordagens para a ciência empírica de sua época. Foi a partir das contribuições filosóficas de Kant (1724-1804) sobre os fenômenos como representação, que a morfologia pautada na compreensão das partes pelo Todo ganhou força na obra de Goethe.

Assim, a ruptura kantiana entre sujeito e objeto trouxe ao empirismo racionalista a noção de que os fenômenos só seriam observados a partir da possibilidade de reconhecimento do observador. Ou seja, todo conhecimento objetivo sobre a natureza, adquirido empiricamente vale ressaltar, passou a ser considerado condicionado à razão.

Admitindo a condição de observação como representação, a natureza passou a ser entendida como detentora de finalidade própria e independente. Isto posto, uma nova valorização dos sentidos na construção do saber passou pela constatação de que o mundo externo só poderia ser apreendido a partir do reconhecimento interno (subjetivo) dos observadores.

Dessa maneira, a valorização subjetiva da epistemologia de Kant, diante da teleologia independente do mundo natural em relação ao racional, deu brecha para o papel da intuição na elaboração do conhecimento científico. Assim, a estética e as noções universais sobre o belo passaram a compor a formação legítima do saber, permitindo uma ligação entre o natural e o humano na compreensão do Todo pela arte, sentimentos e emoções (VITTE; SILVEIRA, 2010, p. 608 - 611; WULF, 2019, p. 64-68).

A natureza, problematizada a partir do particular, do organismo como imagem-esquema de causalidade que não pode mais se restringir ao domínio do mecanicismo, representa, por outro lado, a abertura para sistematicidade diversa. Equiparando finalidade na natureza e finalidade na produção do homem como livre agente, reconhece, em perspectiva técnica, uma teleologia do mundo natural. Todavia, com *Crítica da faculdade de julgar*, Kant (1995) estabelece uma forma inédita de estabelecimento dos juízos, os quais, abrindo-se para além do caráter determinante da razão, se apresentam em perspectiva reflexiva. Fundamental, essa perspectiva reflexiva, estabelecida no valor universal atribuído ao juízo de gosto estético na contemplação do belo, estende-se para a natureza e nela encontra teleologia

independente da razão e, portanto, a exigir princípio regulador independente. Nisso funda-se uma teleologia que não é mais dependente da analogia com a produção técnica – dada a possibilidade de enxergar finalidade na natureza que produz não por determinação do geral pelo particular –, mas que, pelo papel da estética e da forma, apresenta a natureza segundo uma ‘finalidade sem fim’. Logo, a finalidade não está associada a qualquer produção intencional na perspectiva racional; o elemento técnico – o agente que determina, de cima para baixo, a finalidade – é abandonado na perspectiva da natureza com finalidade independente (VITTE; SILVEIRA, 2010, p. 609).

Essa condição da experiência possível desenvolvida por Kant, de uma teleologia natural independente, capturada por todos os limites da experiência sensorial e intuitiva do observador, abriu precedentes para o “itinerário científico-filosófico” do Romantismo. É dizer que as contribuições de Kant incorporadas por Goethe forneceram alicerces teóricos para se ter as partes enquanto finalidade do Todo do mundo natural. Isso a partir do resgate de uma concepção sobre espaço e tempo inspirada pela ideia de mônada de Leibniz; Goethe em sua busca pelas leis naturais de sua morfologia encontrou um princípio ontológico presente em todos os seres. Visto que espaço e matéria preservariam em germe um “vir a ser”, respeitando a lei de expansão e contração, a qual estabelece sobre o real o imperativo de que tudo o que há quer expandir e durar em detrimento de outro, se restabelecendo assim, certa noção de essência transcendental sobre as formas.

O conceito leibniziano de mônada é incluído na construção do método morfológico de Goethe, que, assim como Leibniz, pensará a realidade a partir de uma ligação entre expansão e contração. “Tudo o que se gera procura seu espaço e quer duração. É por isso que expulsa qualquer outra coisa do lugar que ocupa e lhe encurta a duração”. (Goethe, 2000, p. 15). A expansão, como admitira Leibniz pela apetição interna às mônadas, procura o máximo de sua duração e extensão, e é desse modo que podemos entender a primeira parte da sentença de Goethe: “Tudo o que se gera procura seu espaço e quer duração”. Se for de grau superior, ascende sobre as demais, expulsando-as de seus lugares e encurtando-lhes a duração. Goethe retrata aqui a ideia leibniziana que fundamenta a noção de espaço e tempo. Podemos então conceber que se trata de uma perspectiva dinâmica de ambos, que se associam na visão de Goethe a partir de um ponto de vista ontológico. O valor atribuído à experiência, na proposta goetheana, deixa transparecer uma visão que aproxima as mudanças ocorridas no campo dos fenômenos e a formação do espaço e do tempo. Goethe claramente se liga aos propósitos de uma episteme moderna: anuncia, em seu método, a perspectiva de uma dinâmica que repousa na própria essência do ser; busca, em seu itinerário científico-filosófico-artístico, fundamentação ontológica. Essa busca, herdeira da *Crítica da faculdade de julgar* (Kant, 1995), em vista da autonomia sistemática dada a natureza com relação à razão, permite, como vimos na consideração do espaço em Kant, um repensar capaz de associar as variações, os particulares com a construção do espaço, indo além dos ditames a *priori* de um transcendental no sujeito (VITTE; SILVEIRA, 2010, p. 610, 611).

Determinada por duas leis, a da polaridade e da intensificação, essas duas forças motoras da natureza não seriam antagônicas na morfologia goetheana, mesmo a primeira correspondendo à matéria e a outra ao espírito. Pois para ele:

a matéria nunca existe sem espírito, o espírito nunca existe e não pode ser efetivo sem a matéria, assim, a matéria também tem a capacidade de se elevar, de ascender, assim como o espírito não pode deixar de repelir; assim só tem a capacidade de pensar aquele que dividiu suficientemente para poder unir e que uniu suficientemente para de novo poder separar (GOETHE, 1998, p. 48 apud KESTLER, 2006, p. 49).

Tendo essas duas leis como unidades polares, anteverso e reverso de tudo o que há, de maneira complementar, a percepção da existência de opostos que se atraem e repelem presente na natureza (vida/morte, homem/mulher) da primeira lei, juntamente com a intensificação, ou, a tendência da essência de tudo o que vive de ir em direção ao progresso e perfeição, constituem uma noção de sístole e diástole sobre tudo que compõe o mundo para Goethe (MELO E SOUSA, 1998, p. 22 apud KESTLER, 2006, p. 50).

Sendo em suas regras morfológicas o momento em que ele transparece seus princípios ontológicos e transcendentais que influenciaram Humboldt e Saint-Hilaire, referências para Silva Maia em sua interpretação sobre a natureza brasileira, nos parece flagrante a semelhança da *lei de compensação dos órgãos* e o Plano Comum dos seres vivos de Saint-Hilaire com as noções de espaço e forma primordial de Goethe.

A lei de compensação estabelecida por Saint-Hilaire fora mais um elemento de discordância entre ele e Cuvier (1769-1832), professor de Silva Maia na Universidade de Paris e um dos mais reconhecidos naturalistas de seu tempo. Além do primeiro ser transformista e o outro fixista, ou seja, descrente da evolução das espécies, atribuindo aos cataclismas o papel de eliminar e constituir novos seres perfeitos na Terra, Saint-Hilaire e Cuvier estiveram em uma discussão sobre fisiologia que marcara a época dos dois.

Contrário à demasiada especulação nas ciências naturais, Cuvier defendia que não haveria uma forma anatômica comum na natureza, tida como a “Unidade da Composição” dos animais. Já Saint-Hilaire aceitava tal noção, concebendo que as semelhanças entre diferentes ordens e as transformações de seres simples em mais complexos, viriam de uma reorganização da economia orgânica comum dos embriões (CAPONI, 2008, 171; LORENZ, 2007, p. 139-146).

Contudo, a principal polêmica entre os dois cientistas ficou conhecida como a da “teoria dos análogos”. Para Cuvier, a lei da *correlação dos órgãos* seria a única possível de ser defendida na rixa criada por eles no campo da fisiologia. Pois partindo da premissa de que todo o organismo seria composto por sistemas funcionais fechados, interdependentes e estáveis, permitia-se aferir que, diante da variação de um determinado órgão num sistema, poderia se supor mudanças equivalentes em outras partes do mesmo organismo ou sistema. Isso mais tarde, acabou valendo para a comparação entre espécies semelhantes em que não haveria todas

as partes preservadas do ser vivo analisado. Entretanto, em sua lógica que privilegiava a função sobre a estrutura, a atitude teleológica de Cuvier impunha a noção de que a variação de uma parte ou órgão impõe a alteração equivalente dos outros elementos. Ou seja, se um órgão apresenta um maior tamanho dentro de um organismo, os outros com os quais ele se liga possuem um aumento na mesma proporção.

Já Saint-Hilaire, não negando a funcionalidade das partes de um sistema, prioriza a estrutura presente nas formas de vida sobre a função de suas partes. Em sua “Teoria da Variabilidade Limitada das Espécies”, os fluidos embrionários comuns dos seres obedeceriam à lei de *compensação dos órgãos*, a qual, de maneira semelhante à noção de expansão e contração do espaço em Goethe e Leibniz, concordando com a existência ontológica de uma estrutura comum dos seres, essa lei de compensação como afirma Caponi (2008, p. 173) dita que: “La hipertrofia de un órgano ocurre siempre en detrimento de otro y la razón de que esto sea así es que no hay un suministro ilimitado de la sustancia requerida para cada proposito”.¹⁹

Assim, segundo Saint-Hilaire (apud CAPONI, 2008, p. 172), semelhantemente ao movimento do espaço em Goethe, de que tudo que existe requer expansão e duração, expulsando e encurtando outro, “Esa ley de la naturaleza viviente em la virtud de la cual un órgano normal o patológico no adquiere jamás una prosperidade extraordinária, o sin que outro de su sistema o de sus relaciones no sufra en una misma proporción” (CAPONI, 2008, p. 172-176).

Desse modo, a despeito da influência do transformismo de Saint-Hilaire, assimilado em partes por Silva Maia, e que mais adiante refletiremos, são as percepções poético-científicas de Goethe que refletem na noção de natureza em Humboldt que nos ateremos. Pois, além das definições sobre o campo empírico que expusemos de sua morfologia, o escritor prussiano, influenciado pelo amigo e filósofo Johann Gottfried Herder (1744-1803), admitindo origem comum entre os homens e os outros animais, concebia também relações e paralelos entre a história natural e a humana. Questão essa, que como vimos, Silva Maia compactua e Humboldt também, fazendo parte de suas visões sobre o mundo natural. Mundo esse que quando analisado, não poderia ser compreendido apenas pela racionalidade das funções atribuídas pela mente, já que haveria nas formas causas ontológicas subjacentes, acessíveis apenas pela intuição do espírito.

¹⁹ “A hipertrofia de um órgão sempre ocorre em detrimento de outro, e a razão disso é que não há um suprimento ilimitado da substância necessária para cada finalidade” (CAPONI, 2008, p. 173 tradução nossa).

Para Goethe, ‘o homem é o parente mais próximo dos animais’, e no aspecto físico ‘somente um matiz de uma harmonia maior’ (Carta de Goethe a Karl Ludwig von Knebel de 17 de novembro de 1784). Além disso, Goethe estava convencido de que ‘a natureza em sua infinita variedade... parece ter criado todos os seres vivos segundo um único modelo fundamental de organização’. (...) Goethe chegou a essas ideias evolutivas, como já mencionado, por influência da obra filosófico-antropológica de seu amigo, Johan Gottfried Herder (1744-1803), mais especificamente de uma das obras deste: *Ideen zur Philosophie der Geschichte der Menschheit* (Ideias para uma filosofia da humanidade), publicada em quatro partes entre 1784 e 1791. É essa ideia de um modelo fundamental, ou seja, de uma continuidade entre a história natural e a história humana que também vai inspirar seus estudos no campo da botânica, iniciados quando ele começa a plantar um jardim no terreno adjacente à sua casa em Weimar. A partir da nomenclatura estabelecida por Carl von Linné (Lineu) em sua *Fundamenta botanica*, e em contraposição a ela, Goethe procura entender o reino vegetal segundo outro sistema, ou seja, em vez de buscar as diferenças exteriores entre as plantas e assim classificá-las, ele busca encontrar na multiplicidade, na variedade das formas vegetais uma forma primordial, uma forma típica. Além disso, interessa-lhe explicar quais são as leis que determinam as variações, as evoluções a partir dessa forma primordial. Em outras palavras, ele busca de um lado a *Urpflanze* (planta primordial, originária) e as leis da *Metamorphose* (metamorfose) das plantas (KESTLER, 2006, p. 44, 45).

Dessa forma, capturadas essas causas imanentes dos seres vivos pela observação artística e científica sobre tudo que compõe o Cosmos, a finalidade independente da natureza em Kant conduz a uma idealidade do natural na ciência romântica de Humboldt, que conecta a intuição intelectual com o mundo externo. Esse elemento unificador do espírito com a natureza abre paralelo para se identificar as realizações humanas como síntese desse processo de compreensão do Universo. Dessa maneira, o jogo entre os limites do que é orgânico e inorgânico na análise das formas, que não abandona o racional e o empírico, apenas não os consideram suficientes para a compreensão do Todo e sua finalidade comum, é essencial para se compreender as associações entre relevo e clima na distribuição e formação das plantas para Humboldt, assim como, para entender a ligação entre a natureza e as questões humanas (KESTLER, I. M. F., 2006, p. 44, 45; VITTE; SILVEIRA, 2010, p. 611).

Em igual medida, a concepção de natureza incorporada por Humboldt considera um elemento unificador que liga o desenvolvimento natural ao do espírito, aquilo que aparece na filosofia da natureza de Schelling como o ponto comum desses dois domínios aparentemente contrapostos. A idealidade da natureza permite conceber o homem como momento de síntese do próprio desenvolvimento da natureza. Ou seja, o espírito, unificado pelo elemento ideal, aparece como a tomada de consciência da natureza por si. Essa visão é fundamental na construção humboldtiana de uma ciência que busca reunir um múltiplo legado e reconhecer, nas obras do homem, um ponto fundamental no esforço de compreensão da natureza. Igualmente relevante é a ligação que se estabelece entre orgânico e inorgânico, a partir ainda desse elemento unificador da natureza. Como força vital em Humboldt, posteriormente modificada em um processo de desmitificação e incorporação ontológica, esse elemento unificador é a chave para compreender a relação entre as associações do relevo e do clima com a formação vegetal e sua distribuição nas diferentes regiões do planeta. Estruturante, essa concepção de natureza é o ponto nodal de tudo o que Humboldt pretende ordenar em nome de uma lei geral ou de uma conexão dos elementos do cosmo (VITTE; SILVEIRA, 2010, p. 611, 612).

Visto que os organismos e suas partes funcionais e interdependentes seriam animadas por causas ontológicas comuns, capturadas pela intuição devido ao vínculo entre sujeito e objeto nas observações, Humboldt atribui papel importante para a arte nas pesquisas de campo que realizou ao redor do mundo. A arte para a observação humboldtiana seria capaz de representar o que não se poderia exprimir na sistematicidade da dinâmica da natureza. A qual, descrita muitas vezes como quadro, geralmente era retratada com pinturas feitas por artistas que compunham as expedições de campo. Ideia essa que influenciou muitos viajantes que vieram aos trópicos depois de sua exploração nas colônias espanholas da América junto do cientista Aimé Bonpland (1773 – 1858) entre 1799 e 1804.

Como vemos em Kury (2001, p. 866-879), além de descrever minuciosamente as partes de determinada espécie para assim classificá-la e compreender seu funcionamento, o traço mais marcante da abordagem humboldtiana sobre a natureza era registrar as características geográficas, climáticas e culturais dos ambientes em que as formas de vida observadas estavam inseridas. As descrições dos ambientes em sua fisionomia da paisagem, acompanhadas de imagens e relatos, buscavam retratar todo o contexto particular que se analisava, procurando captar e expor a dinâmica relação entre as espécies em determinado local em conjunto com a geografia da região. Assim, fora o registro dos dados de altitude, temperatura, umidade e proximidade do equador, as informações coletadas eram acompanhadas de sensibilidade poética que compunham as imagens, relatos e legendas que buscavam dar conta de capturar a essência da dinâmica da paisagem observada.

Reconhecendo que as questões internas do observador atingiriam o que estaria por trás de todos os fenômenos, sendo complementar à lógica racional na compreensão da funcionalidade dos sistemas e de suas interrelações com o todo, o auxílio da descrição literária para as sensações, sentimentos e detalhes compunham para os cientistas românticos parte essencial de seu registro científico sobre o cosmos (KESTLER, 2006, p. 44, 45; KURY, 2001, p. 866; VITTE; SILVEIRA, 2010, p. 611, 612).

Assim, o modelo humboldtiano orientou uma determinada maneira de retratar os lugares percorridos pelos viajantes. A descrição das fisionomias particulares permitia, em aparente paradoxo, integrar os fenômenos particulares ao cosmos. Diversos tipos de representação – iconográficas, textuais e material museológico – compõem o quadro de um lugar específico. Esse quadro retrata sua essência. A ciência dos viajantes busca atingir o que está por trás da variedade e da profusão dos fenômenos. (...) A fisionomia de um lugar depende da quantidade, da variedade e da sociabilidade das plantas e dos animais, assim como do tipo de relação que os habitantes locais estabeleceram com a natureza ao longo do tempo. É como se cada fisionomia contivesse uma parte da alma do Brasil. A iconografia e os relatos de viagem buscam, assim, descrever de modo exaustivo e profundo os diversos elementos que compõem

cada lugar (...) para os naturalistas do século XIX, a ciência devia buscar descrever a totalidade de elementos que atuavam em um fenômeno local. É como se cada parte contivesse o todo. Uma fisionomia particular seguiria a mesma lógica de relações harmônicas e de simpatias que, supunha-se, regiam a vida cósmica. Apesar de se especializar na descrição de sensações, a ciência romântica de matriz humboldtiana não deve ser confundida com descrições de cunho inteiramente pessoal e, por isso, totalmente subjetivas. Humboldt, Martius, Saint-Hilaire, ou Neuwied acreditavam utilizar os recursos das artes e da retórica para retratarem fielmente a realidade que observavam. A sensibilidade individual seria importante na medida em que dota alguns indivíduos da capacidade de perceber as forças que atuam na natureza e de transmitir as sensações vividas (KURY, 2001, p. 870).

Conhecido por estabelecer critérios para os naturalistas de campo estudarem os ambientes fora de seus gabinetes, concebendo que a natureza precisava ser medida e ao mesmo tempo sentida, apesar de quase não ter o seu nome citado nas fontes consultadas, Humboldt parece ser referência importante para Silva Maia. Visto que o naturalista alemão fora um dos precursores em dividir o planeta em zonas climáticas que atravessavam os continentes, buscando medir os fatores climáticos e geográficos a fim de compreender as interações externas com os seres orgânicos. Como vimos acima, Silva Maia, ao seu modo, manifestara noções parecidas em sua geografia zoológica, com seus Centros de Habitação ao redor do globo e suas formas de vida específicas em interação e dependência com todos os fatores ambientais citados.

Desse modo, ele parece partilhar de noções “pré-ecológicas” semelhantes às de Humboldt na maneira de observar a natureza. Na qual, flora, fauna, clima e topografia estariam interligados, demonstrando os dois “uma postura ecológica *avant la lettre*, que relaciona os seres vivos a uma determinada ‘economia natural’” (KURY, 2001, p. 868). (MAIA, 1854a, p. 39-45; WULF, 2019, p. 26-29).

Dessa maneira, diante da influência de Goethe, Schelling, Herder e Kant no pensamento de Humboldt, com as estruturas ontológicas comuns dos seres e a influência dos fatores externos dos ambientes, capturadas não só pela razão, mas pela arte, intuição e sentimentos do observador, os feitos humanos para o naturalista prussiano estariam relacionados e interligados ao mundo natural. Segundo Pádua (2002) e Kury (1998), seria através da tradição filosófica-científica presente na ciência humboldtiana que conseguiríamos compreender Silva Maia relacionando de maneira orgânica a natureza tropical com o amor pátrio.

É importante observar que Silva Maia foi um dos pensadores que mais explicitamente procurou introduzir um enfoque romântico na crítica ambiental do Brasil oitocentista. Não se tratou, por certo, de um tipo ideal de narrativa romântica, já que os elementos utilitários, pragmáticos e racionalistas nela apareceram de forma dominante. Mas existem alguns aspectos, bastante inspirados pela leitura dos românticos franceses, que introduziram uma dimensão mais espiritual e simbólica à crítica da destruição. A comunidade nacional precisava da conservação das florestas não apenas do ponto de

vista da sua sobrevivência material, mas também para garantir a sua identidade cósmica. (...) Como explicou Lorelai Kury, em seu trabalho sobre a Academia Imperial de Medicina entre 1830 e 1850, esse tipo de visão cósmico-política influenciou o próprio posicionamento de Maia como teórico da medicina. O pensamento médico brasileiro debatia-se naquele momento com o mesmo tema que ocupava de forma obsessiva o conjunto da elite intelectual: o potencial de civilização dos trópicos. A qualidade do meio natural, no contexto desse debate, dividia os pensadores da Academia. Alguns elogiavam a sua fertilidade e salubridade, enquanto outros apontavam a umidade e o calor como causa de muitas doenças. Nessa discussão, Maia demarcou uma posição permanente de defesa do caráter positivo da natureza brasileira. As doenças e moléstias que grassavam no país não podiam ser atribuídas aos defeitos do mundo natural, mas sim aos desequilíbrios provocados pela ação predatória dos homens. A valorização do meio natural constituía a base teórica do seu patriotismo naturalista, fundado na tese de que existia uma ligação profunda entre a sociedade e o espaço natural onde ela se formou. Essa tese, na verdade, já vinha sendo divulgada por Humboldt, que escreveu nos seus *Quadros da Natureza*, de 1808, sobre a relação entre o caráter dos povos e os seus habitats de origem. (PÁDUA, 2002, p. 182, 183).

Entretanto, no início de seu discurso sobre o corte de matas e as doenças que assolavam a capital do Império na década de 1830²⁰, é ao excessivo providencialismo divino, associado à teologia natural de Bernardin de Saint Pierre (1737-1814), que Silva Maia recorre para associar a distribuição dos seres no mundo com o amor pátrio de cada nação. Citando o próprio Saint-Pierre, ele afirma:

Reflectindo sobre o que nos he possível observar, hum dos primeiros factos, que nos aparece, he a regular distribuição dos seres criados sobre toda a superfície da terra, de tal modo, que todos os pontos do globo tem attractivos e encantos particulares, e que, como diz Bernardino de São Pedro, cada vegetal tem sua temperatura, cada animal a sua pátria, e cada homem seu império. Este he, Senhores, o principal germen deste Sagrado amor da pátria, que obrigando o homem á amar seu paiz natal, como a melhor habitação do globo, o tem feito praticar as mais heroicas acções; (MAIA, 1835a, p. 1, 2).

Seguindo os preceitos de Saint-Pierre e da economia da natureza que esboçaremos mais adiante, a relação entre natureza e nação entendida organicamente na compreensão do todo é vista como uma lei divina estabelecida pela Providência. Pois para Silva Maia, dedicado a compreender as causas da distribuição e evolução dos seres no planeta, quem vive para o estudo da natureza a cada passo encontra “objectos dignos de contemplação; á cada instante phenomenos inexplicáveis, que a levarão até a firme persuasão de hum Deos Autor do Universo” (MAIA, 1835, p. 1).

Havendo essa divina conexão entre a natureza particular de determinada região com a nação, espírito de cada povo, e tendo o Brasil espécies de beija-flores somente encontradas por

²⁰ Emílio Joaquim da Silva Maia. *Discurso sobre os males que tem produzido o corte das matas e sobre os meios de os remediar; lido na sessão pública da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro em 30 de junho de 1835*. Rio de Janeiro: Tipografia Fluminense de Brito e Cia. 1835. (12 p.)

aqui, a postura de fazer observações de campo sobre os hábitos dessas aves em sua chácara no Rio Comprido, ou em outras regiões também próximas da corte, é uma opção política baseada na influência romântica de Humboldt e na teologia natural de Saint-Pierre.²¹

Como veremos, além do registro das localidades em que nosso pesquisador encontrava as diversas espécies que ele relata em suas *Memórias* sobre os beija-flores, as aves descritas de maneira literária e poética acabam também por apresentarem virtudes e sentimentos humanos que são descritos por ele como parte do dever de todo pesquisador registrar (MAIA, 1854b, p. 45-52, 1854c, 64-66).

Dando lugar nas suas observações aos sentimentos e as sensações que in loco se acabava por absorver estando em contato com a natureza, diante da crença na imanência divina dos seres e na essencial comunicação interna do eu com o mundo externo, os trabalhos ornitológicos de Silva Maia são carregados de linguagem imagético poética sobre as aves e o ambiente que as circundam (KURY, 1998, p. irreg; VITTE; SILVEIRA, 2010, p. 611, 612).

Assim, a característica romântica de atrelar observação científica com a sensibilidade artística pode ser percebida de diferentes maneiras. A menção aos beija-flores em tom estético e valorativo possui propósito simbólico que se sobrepõe a qualquer intenção científica de descrever objetivamente as aves e seus comportamentos. Como veremos abaixo, as paisagens que circundam os pássaros são descritas de maneira a destacar a impressão que causaram no observador, que diante de uma beleza “majestosa” que marcara a sua memória, busca relatar as cenas de suas observações como um quadro artístico, onde os elementos que compõem a imagem relatada aparecem dispostos de maneira a contar os hábitos alimentares e

²¹ Apesar de Saint-Pierre ter influenciado Humboldt a considerar em seus estudos sobre botânica os mais diversos fatores geográficos para compreender os padrões de associação das plantas de determinado local, Humboldt não associa diretamente a Deus as relações quantificáveis que seu estudo sobre a natureza levantava. Também em relação ao caráter dos povos e a natureza local, este entende certo determinismo ambiental sobre os homens através das noções da sensibilidade romântica da filosofia natural alemã, a qual compreenderá globalmente os fenômenos do espírito e da natureza, mas sem associar isso diretamente à vontade divina como faz Saint Pierre (DROUIN, 1993, p. 53-61). Como vemos em Drouin: “A influência da natureza sobre o homem é para Humboldt absolutamente essencial, mesmo que não se trate de um determinismo estrito. O quadro da natureza, que tanto a arte como a ciência nos podem pintar, faz desta relação uma fonte de fruição estética e intelectual. No mundo laicizado que é o de Humboldt, a natureza já não canta a glória de Deus, antes continua a falar ao homem. Esta recusa de um corte entre as belas artes e as ciências da natureza leva-o a sublinhar o quanto as suas considerações sobre o aspecto da vegetação nas diferentes zonas geográficas pode ser útil aos pintores. De maneira mais geral, ele procura determinar como a parte respectiva das diferentes formas vegetais se traduz na paisagem e assim impõe a sua marca aos homens que lá vivem” (DROUIN, 1993, p. 58, 59). O que salientamos aqui é que os aspectos humboldtianos que apontam para a noção de interação e reciprocidade entre os seres e os ambientes, além da relação entre natureza e nação, na obra de Silva Maia, ao serem misturados com questões de ordem teológica com Saint Pierre, representam a compreensão particular de nosso autor sobre seus referenciais. De modo que a história natural humboldtiana de Silva Maia apresenta aspectos que vinculam natureza e nação de maneira um pouco distinta das de Humboldt, pois de forma direta e ontológica, os seres vivos teriam relações com seus lugares de origem, sobretudo por conta da vontade do Criador.

comportamentais dos beija-flores, sem, no entanto, abandonar o tom contemplativo e emotivo sobre o que se viu.

Dessa maneira, a respeito dos costumes da espécie *Ornismya Albiventris*, para registrar que ela não se alimentaria de peixes, mas de insetos e de néctar, apesar de serem observadas próximas das ondas nos arredores das praias de Niterói, o relato desses comportamentos colocados como se as aves estivessem brincando próximas da espuma do mar ou à caça de insetos, termina com um relato pessoal de Silva Maia, tocado pela bela cena dos pássaros se alimentando nos campos vizinhos dos extensos areais fluminenses:

Habitado a passar verões durante os annos de 1837 a 1842 no aprazível arrebalde de Nictheroy chamado S. Domingos, lugar a beira-mar e bordado de diversas e deliciosas praias, ofereceu-se-me occasião de encontrar por muitas vezes beija-flores desta espécie. (...) De todos os nossos beija-flores é este o que tenho visto com movimentos mais variados, não se limitando aos passeios de terra, estão a cada instante a irem desta para o mar. Quem a primeira vez os visse na superficie deste elemento os tomaria como animaes ichtiophagos quando tal costume não tem, não fazem senão voar sobre o aquoso elemento. Eis o resumo do que a respeito observamos. Umas vezes dirigiam-se para a abóboda celeste, ou perseguindo seus inimigos, ou por simples distracção, ou como me parece mais acertado, á cata de pequenos insectos; outras vezes com a rapidez do raio corriam horizontalmente pelo ar, ora parando no mesmo espaço, e com velocidade voltando para trás, ora beijando todas as flores que em seu caminho apareciam; muitas vezes iam pelo mar a fóra a pouca distancia da superficie, indicando alguma cousa procurar; e occasiões houveram que, não se afastando das margens do mar, brincavam com as ondas que sobre a praia batiam, fingindo ahi banhar-se quando nem de leve as suas pennas eram molhadas. (...) Posso assegurar, pelo que tenho observado em outros muitos lugares, que em geral as famílias das myrthaceas quando está em florescência é tambem uma das mais visitadas por elle: os jambeiros, grumixameiras, pitangueiras, jaboticabeiras, e outros idênticos vegetaes, no tempo da ostentação de suas numerosissimas flores lhe oferecem especial attractivo. **A que scenas majestosas não dá lugar o aparecimento destes beija-flores no meio das bellas flores de todas estas arvores e arbustos! Nunca me hei de esquecer de um bello quadro que meus olhos presenciaram no dia 10 de agosto de 1842 na praia de S. João do Itacarahy, perto de S. Domingos. Um extenso areal, bello pela explêndida alvura que em parte delle apparecia, mostrava no entanto a outra parte e o campo circunvizinho coberto de copiosas flores brancas das pitangueiras, matizadas de vez em quando com a vivacidade e o brilhante verde desta ornismya** (MAIA, 1854c, p. 65, 66, grifo nosso).

Sendo o tom estetizante das observações bastante comum, em alguns casos até mais presente, enquanto observava os beija-flores de sua chácara na região do Rio Comprido, Silva Maia refere-se à paisagem como aparatosa e destaca a exuberância das penas das aves, que lembrando as cores das pedras preciosas brasileiras, de tão belas “extasiam o coração” de quem as vê. Além dessa impressão, o autor confessa a sua participação no projeto romântico em criar uma nacionalidade brasileira, relacionando as suas observações sobre a fauna com as letras em formação:

Com sua presença animando e **dando mais realce as scenas já apparatusas da natureza americana**, (...) circulam com a rapidez de um raio ordinariamente **no meio de uma athmosphera embalsamada pelo perfume de milhares de flores, quasi sempre cobertos de ouro e das mais resplandecentes cores das pedras preciosas**. O brando vermelho do rubim, o vermelho intenso da granada, o lindo amarello do topázio, o carregado amarello cor de ouro, o agradável verde da esmeralda, o verde escuro da malachite, o bello azul da saphira, e o violeta da amethista existindo separadas em muitas especies brasileiras servem a estas de caracteres differenciaes. Outras vezes estas mesmas cores se misturando e formando pasmosas combinações deleitam a vista, extasiam o coração, e apparecem de maneira a não poderem ser imitadas pelo pincel o mais delicado; no entretanto assim mesmo caracterizam perfeitamente algumas especies. É realmente bello a profusão espantosa de cores tão esplendidas. Parecendo incrível, tanto luxo em um ser já tão bem dotado pelo Creador, **tudo que se possa dizer no estylo mais pomposo, é sempre inferior ao que a natureza ostenta nestes seus abençoados filhos. Nada conheço mais digno de ser cantado pela poesia americana, do que esta formosa avesinha** a que os Mexicanos com tanta razão deram o nome de tzitztototl (Hernandez) que quer dizer *raios* ou *cabellos* do sol. Enquanto com o desenvolvimento das letras brasílicas, lyras bellas e harmoniosas se preparam para enthoar perfeitos e suaveis versos sobre uma das mais estupendas produções do paiz, **vamos nós homens de sciencia, bem a estudando para assim augmentarmos o catalago dos factos que um dia terão de ser todos cantados pelo gênio brasileiro** (MAIA, 1854b, p. 48, grifo nosso).

Ao associar o progresso das ciências naturais do país com o aumento dos temas a serem cantados pelos “gênios” de nossas letras, nosso autor demonstra compactuar e contribuir para o ideal do romantismo brasileiro em civilizar a “boa sociedade” do Império. Essa, tida na década de 30 pelos criadores da *Niterói* como que orientada por valores egoístas.

Como se vê em Marcelo de Mello Rangel (2011, p. 19 - 33) sobre os trabalhos literários dos fundadores da Revista *Niterói*, através da ação estética romântica e dos enunciados científicos, Gonçalves Magalhães, Torres Homem e Araújo Porto Alegre acreditavam que conseguiriam civilizar as elites brasileiras, orientando-as para a fé cristã e ao amor pátrio. Concebendo que os poetas possuiriam a melancolia e o entendimento de infortúnio sobre a vida, sendo capazes portanto de identificar o “espírito do tempo” e direcionar a sociedade aos valores necessários para o progresso moral e material do Brasil, para o movimento romântico a estética sentimental e o pragmatismo científico eram complementares para a construção da ordem e da nacionalidade brasileira.

Rangel (2011, p. 30) assim cogita uma hipótese de que os “primeiros românticos” brasileiros em Paris, haviam experimentado uma atmosfera de crise nas formas de lidar com o tempo, ao que Hartog (2015) chamaria de crise do tempo ou *brecha*. Nessa crise do *regime de historicidade* Moderno, em que a tradição ou o passado não mais serviam como repertório no espaço de experiência do presente, e as expectativas futuras seriam de grandes incertezas, Magalhães, Torres-Homem e Porto Alegre, a exemplo de Chateaubriand, um nobre francês desacreditado de seu presente cada vez mais acelerado, reproduziram uma visão de mundo melancólica sobre a existência (HARTOG, 2015, p. 93, 94).

Concebendo que a vida seria breve e precária como forma de reação às mudanças e impactos da Revolução Francesa, a tensão sobre a existência ser um vale de lágrimas e a possibilidade de uma reordenação no tempo entre os homens e Deus, marcara o ideal romântico francês. Desse modo, voltando os brasileiros para a sua terra em pleno período Regencial, marcado por instabilidades políticas e revoltas, o diagnóstico do grupo da Niterói era de que as elites estariam agindo de maneira egoísta, no sentido de privilegiarem seus desejos e interesses individuais em detrimento dos valores restauradores da fé cristã e em nome da pátria. Distantes de sua compreensão ontológica sobre a existência humana, colocada por Magalhães em seus *Suspiros Poéticos* como “uma tarefa árdua, a qual produziria sentidos sempre precários e na qual os homens estariam incessantemente expostos a circunstâncias inéditas e imprevisíveis” (RANGEL, 2013, p. 170), o egoísmo da “boa sociedade” pautava-se na falsa ideia de satisfação completa de seus desejos imediatos e particulares (RANGEL, 2011, p. 28-52).

Influenciados pelo idealismo alemão, o nosso “Grupo de Paris” duvidava de que a razão pudesse sozinha desenvolver enunciados com vistas ao universal. A arte romântica seria instrumento privilegiado em orientar a ação dos homens, pois eram os seus poetas e artistas que compreendiam a vida como ela é. Ou seja, a vida como algo finito e precário, como infortúnio. Sendo a melancolia uma espécie de lente, sensibilidade necessária para a compreensão da existência humana e guia para a experiência da eternidade através da assunção da religião cristã, diante da finitude da vida, percebida pela “harmoniosa tristeza” que é a melancolia, a medida da eternidade pelos corretos valores cristãos essenciais para a sociedade configurariam os poetas como agentes modernizadores imprescindíveis para o progresso moral e material do Brasil (RANGEL, 2011, p. 31- 48).

Dessa maneira, Rangel (2011, p. 34) ao tratar sobre o Elogio de Torres Homem aos “*Suspiros Poéticos*” de Magalhães, afirma o seguinte:

“O crítico e o poeta acreditavam, e isto orientados pelo Idealismo Alemão, em especial por Schiller, que se os ‘brasileiros’ não eram suficientemente independentes para realizar uma revolução moral através da autonomia da razão – esse um projeto propriamente Kantiano, eles deveriam, então, agir orientados pelos sentidos, melhor dizendo, pela experiência proporcionada pela poesia (pela literatura em geral) (RANGEL, 2011, p. 34).

Sendo a análise científica de Silva Maia “humboldtiana”, tendo sua racionalidade empírica complementada pela sensibilidade, intuição e sentimentos, e a ciência para o autor reveladora das leis naturais sagradas, é seguro afirmar a confluência dos trabalhos de Silva Maia com o papel civilizador das letras sobre a “boa sociedade”. A exemplo dessa constatação, o reformismo moderado de nosso autor, como veremos adiante, tem as ciências como elemento

a orientar junto ao Estado a reforma dos “maos costumes e viciosas práticas” brasileiras (MAIA, 1864a. p. 11).

Assim sendo, além da exaltação da natureza através do apelo estético em seus trabalhos, concebendo que o meio natural revelaria a existência divina, assim como, a preferência da Providência em relação ao Brasil, os discursos científicos de Silva Maia de diferentes maneiras demonstram uma voz não apenas de suporte ao projeto das letras, mas de elemento ativo na construção da nacionalidade e consolidação da Ordem Monárquica.

Como veremos, seus trabalhos carregam intenções simbólicas e moralizantes que aparecem de maneira subentendida e diversa. Pois, já que o autor reconhece a ligação divina entre a natureza e o país, o que intrinsecamente despertaria amor pela terra natal, as múltiplas qualidades do meio tropical deveriam ser exaltadas. Dessa forma, não só a paisagem de fundo e as “formosas avezinhas” são tidas como motivo de ufanismo, mas também toda a fauna e flora, o solo fértil, a salubridade do ar, os minerais presentes na terra e nas montanhas tornam-se elementos que carregam o simbolismo pátrio e ao mesmo tempo são considerados recursos para o progresso (MAIA, 1835c, p. 3, 4; 1858, p. VI-VIII).

Entretanto, antes de demonstrar os diferentes aspectos sobre a natureza tropical presentes nos textos do nosso médico e naturalista, parece ser crucial retomarmos algumas questões sobre a apropriação dos saberes europeus na constituição de uma ciência nacional no Brasil Imperial.

Contrariando a ideia de que os trópicos apresentariam uma natureza inferior em relação a das regiões temperadas como afirmava Buffon, nosso autor diferentemente de Humboldt concebe que a natureza americana não seria empecilho para o progresso de nosso país (PÁUA, 2009, 321-337).

Pois como ele mesmo afirma:

Sendo o máximo de intensidade da vida animal os climas tropicaes. Outra singular coincidência apparece entre a elevação da temperatura nas differentes regiões zoológicas, e o gráo de perfeição organica dos animaes, que as habitam. Só nos climas os mais quentes encontram-se animaes mais próximos ao homem; só ahi existem os que na escala animal possuem organisação mais complicada e as faculdades mais elevadas: [...] É ainda nos paizes da zona tórrida, aonde aparecem os animaes notáveis pela beleza de suas formas, grandeza de seu corpo, extravagância do seu aspecto, e singularidade de seus costumes. Hoje está fora de toda a dúvida, que nas regiões tropicaes a natureza se mostra mais fértil, e mui prodiga: suas respectivas faunas são admiráveis pela grandeza e luxo que ostentam. Assim as condições de calor e humidades próprias ao desenvolvimento dos vegetaes, o são igualmente ao dos animaes, ellas favorecem seu número, grandeza e côr (MAIA, 1854a, p. 44).

Essa postura de valorização dos trópicos, distinta de importantes referenciais para a sua História Natural, assim como a maneira conveniente que nosso autor pensará questões de Saúde Pública baseadas em suas noções científicas, nos fazem excluir a noção de que as ideias estrangeiras seriam introduzidas no Brasil como meras cópias. É nesse sentido que Angela Alonso (2014, p. 85-88) apresenta importante reflexão sobre a apropriação das ideias estrangeiras no Brasil do século XIX.

Contra-pondo-se às interpretações sobre as ideias adaptadas que focaram em análises cognitivistas, ou que associaram certas ideologias a determinados grupos sociais, esquecendo da relevância do contexto sociopolítico em que nossos ilustrados estiveram inseridos, a sensação de desajuste acusado por grandes nomes da historiografia que se empenharam na análise das “imitações” do período, segundo a historiadora, se deu por tomarem os movimentos de adaptação como um fenômeno estritamente intelectual.

Desse modo, a percepção de imitação sobre os autores brasileiros oitocentistas em referência às ideias estrangeiras, manifesta-se pelo descompasso entre as sociedades modernas mais desenvolvidas e aquelas consideradas atrasadas por apresentarem realidades mais distantes da organização capitalista, caso brasileiro. Sendo impossível apartar os agentes intelectuais de nosso país da prática política do momento, visto que a realidade impunha sobre eles a dependência da carreira pública, para Alonso (2014), sobre a intelectualidade anterior à década de 1870, incorre-se em erro achar que esses homens de ciência buscavam cumprir rigor acadêmico e que suas ações deveriam ser analisadas como movimentos estritamente intelectuais. Não sendo as ideias sujeitos históricos do processo, para a autora (2014, p. 87), é necessário considerar a conjuntura sociopolítica e algum tipo de agência desses homens letrados.

Sendo assim, não existindo campo intelectual autônomo e independente do Estado no período, é necessário levar em conta o discernimento dos agentes intelectuais e sua capacidade de selecionar de forma interessada as ideias externas. Prestando menos atenção na consistência teórica e mais na conjuntura vivenciada por Silva Maia, consideramos a sua apropriação das ideias estrangeiras não como mera imitação, mas como adoção seletiva de recursos de acordo com interesses e relações que caracterizavam a sua condição e a dos grupos mais próximos a ele.

Dessa maneira, não fazendo sentido ter a natureza como principal elemento pátrio e ao mesmo tempo considerá-la inferior ou empecilho para o país, o simbolismo estético e valorativo sobre os trópicos na obra de Silva Maia possui embasamento próprio de acordo com a sua interpretação sobre os referenciais científicos escolhidos.

Concebendo uma imanência divina da natureza e a correlação das leis naturais com os homens e as sociedades humanas, a história natural que o autor busca promover no Brasil possui aspectos intrinsecamente ligados às condições políticas, econômicas e sociais que tratamos no primeiro capítulo.

Assim, o nacionalismo em prol da Ordem Monárquica, o utilitarismo pragmático das ciências e a pretensão civilizatória como representante do Estado, são traços característicos dos seus discursos científicos. Os quais se encaixam no complexo jogo de forças das elites brasileiras, que buscaram durante o Regresso preservar seus privilégios de classe e raça através do fortalecimento da tradição monárquica. Fortalecimento esse que, na necessidade dos Saquaremas em governar o Estado, havia a imposição de dirigir política, moral e intelectualmente a boa sociedade. Cabendo assim à intelectualidade atrelada ao Estado, ciosa da manutenção de seus privilégios e distinções, difundir as “luzes” e o “espírito de associação” sobre a classe senhorial.

[...] Todavia, quando dizemos – *estar no governo do Estado* – estamos nos referindo também à capacidade de exercer uma *direção*: uma direção política, uma direção “intelectual” e “moral”, no dizer daquele mesmo pensador. Estamos tentando ir além das concepções prevaletentes, sobretudo nos estudos referentes à ordem imperial, que apenas consideram no Estado os aspectos referentes à dominação e aos aparelhos de coerção que a tornam possível, como a polícia, a burocracia, os tribunais, concepções estas que, embora em alguns casos reconheçam a existência da luta de classes, reduzem-na ao conflito entre as duas forças sociais fundamentais. No quadro da sociedade imperial – a sociedade dos “três mundos” – o exercício cotidiano de uma direção pelos Saquaremas estava referido precipuamente aos cidadãos ativos, e, por extensão, à “boa sociedade”. Tratava-se, no dizer de Bernardo Pereira de Vasconcelos, de “difundir as luzes”. Tratava-se também de promover o “espírito de associação”, recorrendo diretamente ou não aos meios que o aparelho de Estado fornecia, pois como lembra Mauá: “o espírito de associação é um dos elementos mais fortes da prosperidade de qualquer país e, por assim dizer, a alma do progresso”. [...] Assim, os Saquaremas eram dirigentes – diríamos melhor, intelectuais da classe senhorial em constituição – porque, estando no governo do Estado, não se limitaram ao exercício de uma dominação. Por meio da “difusão das luzes” e da promoção do “espírito de associação”, puderam estar no governo da Casa (MATTOS, 1987, p. 157).

Embora nem sempre seja explícito o encaixe dos discursos do autor com a Ordem Monárquica Conservadora, em certas ocasiões isso aparece de maneira clara. Os momentos de revoltas populares e de elites da Regência e do início do Segundo Reinado, são tidos por Silva Maia (1864a, p. 10), em texto produzido em 1855, como “medonhas revoluções”. A sua concordância em relação à Ordem Imperial, aparece mais uma vez, no mesmo texto redigido em pleno exercício do Gabinete da Conciliação (1853-1857)²², quando Silva Maia (1855, p.

²² Momento político parte do período considerado por José Murilo de Carvalho (2014, 83-103) como o apogeu da consolidação monárquica (1850-1875), em que após o domínio Conservador, os Liberais são chamados ao poder novamente, com o chefe Saquarema Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês de Paraná.

10, 11) refere-se ao papel do governo monárquico, representado pela figura do Imperador, tido este como “vigilante atalaia”, da seguinte maneira:

As fúrias das facções, os ódios dos partidos, as exageradas ambições, as irrealisáveis utopias, e outras cauzas desorganisdôras, infelizmente deixando ainda em campo a devorante sede do ouro, cahiram por terra, e desapareceram diante do invencível baluarte, que como vigilante atalaia foi de propósito collocado no lugar mais apropriado para bem preencher a importantissima tarefa que lhe coube em partilha (MAIA, 1864a, p. 10, 11).²³

Além disso, em estudo descritivo de duas espécies de beija-flores, que saíra na *Minerva Brasiliense* e fora mencionado novamente na *Guanabara*²⁴, nosso autor homenageia a família Imperial nomeando os espécimes tidos como pátrios com o nome de *Thereza*, nome da recém-imperatriz, e outro de *Januária*, irmã do imperador. O louvor às princesas é justificado pelo reconhecimento do caráter e da legitimidade hierárquica devido aos laços sagrados de sangue e do matrimônio com o “Grande Soberano”, que naquele momento ainda não havia completado seus dezoito anos, mas já era tido por Silva Maia como “Magnanimo Protector” das ciências e letras.²⁵

Em huma das ocasiões, em que sobre isto pensávamos, occorreo-nos a feliz idéa, de que aproximando-se o consorcio do nosso Monarcha, como naturalista não

²³ O texto em questão é a introdução da coleção de escritos dos *Estudos Históricos sobre Portugal e Brasil* de Silva Maia. Os quais já nos referimos anteriormente como de possível autoria sua, já que os manuscritos originais que se encontram nos acervos do IHGB do Rio de Janeiro são cópias feitas por Pinto Bueno em 1864 (GARCIA, 2007, p. 107). Sabemos a data da introdução desses estudos como fruto do ano de 1855, porque em determinado momento da obra, ao buscar justificativa para o atraso civilizacional brasileiro em relação ao progresso dos Estados Unidos, Silva Maia menciona a então recém independência brasileira, ocorrida há “somente 33 anos”: “Se a irradiação brasileira ainda não exhibe o espantoso incremento a que chegou a da pátria dos Washingtons, Franklins, Adams, Jeffersons e outras identicas celebridades, **he por ter principiado a fulgurar sómente há 33 anos**, tendo além disto soffrido n’esse período sensíveis interrupções, mas visto o [lusido] aspecto que vai tomando, não deve achar-se longe o dia de possuir a mesma intensidade e esplendor, aclarando com viva luz todo o vasto horisonte da terra de Santa Cruz” (MAIA, 1864a, p. 9, grifo nosso).

²⁴ Os respectivos trabalhos são: Emílio Joaquim da Silva Maia. *Duas espécies novas de beija-flores*. Rio de Janeiro: Minerva Brasiliense, Seção de Sciencias – ornithologia brasileira, nov. 1843, e Emílio Joaquim da Silva Maia. *Memória sobre os beija-flores, onde se refere aos seus usos e hábitos de muitas espécies brasileiras*. Rio de Janeiro: Bibliotheca Guanabarensis, Relatório dos trabalhos da Sociedade Vellosiana, 1854. O último trabalho citado, concebido em 1851 e reeditado ao que parece em 1854, retoma o caso da suposta descoberta das duas espécies de beija-flores tidas a princípio como inéditas para o mundo científico. Logo após ser publicada a novidade em 1843, Silva Maia lembra ter sido indagado pelo ornitólogo francês Jules Boursier sobre mais detalhes do exemplar denominado *Thereza*, além de ser informado pelo colega que o *Januária*, de acordo com a sua descrição na *Minerva*, já era conhecido na França por exemplares capturados na Guiana (MAIA, 1854, p. 50). Revelando a sua troca de cartas com o naturalista estrangeiro, isso quase dez anos depois, Silva Maia, através dos relatos de suas observações de campo presentes em sua *Memória sobre os beija-flores*, afirma responder algumas perguntas feitas pelo pesquisador francês. Além disso, justifica o não envio de um espécime do *Thereza* solicitado, por até aquele momento saber existir apenas dois exemplares do *Thereza*, um encontrando-se nas dependências do Museu Nacional, e outro na coleção particular do Imperador Pedro II.

²⁵ O aniversário de dezoito anos de Pedro II seria dia 2 de dezembro e a edição da *Minerva* é de primeiro de novembro de 1843. O casamento do Imperador com a princesa das Duas Sicílias Teresa Cristina Maria aqui no Brasil ocorreu em 3 de setembro de 1843. No mesmo ano também ocorrera o matrimônio de Januária com o irmão de Teresa (SCHWARZ, 2013, p. 45-93).

poderíamos melhor solemnisal-o, do que dando o nome da nossa Augusta Imperatriz a hum destes novos beija-flores e então não hesitamos hum só momento em dar ao outro o nome da nossa Excelsa Princeza Imperial, associando a memoria d'este descobrimento scientifico a tão respeitáveis e Augustos nomes. Outros mais nobres e mais honrosos de certo não poderíamos achar do que aquelles, que credores do respeito, veneração e sincero amor dos Brasileiros, recordam as grandes virtudes, e eminentes qualidades, que formam o admirável character das duas **illustres Princezas em tudo dignas da sua alta jerarchia, e que adornando o throno do Império de Santa Cruz, são ligadas pelos mais estreitos e sagrados laços ao Grande Soberano que como justo nos rege, e como Illustrado he o Magnanimo Protector dos estabelecimentos e dos homens consagrados ás lettras** (MAIA, 1843, p. 2, grifo nosso).

Assim, as repetidas menções ao imperador, que ocorrem em textos médicos, de história natural e sobretudo nos trabalhos de história pátria, desdobram-se em interessantes relações. Admitindo que “a história natural está em completa harmonia com a história civil” (MAIA, 1864a, p. 2), Silva Maia ao considerar o Brasil como local privilegiado pela Providência por sua natureza fértil e pela sucessão de Pedro II ao trono, o monarca, “amigo das ideias modernas”, “guia astro tão grande e luminoso”, perfeito modelo de “brilhante inteligência” é tido não só como o “mais efficaz agente para a conservação da unidade brasileira”, mas sendo o promotor das ciências e letras, o principal responsável para que o Brasil o mais rápido possível atingisse o seu destinado progresso (MAIA, 1864a, p. 8-11).

A Providencia concedendo-nos a especial graça de fazer com que succedesse ao entusiasta amigo das ideias modernas, valente e generoso fundador da nacionalidade brasileira, um Monarcha como o Senhor Dom Pedro Segundo, que em si reúne alto saber, brilhante intelligencia, infinita benignidade, consummada prudencia e insigne perspicácia, não contente de ter sido ella a mais efficaz agente para a conservação da unidade brasileira, quer e manda o rapido augmento do Brasil para que quanto antes haja na propria América poder capaz de equilibrar-se com o dos Estados Unidos. Assim além de nos ter livrado de medonhas revoluções, apressou-se a Providencia em apresentar-nos diante dos olhos o melhor e mais perfeito modelo, para que tendo nós por guia astro tão grande e luminoso, não podessemos de maneira alguma demorarmo-nos ou afastarmo-nos da magestosa carreira tão bem encetada. Quem conhece o Brasil, sabe que na actualidade nossos avantajados passos para um esperançoso porvir seguem-se sem interrupção, apesar das crises porque atravessamos. Tal he a razão porque o bom senso do povo brasileiro não dando hoje ouvidos ás mesquinhas questões políticas, conserva-se calmo e tranquillo e só occupado na árdua lide de desenvolver em larga escala **os colossaés órgãos do jovem Gigante** (MAIA, 1864a, p. 9, 10, grifo nosso).

Deste modo, é tendo as ciências como descobridoras das leis naturais, as quais se ligariam ao processo histórico ascendente dos seres humanos, que Silva Maia, diante da origem e ordem divina do mundo, entende o corpo social como um grande organismo. Vide que no último parágrafo da citação acima, para ele naquele momento, estariam os cidadãos ativos, pertencentes à boa sociedade e detentores do monopólio da participação política no Brasil,

ocupados em “desenvolver em larga escala os colossaes órgãos do jovem Gigante” (MAIA, 1864a, p. 10; MATTOS, 1987, p. 149, 150).

Sendo as sociedades equiparadas aos seres orgânicos, os quais na natureza apesar de serem modificados pelas influências externas, preservariam uma essência comum e perfeita, e que onde estivessem originalmente estabelecidos viveriam e cumpririam harmonicamente suas funções junto ao todo, a “história civil”, com suas equivalentes leis do mundo natural, teria como objeto de estudo as mesmas leis divinas de conservação dos corpos para Silva Maia (MAIA, 1835, p. 2, 3; 1854, p. 40-42).

Como vemos em manuscritos de sua história pátria ele admite o seguinte:

As Nações formam-se, prosperam e acabam à semelhança de qualquer ser orgânico; assim como o ente vivo, nasce perfeito ou defeituoso, torna-se vigoroso ou fraco, morre lenta ou rapidamente conforme muitas e variadas circunstancias climatericas e nutritivas ambientes, do mesmo modo os Estados começam, crescem, brilham e desaparecem segundo as forças disponíveis, e a intensidade das commoções por acaso dentro déllas effectuadas. Observai o vegetal como bem germina collocado em apropriado terreno, e fica robusto e viçoso quando [causas perturbadoras] o não affastam da natural e progressiva marcha: vede o animal como apresenta risonho [aspecto], e com singularidade segue as multiplices phases da existência, uma vez que habitando adequada região zoológica pôde escapar a seus numerosos inimigos e deparar conveniente sustento; **notai ainda, como um país possuindo a ventura de ser bem dirigido, visivelmente progride, sem tropeços se desenvolve, e subindo de gráo em gráo, chega à elevada posição.** Neste ponto a história natural está em completa harmonia com a história civil; a suprema lei indispensável á conservação e desenvolvimento dos corpos, objecto do estudo de ambos, vêm a ser lhes comum, pois que uns e outros vivem, engrandecem-se, reproduzem-se, e afinal morrem. Desde alta antiguidade a observação diária pôe fora de duvida que todos elles, constituídos por complicadas teias orgânicas em continuo movimento, necessitam tomar alimentos idoneos para extrahirem em abundancia princípios reparadores de suas forças gastas; sem o que não lhes he permitido a continuação da existência.[A] tenra planta, o sensível animal, bem como qualquer povo será [ditoso], mais ou menos duravel, e até as vezes digno de particular attenção se conseguir abundantes e firmes [estéios] sôbre os quais a radiante vida passa ostententar seus enleados e incomprehensíveis phenomenos. **Os chefes políticos tanta necessidade tem de intelligencia, retidão, e vigilancia, como o ser organico de ar, calorico, humidade e nutrição; este tanto se apraz no solo fertil, que lhe coube em partilha, como as Nações em serem moralizadas e industriasas** (MAIA, 1864, p. 1, 2, grifo nosso).

Concebendo a ideia de que todas as sociedades cumpririam seus destinos em serem industriasas e moralizadas, caso fossem orientadas pelas descobertas feitas pelas ciências e pelo cristianismo, e entendendo que “do minucioso e reflectido estudo sôbre o nosso passado, colhe-se sempre boa lição;” (MAIA, 1864, p. 15), não nos é estranho que a ciência natural para nosso autor, além de auxiliar das letras nacionais, seja também tema simbólico de nosso passado pátrio.

Afinal, referindo-se aos naturalistas luso-brasileiros da geração anterior à sua como grandes homens de nossa história, homens de ciência que desde a reforma ilustrada do Império

português procuraram inventariar a natureza tropical, avançando sobre o interior do território da então colônia com olhar pragmático e utilitário sobre os recursos a serem explorados, a maneira de Silva Maia olhar para este aspecto do passado é tê-lo como mais um símbolo nacional para o Brasil.

Visto que em seu capítulo nono da coleção de manuscritos sobre a História do Brasil e Portugal, as realizações desses cientistas de outrora são contadas como se o destino divino já reservasse a eles a glória de terem contribuído para a pátria, a qual já estaria determinada a ser independente, quando na realidade, eles apenas eram funcionários da coroa lusitana (MAIA, 1846, p. 117, 118; 1864b, p. 4, 5; SILVA DIAS, 1968, p. 146-153).

Como veremos em trecho a seguir, após traçar de maneira breve aspectos da vida e obra de alguns ilustrados luso-brasileiros, encarregados de coletar e estudar as propriedades e riquezas tropicais para o império português, nosso autor afirma:

A tão zelosos investigadores da Terra de Santa Cruz, seguem-se ainda outros mandados pelo governo português, também de mérito reconhecido, e que **por uma casualidade mui notável são todos nascidos entre nós. Estes filhos d'America achavam-se com razão persuadidos, que para a sciencia e para a pátria era mais conveniente e nobre que o Brasil fosse estudado por brasileiros, e por isso deram graças á Providencia, quando o governo português d'elles se lembrou para tão prestimoso fim;** (MAIA, 1864b, p. 9, grifo nosso).²⁶

Tal fato de ter os ilustrados dos setecentos como elementos pátrios de nossa história, nos faz concordar com Kury (1998, p. irreg) de que ao enaltecer os feitos e preservar as obras desses naturalistas, Silva Maia buscou constituir um passado tendo esses homens como exemplos de que desde o período da colônia tínhamos uma ciência nacional. Participando de uma atividade comum entre os integrantes do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, sendo um dos fundadores da instituição, o autor se dedicou a difundir e preservar as obras desses naturalistas, pois além do conhecimento científico que os livros continham para a promoção e melhoria da indústria agrária, as descrições do território e seus recursos também eram valorizadas por toda a relação romântica que se atribuía entre a natureza e o nacional (LOSADA, 2011, p. 120).

²⁶Em seu capítulo IX dos *Estudos Históricos Sobre Portugal e Brasil*, intitulado “O Brasil principia a ser explorado com eficácia e gosto; naturalistas brasileiros o percorrem e o estudam desde 1780 até 1820”, os ilustrados setecentistas biografados são: Martim Francisco Ribeiro de Andrada, Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, Alexandre Rodrigues Ferreira, José Mariano Conceição Velloso, Joaquim Velloso de Miranda, Manuel Arruda da Camara, João da Silva Feijó, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, Joaquim Vieira Couto, João Manso Pereira e o Conselheiro Balthasar da Silva Lisboa.

A exemplo de sua participação e concordância em difundir e localizar essas obras, muitas delas perdidas, temos Silva Maia falando resumidamente sobre Alexandre Rodrigues Ferreira:

O nosso illustrado compatriota a quem com razão Ferdinand Denis chama de Humboldt brasileiro, acompanhado dos desenhadores Joaquim José Codina, e José Joaquim Freire, e do preparador botânico Agostinho Joaquim do [Cabo], demorando-se [9] annos nas suas riquíssimas províncias, longos [sobidaes] percorre, numerosos e admiráveis factos observa, extensas e variadas riquezas examinam, e sobre tudo isto largamente escreve como se [ilegível] dos seus importantes trabalhos impressos na collecção das memorias da Academia Real de Sciencias de Lisboa, da lista de suas obras impressas no Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e de muitos outros manuscriptos seus, ainda inéditos, archivados hoje no mesmo Instituto. Todos os seus escriptos reunidos com clareza e methodo, manifestam muita erudição e comprehendem não só, a narração diária do que elle ia vendo e observando, e do que lhe acontecia em tão dilatado e arriscado trânsito, com immensas noticias proveitosas e interessantes, mas também perfectas descripções das diversas localidades por elle atravessadas, curtas exposições dos usos e costumes de tribos indígenas, e importantes trabalhos sobre zoologia e botânica (MAIA, 1864b, p. 5).

Isto posto, a despeito do nacionalismo atribuído à natureza pelos românticos do período do pós-independência, o qual não fora unânime entre nossas elites, é importante apontarmos que o pragmatismo setecentista das ciências naturais sobre o mundo tropical continuou nas obras de Silva Maia. Em seus quadros *Synopticos do reino animal*, vemos a mistura simbólico patriótica juntamente com a busca em fomentar a indústria brasileira. Mesmo numa apostila sobre zoologia que possuía a intenção de facilitar o estudo da disciplina para os alunos do Colégio Pedro II, Silva Maia reforça os papéis civilizadores que ele atribui à História Natural.

Produzido por ele em 1858, o material é considerado o primeiro texto didático sobre ciências naturais escrito em português no Brasil, sendo utilizado na escola secundária da capital imperial. Dedicado “á sua majestade o imperador Senhor D. Pedro II, magnânimo protector e verdadeiro amigo das letras”, o guia em que consta os quadros mais gerais para a organização do reino animal respeita a classificação de Cuvier com suas primeiras quatro classes (LORENZ, 2007, p. 137).²⁷

²⁷ Sobre seus *Quadros synopticos* impressos pela Typographia Nacional, Silva Maia explica que esses não eram apenas para os alunos do Colégio Pedro II. As tabelas classificatórias das espécies dispostas nas últimas páginas do seu material, tinham como finalidade fazer chegar ao conhecimento de todos as relações entre os seres e os fins para que eles servissem ao homem. Sendo os animais organizados de acordo com os grupos taxonômicos de Cuvier, como vemos o próprio autor explicar: “Além de um pequeno quadro sobre a divisão das sciencias naturaes para que chegue ao conhecimento de todos, seus importantes fins e as relações entre ellas existentes, quatro são os grandes quadros synopticos aqui apresentados: os dois primeiros comprehendem os animaes vertebrados, em hum achão-se os de sangue quente, em outro os de sangue frio, o terceiro os anelados, o quarto os moluscos e radiados ou zoophytos; estes quatro grandes ramos constituem as quatro divisões primitivas do reino animal, ainda hoje considerados como no tempo de Cuvier, outros tantos typos de organização animal” (MAIA, 1858, p. XII).

Nos interessando por agora a parte da introdução que trata das potencialidades da natureza brasileira, o discurso que antecede o conteúdo classificatório dos seres vivos retoma conhecidas ideias que Silva Maia buscara promover em seus textos já abordados. Parecendo aproveitar para resumir e mencionar boa parte dos estudos e atividades que realizou desde que chegou da Europa, o autor reforça a ideia de predileção e imanência divina sobre a natureza pátria, assim como, exalta sua exuberância e enfatiza as obras e realizações dos ilustrados brasileiros que estudaram nosso território desde o Império português. Entretanto, como veremos, o principal objetivo dele é chamar atenção para a importância que o estudo da zoologia poderia trazer para o Brasil.

A benéfica mão do Creador derramou sobre nós mil favores, deu-nos em excesso tudo que podíamos necessitar para bem viver e chegar ao auge da prosperidade; pelo que não cessaremos de repetir, que ao homem cumpre não descansar e a cada momento esforçar-se para desenvolver tão extraordinários recursos. (...) Quantas maravilhas, grandes e preciosidades não encerra o paiz, cujo nome sendo também o de hum lenho de elevado preço, abrange huma área superior a dous quintos d'America meridional com perto de três milhões de milhas quadradas de chão, achando-se colocado debaixo de zonas fertilíssimas! Devorados pelo ardente desejo de conhecer tantas riquezas, que grandemente nos devem interessar, tendo além disto a obrigação de ocupar-mo-nos com particularidade dos animais, e não nos sendo possível por nossas circunstâncias peculiares afastarmo-nos para longe da Capital, temos nos limitado a curtas excursões nos arredores da Côrte, e com afínco atenciosamente estudado as obras magistraes dos Marcgrave, Pison, Azara, Swainsons, Principe Neuwied, Eschwege, Spix, Natterer, Martius, Lalandi, St Hilaire e outros instruídos e corajosos estrangeiros, que vierão da Hollanda, Hespanha, Inglaterra, Allemanha e França, para de perto examinarem as producções brasílicas. Igualmente nossos estudos sobre a história patria tem feito, com que não nos tenhamos esquecido de consultar as publicações e manuscritos dos nossos compatriotas, antigos viajores do Brasil, Alexandre Ferreira, Conceição Velloso, Velloso de Miranda, Arruda da Camara, Silva Feijó, Vieira de Couto, Martim Francisco e alguns outros, que possuidores da sciencia da mãi pátria mil difficuldades tiverão de vencer para poderem estudar nas próprias localidades as preciosidades no meio das quaes tinhão nascido: de huns e outros muito aproveitamos para as citações dos actuaes quadros synopticos. Do que temos por nós mesmos observado, do que havemos lidos nos authores citados, aprendido nos livros da sciencia, e ouvido dos perscrutadores do território brasileiro com quem temos estado em contacto, **he nossa intima convicção, que a potencia do reino animal no Brasil elevada e aparatosa, não he inferior á vegetal e mineral** (MAIA, 1858, p. V, VI, grifo nosso).

A despeito da importância transcendental do mundo natural para a nação, havendo até mesmo lições morais que poderiam ser tiradas dos animais, pois, fora o “amor pátrio”, muitos seres vivos dotados de “instinctos admiráveis” nos ofereceriam costumes dignos de serem imitados (1858, p. VIII), contudo, é o aspecto pragmático e utilitário sobre a natureza que se sobrepõe aos outros.

Tendo fomentado o estudo da botânica no início de sua volta ao Brasil entre os quadros da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, chamando a atenção para a infinidade de plantas e suas propriedades medicinais e terapêuticas, era como obrigação dos médicos da Sociedade

que Silva Maia encarava o estudo das propriedades para a arte de curar em sua *Memória sobre o Tabaco*. Referindo-se também aos usos que muitos vegetais teriam para as artes da construção e tintura, é nesse mesmo sentido utilitário e econômico que ocorre a sua promoção dos estudos zoológicos no Brasil. Pensando nos usos e maneiras de explorar economicamente a diversificada e riquíssima fauna brasileira, Silva Maia tem a relação utilitária e produtiva entre homem e natureza como grande propósito para desenvolver os estudos zoológicos, tidos por ele, ainda em estágio inicial no país (MAIA, 1835c, p. 5, 6, 7; 1858, p. VII-X).

Persistindo esse lado da herança ilustrada, sobre o qual o romantismo brasileiro adequou-se, percebe-se uma continuidade no pensamento de Silva Maia em relação aos ideais daqueles ilustrados que ele procurou exaltar em muitos de seus escritos.

Assim, nosso autor demonstra partilhar da mentalidade pragmática e utilitária que imperou nos estudos científicos dos setecentos. Ao que Maria Odila da Silva Dias (1968, p. 105-112) conceitua como uma postura reformista sobre a sociedade, baseada numa “ética das luzes” que procurava promover com as ciências descobertas úteis aos homens e em proveito do progresso.

Avessos às ideias democráticas e acostumados aos privilégios aristocráticos, os sábios cientistas luso-brasileiros, a quem caberia o bem-estar dos homens através das suas descobertas e inventos, alinhados aos interesses das elites agrárias compactuavam com um reformismo moderado pouco afeito às mudanças sociais. Questões essas, que a geração intelectual do pós-independência também perpetuou ao seu modo. Vide o apoio ao Regresso Conservador baseado na Ordem Monárquica, com suas noções sobre liberdade não conciliáveis nem mesmo com a igualdade entre os homens livres, divididos esses em sociedade política e sociedade civil, cidadãos ativos e meros súditos (MATTOS, 1987, p. 149, 150).

Como exemplo do prosseguimento dos ideais pragmáticos e econômicos, os estudos zoológicos serviriam em relação ao mundo natural, segundo Silva Maia (1858, p. VI), “para nos aproveitarmos dos seus valiosos productos, já para nos livrarmos do seu incomodo contacto”. Ou seja, mais do que em qualquer outro de seus textos, nosso autor demonstra em seus *Quadros Synopticos*, que a vida natural não é defendida radicalmente pela sua beleza e pelo seu valor espiritual transcendental. Impõe-se claramente a disposição de fomentar, diversificar e melhorar a exploração econômica sobre a natureza para o progresso do país (SILVA DIAS, 1968, p. 150-170).

Assim, a exploração dos animais aquáticos dos rios e mares, em prol do comércio e da alimentação da população, é retomada pelo autor através da menção indireta a um dos primeiros estudos de José Bonifácio sobre a indústria baleeira (MAIA, 1858, p. VII). O texto *Memórias*

sobre a pesca das baleias e a extração de seu azeite, com algumas reflexões a respeito de nossas pescarias do ano de 1790, foi o primeiro trabalho de Bonifácio após este ingressar na Academia Real de Ciências de Lisboa. Nele, como vemos em Caldeira (2002, p. 13), com sua postura iluminista Bonifácio observa o mundo natural buscando extrair as melhores consequências práticas relativas à exploração econômica da costa brasileira.

Já no início de suas *Memórias*, Bonifácio (2002, p. 51, 52) registra tratar de uma obra econômica, e não um estudo sobre História Natural. Conhecendo-se naquele período apenas oito espécies de baleias no mundo, o autor não demora em apontar o “erro” de não se ter desde a costa da Bahia até o Rio Grande do Sul mais armações para a caça dos animais. Procurando apontar os lugares mais apropriados para os novos sítios de caça, e medidas necessárias para o incentivo dos empreendimentos, Bonifácio critica a prática de se caçar os animais apenas nas barras, e não ao longo da costa e mais ao sul do continente. Como em outros de seus escritos, o ilustrado demonstra a postura racional de otimizar a exploração dos recursos, procurando corrigir as práticas predatórias que punham em risco a própria indústria. Em sua crítica ao método de arpoar os filhotes para assim abater as mães, ele faz as seguintes considerações:

É fora de toda a dúvida que, matando-se os baleotes de mama, vem 1º) a diminuir-se a geração futura; pois que as baleias por uma dessas sábias leis da economia geral da natureza só parem de dois em dois anos um único filho, morto o qual perecem com ele todos os seus descendentes; 2º) que proveito pode tirar-se de um baleote pequeno (ainda quando no Brasil se aproveitassem esses baleotes) em comparação de uma baleia, que há chegado ao seu completo estado de crescimento? 3º) os de dois anos, depois de desmamados, ficam magríssimos, e apenas dão metade do azeite dos primeiros. 4º) as baleias mortas no tempo em que criam os filhos pouco fundem, pela extrema magreza em que se acham; e causa isto o irreparável prejuízo de ir-se anualmente diminuindo o número das fêmeas, crescendo à proporção o dos machos, que assim de nada servem. Eis aqui uma das razões por que as armações da Bahia e Rio de Janeiro estão abandonadas; e em geral por que tem vindo grande quebra à pesca do Brasil; (ANDRADA E SILVA, 2002, p. 54).

Parecendo ser o principal uso da caça das baleias a extração do óleo tirado do cérebro dos animais, destinado para fazer velas e sabão, as carnes salgadas para as tripulações e a população também eram tidas como uso proveitoso da indústria (ANDRADA E SILVA, 2002, p. 55). De maneira semelhante, como vemos em Silva Maia, não só as baleias são tidas como recursos, mas praticamente todos os seres presentes em nossas enseadas e baías:

Além dos incalculáveis animais, visitantes da nossa atmosfera, alguns dos quaes são microscópicos, os mares e rios do Brasil alimentão quantidade incrível de seres os mais diversos, sendo muitas as riquezas que devemos das aguas colher em hum futuro talvez não mui longínquo: balêas que tanto tem de monstruosas como de uteis, frequentam nossas costas em companhia de outros cetáceos, e amphibios, todos mamíferos não menos proveitosos; extensos cardumes de peixes, muitos dos quaes de delicioso sabor apparecem em abundancia por toda a parte; molluscos zoophytos,

cuja maravilhosas organizações ainda há pouco a sciencia acaba de revelar, surgem em não menor quantidade com representantes em todas as classes. As enseiadas, golfos e portos brasileiros estão cheios de animaes aquáticos de famílias mui diferentes; se entre nós se effectuassem pescarias na razão do que existe a arrecadar, ou ao menos em proporção das necessidades públicas, a alimentação tirada do elemento líquido, e que mui adequada he aos povos dos paizes quentes, seria baratissima, e a população não teria de lamentar a carestia do sustento animal (MAIA, 1858. p. VII).

Da mesma maneira, Silva Maia reescreve parte de um texto sobre a viagem do seu colega de Museu Nacional Theodoro Descourtiz, que discorre sobre a potencialidade da pesca no Espírito Santo:

Desde que sahi do Rio de Janeiro tenho visto e provado muitos peixes saborosos; a tripolação da escuna onde vim, repetidas vezes pescou Dourados, Cavallas e Calungas, peixes grandes e mui agradáveis ao paladar; o ultimo de côr vermelharosada, cuja carne é deliciosa, e que me parece do gênero Perca, apparece em extraordinária abundância na altura dos baixos de S. Thomé, pequena distância de Cabo Frio (DESCOURTILZ apud MAIA, 1858, p. VII).

No entanto, é a exploração dos animais terrestres brasileiros, e a oportunidade de aclimatar outros espécimes a serem criados em pátios de domesticação, que nosso autor vê como a principal oportunidade para tirar “proveito incalculável” dos animais (MAIA, 1858, p. IX). Sendo a ciência para Silva Maia reveladora do divino e das leis que regem o mundo natural, o conhecimento da história natural seria importante para os empreendimentos zoológicos numa terra tão favorável por sua fertilidade e clima, fatores que permitiriam aclimatar facilmente até animais exógenos.

Assim, carne, couro, penas e gorduras seriam produtos tanto para o mercado interno quanto externo, e a sugestão de criar “pateos de bichos, aonde com todo o cuidado e methodo se possa amansar animaes brasileiros que ofereçam algum préstimo valioso”, é o grande argumento para a promoção da zoologia no Brasil.

No Brasil tanto vivem animaes uteis, que senão encontrão em outra parte, como prosperão animaes prestimosos que nelle bem se aclimatárão vindo de fora; ao pé dos tapeti (lebre do Brasil), mocó (Kerodon rupestres), coelho do Brasil, ariranhas (lontras do Brasil), capivaras, pacas (Coelogenys), guassutí (veados do Brasil), antas e inhambus, proprios do Brasil, comem e folgão o cão, gato, cavallo, boi, carneiro, porco e a galinha, trazidos pelos portugueses, e cujas diversas variedades com acerto forão agora chamadas por Isidore Geoffroy de Saint-Hilaire, produtos da domesticidade. (...) permitindo-nos além disto, nossas circunstancias climatéricas e a uberdade do solo, o podermos entre nós aclimatar os mais uteis; graças ao espirito progressivo da época, alguma coisa se começa a fazer neste sentido. **Porém do que mais necessitamos, do que devemos tirar proveito incalculável he da domesticidade de muitos dos nossos animaes: o tempo aproxima-se de occuparmo-nos seriamente disto, e como principio convêm quanto antes dar-se nascimento á criação de pateos de bichos, (menageries dos francezes,) aonde com todo o cuidado e methodo se possa amansar animaes brasileiros que ofereçam algum préstimo valioso.** Nestes centros de criação as especies brasileiras consideradas dignas de

estima receberão hum tratamento methodico e apropriado, e quando ellas acharem-se lá domesticadas e bastante desenvolvidas, sahirão em pequenos lotes para se espalharem pelas fazendas ou por casas de particulares que as requisitem; desta maneira alguns dos nossos animaes em curto praso de tempo deverão estar grandemente propagados, e nas circunstancias de serem convenientemente aproveitados (MAIA, 1858, p. IX, grifo nosso).

Todavia, se a carne “saudável e nutriente” dos porcos do mato, veados, lagartos e galináceos concorreriam para vantagens “extraordinárias” ao país, o Dr. Silva Maia demonstra que seus esforços científicos não somente possuiriam implicações técnicas e econômicas sobre a sociedade. É como agente moral e civilizador junto ao Estado do qual ele era dependente que ele associa suas obras. Seja na criação de valores identitários em torno de símbolos para a nação, assim como na escrita de um passado oficial, a crítica aos hábitos enraizados na sociedade brasileira também demonstra implicações políticas nos seus discursos científicos. Seus estudos médicos e de história natural, seriam como que antídotos contra as consequências nefastas dos costumes brasileiros que necessitavam serem reformados (MAIA, 1864a, p. 11; 1858, p. IX).

Certo da superioridade do homem em relação aos outros seres, sendo o gênero humano aquele que traz “dentro de si o princípio divino”, distinto dos outros viventes pela inteligência e conhecido como “o Rei da criação” (MAIA, 1864a, p. 8), na caminhada ascendente e perfectível dos seres humanos no tempo, Silva Maia não possui dúvida quanto a ideia de que as sociedades deveriam ser regidas pelos princípios descobertos pelas ciências:

A vida humana mesmo já teria hoje extensão mui sensível, se todos os judiciosos preceitos, pela hygiene indicados, fossem com pontualidade seguidos. Viva o homem de accôrdo com sua organização, com clima que habita, com a profissão que exercita, não se afaste das regras ensinadas pela sciencia, não se deixe arrastar pelos gozos da sociedade, superiores ás suas forças, atravessará longa carreira escapando a mil pequenos accidentes, e a variadissimos sinistros que a cada instante se apresentam (MAIA, 1864a, p. 6).

Assim sendo, a história natural e a medicina orientando os governantes, apresentariam soluções para os problemas que afetavam o desenvolvimento do Brasil. Pois como Silva Maia afirma, em postura autolegitimadora, “a verdade terá entre nós verdadeiro culto; o Brasil pouco a pouco se reformando, verá com o correr dos annos, e com efficáz auxílio de seus Governantes, seus males desaparecer com as mudanças de seus máos costumes e viciosas praticas” (MAIA, 1864a, p. 11).

A exemplo do que aprofundaremos no próximo capítulo, as soluções para os “máos costumes”, abordados nos discursos de nosso autor na Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, possuem implicações relacionadas ao contexto Regressista de construção e reforma do Estado nacional imperial. Como veremos, os diagnósticos do uso incorreto dos recursos, assim

como do desconhecimento das sagradas leis naturais que também deveriam ser respeitadas na organização da sociedade em nome da “pátria”, são acompanhados pelas noções de equilíbrio e ordem presentes na natureza. Fator que desenvolveremos adiante, a noção harmônica de Silva Maia sobre o mundo natural, em confluência com o mundo social e suas equivalentes leis de organização, são os principais argumentos de seus textos críticos aos hábitos brasileiros que para ele necessitavam serem reformados.

3 A NATUREZA E SUAS FACETAS: MEDICINA E HISTÓRIA NATURAL NA SOCIEDADE DE MEDICINA DO RIO DE JANEIRO

3.1 A NATUREZA COMO SISTEMA: HARMONIA, FINALIDADE E ORDEM NOS MUNDOS NATURAL E SOCIAL

Empossado no dia 12 de julho de 1834, no mesmo ano que retornou ao Brasil após sua segunda estadia na Europa, o Dr. Emílio Joaquim da Silva Maia passou a integrar a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro. Inspirada no modelo da Academia de Medicina de Paris, a Sociedade de Medicina, formada em 1829 por dezessete sócios, tinha como objetivos “ocupar-se de todos os objetos que pudessem contribuir para o desenvolvimento da arte de curar, além de elaborar pareceres sobre a higiene pública e assistir às autoridades em relação ao saneamento e à saúde pública da população” (GARCIA, 2007, p.89).

Convertida em 1835 em Academia Imperial de Medicina, oficialmente financiada pelo Estado, a entidade tornou-se símbolo do começo da institucionalização da medicina no Brasil, dedicando-se a traduzir e fazer circular saberes da higiene do período, tendo em vista uma suposta especificidade da salubridade brasileira (FERREIRA, 2013, p.76).

Instituição de prestígio e de sociabilidade para os médicos que a compunham, de explícita vontade em exercer não só influência no processo de regulamentação do exercício da medicina no Brasil, mas também de participar e dividir com o governo as questões públicas de saúde no país, a Academia Imperial de Medicina teve Silva Maia como editor de pelo menos duas de suas revistas. A Revista Médica Fluminense (1835-1841) e a Revista Médica Brasileira (1841-1843), no contexto de institucionalização da medicina após a Independência, tiveram segundo Ferreira (2004, p. 94), relativa importância para a comunidade médica na tentativa de forjar uma opinião pública a respeito dos problemas de saúde no Brasil (COELHO, 1999, p. 120, 121; FERREIRA, 2004, p. 94-105).

Membro ativo da Sociedade, Silva Maia engajou-se nos assuntos de saúde pública através de pronunciamentos junto aos seus pares nas reuniões da instituição. Uma dessas falas foi o *Discurso sobre os males que tem produzido no Brasil, o corte das matas, e sobre os meios de os remediar*, lido na sessão pública do dia 30 de junho de 1835, e publicado, como muitos de seus pronunciamentos, nas páginas dos jornais médicos da instituição.²⁸

²⁸ Segundo nossos levantamentos sobre as obras médicas de Silva Maia que utilizamos em nossa dissertação, algumas foram localizadas nas edições da **Revista Médica Fluminense**. Os primeiros quatro números da Revista Médica, de abril até julho de 1835, tiveram as continuações da obra *Memória Sobre o Tabaco*, lida nas sessões

Claramente com intenções de orientar as questões de saúde pública da capital imperial, explorando preceitos da higiene médica, o discurso sobre o corte de matas, segundo Silva Maia (1835, p. 1), pretendia examinar “as calamidades, que nos tem trazido, ou que nos trará a falta de algumas de nossas florestas, e vejamos de que maneira as poderemos remediar o mais promptamente possível”. Assim, antes de vermos de que maneira o autor entendia as causas das endemias que assolavam a Corte, e o seu entendimento para combatê-las, prestaremos atenção na forma como ele se refere ao mundo natural.

Já no início de seu discurso, o médico ilustrado faz reflexões sobre a natureza, exaltando seus mistérios e beleza. Segundo ele, a harmonia do mundo natural, percebida quando se estuda as ciências da natureza, faz notar que o “Autor do Universo, foi mui providente na sua criação” (MAIA, 1835a, p.1). Afirmando que a natureza desperta sentimentos que deixam a “alma estupefacta”, e a sua harmonia reveladora de um “Deos Autor do Universo”, o autor parece compactuar com ideia cara aos românticos franceses de que o divino poderia ser revelado pelos sentimentos e as coisas (CANDIDO, 2017, p. 305).

As obras da natureza nos oferecem tantos mistérios, que a nossa alma fica estupefacta a contemplá-los. A maior harmonia existe entre ellas, e tudo nellas mostra, que o Autor do Universo, foi mui providente na sua criação. Estas verdades são bem conhecidas por todos aquelles, que se dão ao estudo reflectido da natureza. Quem não admirará com espanto os meteoros electricos e luminosos, que a cada passo apparecem na abóboda celeste! Quanto não há de maravilhoso e incomprehensivel na complexa organização humana! Assim a pessoa, que seriamente tem-se dado ao estudo das sciencias naturaes, á cada passo encontrará objectos dignos de contemplação; á cada instante phenomenos inexplicáveis, que a levarão até a firme persuasão de hum Deos Autor do Universo (MAIA, 1835a, p.1).

No entanto, essa não é a única concepção romântica reproduzida no discurso do Dr. Silva Maia. Semelhante aos literatos brasileiros de sua época, suas palavras revelam a melancolia de sua visão de mundo. Pois, para ele, apesar dos esforços de quem se dedica ao estudo da natureza, em sua condição de infortúnio, o homem sempre insuficiente só conhece parte do todo. Desse modo, acessando apenas as consequências do mundo natural e não as

dos dias 6 e 18 de dezembro de 1834. Nossa edição tida como fonte é o volume único dessas partes impresso pela Typographia Imperial no ano de 1835. Outro discurso também analisado por nós, com publicação particular feita pela Typographia de R. Plancher de 1834, possui seu resumo publicado na edição de número seis do ano de 1835 da **Revista Médica Fluminense**. O Dr. Meirelles, membro da Sociedade de Medicina, fez um relatório do *Ensaio sobre os perigos a que estão sujeitos os meninos quando não são amamentados por suas próprias mães*. Já o *Discurso sobre os males que tem produzido no Brasil, o corte das matas, e sobre os meios de os remediar* está presente integralmente na mesma revista de número seis do mês de setembro de 1835. Entretanto, a edição que utilizamos é o impresso feito pela Typographia Fluminense do mesmo ano. Havendo outras participações e menções de nosso autor em diversos números do jornal médico, estes podem ser acessados em: **Revista Médica Fluminense**. Rio de Janeiro, RJ: Typ. Fluminense de Brito, 1835-1841. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/revista-medica-fluminense/341622>. Acesso em: 2 mai. de 2021.

causas primárias, mistérios da Providência, assim lamenta o nosso médico e naturalista: “oh desgraça humana, por mais que trabalhemos, não podemos conhecer da natureza senão conseqüências e harmonias; por toda a parte as causas primarias nos escapão!” (MAIA, 1835a, p. 1).

Não obstante o pesar sobre as limitações da condição humana em conhecer o mundo natural, para Silva Maia (1835, p. 2), dois fatos observados sobre a natureza despertariam a admiração dos homens pela sabedoria do “Creador”. O primeiro mencionado no discurso em questão seria a já tratada distribuição divina dos seres no mundo, em que “cada vegetal tem sua temperatura, cada animal a sua pátria, e cada homem seu império” (MAIA, 1835a, p. 2). Tal Lei, que seria a causa da exata nutrição das plantas e dos animais em seus locais de origem, além de despertar o amor dos homens à terra natal, também causava a saudade nele, que há pouco estivera longe de seu país, e da Europa se recordava “com saudade das soberbas Palmeiras, das uteis Bananeiras, dos arborescentes fetos, e de todo este luxo, que a natureza desenvolve na sua abençoada Pátria” (MAIA, 1835a, p.2).

Assim, apesar das recordações sentimentais sobre a terra natal, expostas para a reduzida comunidade leitora das elites, outro fator de admiração da sabedoria divina seria a harmonia entre os seres vivos presente na natureza. Nas palavras do autor (1835a, p. 2), esse aspecto estaria relacionado com a interdependência percebida entre os seres e as suas partes, cada elemento possuindo uma utilidade entre si e sendo regido por um “espírito portentoso”.

Outro facto da criação, que também muito concorre para admirarmos a sabedoria do Creador, he a grande harmonia, que existe entre todos os seres, e entre todas as partes de hum mesmo ser, de tal sorte, que todos os corpos criados se achão na maior dependência huns dos outros, e que tudo neste mundo he dirigido por hum espirito portentoso de concordância e utilidade: assim o inseto mais insignificante, a menor planta, tem hum motivo necessário na criação; os rios correm onde devião correr, as montanhas receberão as distincções, formas, e alturas necessárias á cada latitude, e em fim os bosques tendo a maior relação com os terrenos, onde se achão, são de absoluta necessidade onde existem (MAIA, 1835a, p. 2).

Existindo como que um enorme equilíbrio no mundo natural, a partir da percepção da relação de interdependência dos entes vivos entre si e em relação às condições geográficas e climáticas, cada ser ou elemento físico possuiria funções e finalidades determinadas por Deus, gerando assim uma “grande harmonia” na natureza, verificada pelo “estudo reflectido” da mesma (MAIA, 1835a, p. 3).

Assemelhando-se à ideia humboldtiana de que tudo estaria em interação e reciprocidade, possuindo cada organismo e suas partes uma função e importância diante de um Todo, as noções de Silva Maia parecem derivar das concepções relacionadas à teoria da

economia da natureza. A qual, tendo Carl von Linné (1707-1778) como um dos primeiros e principais expoentes no século XVIII, era entendida pelo naturalista sueco como a sábia disposição dos seres instituída pelo Criador, segundo a qual os seres vivos se orientariam para fins comuns e teriam funções recíprocas (DROUIN, 1993, p. 34; WULF, 2019, p. 96).

Servindo para compreendermos a maneira como o Dr. Silva Maia diz conceber o ambiente natural, a noção sobre a economia da natureza, influenciada pelas ideias fisiocráticas²⁹ e pelo avanço dos saberes empíricos em conjunto de uma teologia natural, baseia-se numa concepção de Ordem que pressupõe a noção de conjunto de sistemas entre os seres vivos e os ambientes, sem, no entanto, eliminar a noção religiosa da Criação. Como vemos em Jean Marc Drouin:

[...] No século XVIII expande-se uma teologia natural que, reunindo todos esses elementos e apoiando-se no desenvolvimento das ciências da natureza, faz do homem o expectador da criação e da sua ordenação, a prova essencial da existência de Deus. O Espetáculo da Natureza do abade Pluche, cuja primeira edição foi publicada em 1732 com um êxito de livraria considerável, mostra que a França não é alheia a esta corrente. No entanto, a teologia natural foi sobretudo difundida nos países protestantes. Em Inglaterra, país onde ela se apoia na autoridade do próprio Newton e do naturalista John Ray, foi desenvolvida por William Derham. Este autor publicou em 1713 uma recolha de conferências intitulada *Psycho-theology*, traduzida em sueco em 1736. Ao citar esta obra, Linné testemunha deste modo o seu conhecimento de um pensamento que, aliás, ele retoma e reinventa em grande medida a partir das próprias fontes gregas e bíblicas. Por isso, é como que o encontro de uma longa tradição metafísica com um jovem saber científico que se devem ler estas linhas que ele escreveu em 1760 assinadas com o nome de um dos seus alunos: “De acordo com o que nós sabemos, podemos julgar a importância que assume cada uma das Disposições da natureza ao ponto de, se uma só minhoca (= uma única espécie de Minhoca) faltasse, a água estagnada alteraria o solo e o bolor apodreceria tudo. Se uma única função importante falta-se no mundo animal, seria de recear o maior desastre no universo (...) se nas nossas terras morressem todos os pardais, as plantações seriam presa fácil dos grilos e de outros insectos. A América, privada de porcos seria infestada de serpentes, e também na nossa pátria os ratos fariam das suas nas casas e bens se a família dos gatos desaparecesse de repente” (DROUIN, 1993, p. 33, 34).

Tal razão da economia da natureza, de modo geral, concebia o universo regido por uma Ordem natural, constituída por leis que se estendiam à inteligência humana, também

²⁹ Doutrina econômica dos setecentos, a Fisiocracia, difundida por Richard Cantillon, François Quesney e outros, compreendia que toda riqueza provinha da terra. Utilizando a metáfora das sociedades humanas como árvores, Cantillon concebia a agricultura como a raiz, a população como o tronco e as artes e o próprio comércio como as folhas. Sendo a prática agrícola a base de tudo, as outras atividades seriam perenes e frágeis como as folhas, não sendo tão importantes para a economia dos reinos. Compreendendo a economia da mesma maneira como entendia-se a natureza, através do conjunto de sistemas ordenados que formariam um todo, como vemos em José Augusto Pádua (2009, p. 317): “Quesney, médico de formação, descreveu a paisagem econômica utilizando a metáfora do corpo humano, principalmente a interação funcional dos órgãos e a circulação sanguínea. Ambas as metáforas buscavam uma evidente aproximação entre o funcionamento da economia e o que então se entendia como sendo a ordem da natureza. A corrente fisiocrata atribuiu mais atenção à produção primária orgânica, em detrimento da mineração, estimulando politicamente a busca de conhecimentos mais sólidos dos recursos florestais e agrícolas existentes nas várias regiões do território brasileiro”.

ordenada e coextensiva a elas. Apesar de interpretações sobre o Iluminismo ter sido homogêneo e estritamente deísta, é preciso considerar a forte presença por toda a Europa de contribuições científicas do período associadas a um cristianismo ilustrado e diverso. Deste modo, diferentes maneiras de conciliar empirismo científico com elementos religiosos, constituíram um racionalismo que atribuía um ordenamento sobre o mundo, tendo suas leis como resultado de uma Providência divina ou naturalizada (CANDIDO, 2017, p. 58; KURY, 2004, p. 110; ROSENBLAT, 2008, p. 283-291).

Dessa maneira, a ideia de uma Ordem natural subjacente ao mundo físico, que boa parte da Ilustração chegou com suas teorias, exemplifica-se quando percebemos que essa noção passou a ser um dos principais significados do termo natureza para o período. Como veremos, dentre a multiplicidade semântica do termo natureza na Enciclopédia de Diderot e D'Alembert, Pedro Calafate observa o seguinte:

Natureza, diz D'Alembert, pode referir-se, em primeiro lugar, ao 'sistema mundo', à máquina do Universo'; pode, de igual modo, referir-se ao 'conjunto de todas as coisas criadas ou não criadas', sejam elas corporais ou espirituais; a tais empregos se deveria associar outros, como a referência à 'essência' ou 'quididade' de uma coisa; à ordem ou curso natural das coisas, ou seja, à série de 'causas segundas', ou às leis do movimento, estabelecidas por Deus; a uma 'espécie de arte divina', comunicada aos seres criados, para os trazer ao fim para o qual foram destinados; à reunião das potências ou faculdades da alma e do corpo, à 'ação da Providência', ou seja, à potência espiritual que age e opera sobre todos os corpos, para lhes dar certas propriedades e produzir certos efeitos e, finalmente, à ação recíproca dos corpos entre si, de acordo com a legalidade 'natural' (CALAFATE, 1994, p. 8).

Assim sendo, segundo Calafate (1994, p. 20), no século XVIII “a natureza não se confunde, neste contexto teórico, com a matéria, entendendo-se antes como princípio de ordem que a regula”, pois, a matéria, também podendo ser chamada de natureza, mas como modo de existência, seria incapaz de “dar razão da ordem e finalidade que o rege”. Nesse sentido, atualizada pelos paradigmas matemáticos e geométricos que vinham se desenvolvendo, a verificação de estruturas ordenadas subjacentes aos seres naturais deu roupagem nova e reforçou uma ideia muito mais antiga, cunhada desde pelo menos Tomás de Aquino (1225-1274), sobre a ordem e finalidade do universo.

Sendo assim, a noção de um mundo ordenado e harmônico, em que tudo possuiria uma finalidade em si, cunhou para Calafate (1994) uma “física teológica” resultante da conciliação entre as ciências naturais e a teologia racional do momento. Ainda para o filósofo português (1994, p. 21), o Universo que as ciências físicas progressivamente descobriram e traduziram “em ‘número, peso e medida’”, no século XVIII passou a ser religado a Deus, “num processo que traduz a abertura do finito ao infinito, como exigência fundamental do espírito”.

Isto posto, essa concepção de Ordem da economia natural, relativa ao que Drouin (1993, p. 33) chama de uma teologia natural em conjunto dos progressos empíricos, concebeu a natureza como sistema e a História Natural como reveladora das leis divinas da Criação. Ideia essa que repercutiu no século XIX dividindo-se em especialidades preocupadas em compreender a circulação dos elementos, a distribuição dos seres na Terra e as relações de interdependência dos seres vivos nos ambientes em que vivem (DROUIN, 1993, p. 39).

Como vemos abaixo, apesar da preponderância do projeto de sistematização e organização do mundo natural entre os naturalistas setecentistas, Drouin (1993) ressalta:

[...] Deveremos então relegar para o armazém das ideias feitas a ideia de que os naturalistas do fim do século XVIII se consagravam sobretudo a fazer o inventário do mundo vivo? Seria um desperdício. Poder-se-ia dizer a propósito que o tema da economia da natureza, tal como o ocaso do século XVIII o transmite ao século XIX, se partiu em três partes cuja unidade não foi entendida pela maioria dos autores. Trata-se de: 1) a interdependência das espécies; 2) a circulação dos elementos; 3) a localização das espécies (DROUIN, 1993, p. 38, 39).

Tendo visto em nosso segundo capítulo que Silva Maia ocupara-se em sua Geografia Zoológica, a exemplo de Buffon e Bernard de Saint-Pierre, em especular e teorizar sobre a distribuição divina dos seres vivos em determinados locais, a relação de interdependência dos seres e a circulação dos elementos em seus trabalhos, segundo a herança da economia natural, ainda nos parecem pouco exemplificadas. Assim, no que tange ao equilíbrio e interdependência entre os animais, fenômenos da harmonia presente na natureza, esta, seria compreendida pelo autor a partir da percepção da cadeia cíclica da predação.

Dessa maneira, como forma de combater os desequilíbrios causados pela ação humana sobre os ambientes, essa noção surge como argumento de Silva Maia tanto para diagnosticar as causas das pragas das formigas na província do Rio de Janeiro, quanto para solucionar o problema das regiões fluminenses. Em seus *Quadros Synopticos do reino animal*, o “flagelo” das formigas saúvas seria para ele (1858, p. X) causado pelas “bárbaras queimadas e as irrefletidas e não menos cruéis caçadas”, que dariam fim aos predadores naturais dos insetos, rompendo com o equilíbrio do mundo natural, designado como “bello acordo” e “perfeita harmonia” (MAIA, 1858, p. X). Deste modo, para o autor (1858, p. X), “as reciprocas dependências” do mundo animal consistiriam em que “huns nutrem-se dos outros, estes servem de maior obstáculo ao maior desenvolvimento dos segundos”.

Sendo esse mais um argumento em prol da promoção da zoologia no Brasil, que além de contribuir para a expansão e diversificação da indústria brasileira, também servia para o combate às pragas, Silva Maia toma parte em orientar o Estado para solucionar a questão das

saúvas. Deveria o poder público, segundo ele (1858, p. X), proibir a matança de tamanduás e das aves insetívoras; além disso, o autor sugere prêmios em dinheiro para aqueles que introduzissem nas regiões afetadas os predadores naturais das formigas, incluindo os próprios tamanduás e as aves caçadas.

Certamente he no justo emprego de animais brasileiros que ainda hoje vagueião silvestres e mal conhecidos no meio das nossas campinas e bosques, que encontraremos evidente allivio, se não radical remédio para a cura do flagello, que em diversas localidades brasileiras causa actualmente a formiga carregadeira ou sauba. Este hymenoptero tendo-se desenvolvido com muita intensidade em diversas comarcas da Província do Rio de Janeiro, levou o governo provincial a propor o premio de sessenta contos a quem apresentasse os meios mais efficazes para a sua completa extinção. Sem aspirarmos ao ganho de tão avultada quantia (...) de passagem aqui apontaremos que os tamanduás, e as numerosas especies de aves (papa-formigas) do gênero *Myothera*, grandemente devem servir para evitar este mal; cumpre pois augmentar a propagação destes animaes, e quando for possível domestica-los com perseverança e methodo, para que elles melhor sirvão. Aproveitemo-nos mais esta vez da lição que a natureza nos apresenta, **ella mãe previdente nunca deixa de produzir antidoto no mesmo lugar onde o veneno apparece; nos nossos climas onde as formigas pollulão de huma maneira extraordinária, alluvião immensa de outros animaes de classes mui diversas nutrem-se especialmente dellas. He intima convicção nossa que as barbaras queimadas e as irreflectidas e não menos cruéis caçadas, dando cabo de huma boa parte dos inimigos naturaes das formigas, grandemente tem concorrido para o extraordinário augmento destes daninhos insectos**, que espantosos estragos produzirão se por accaso não apparecer resistência aturada e vigorosa á sua marcha sempre em progressão. **Entre todos os seres vivos existe a mais perfeita harmonia, reciprocas dependências sem as quaes o bello accordo desaparece; huns nutrem-se dos outros, estes servem de obstáculos ao maior desenvolvimento dos segundos**; esta ultima verdade patenteia a toda evidencia a bondade do remédio que acabamos de propor para a extinção das formigas que se tornão nocivas pela sua prodigiosa multiplicidade (MAIA, 1858, p. X, grifo nosso).

Porém, se exemplos não faltam na História Natural de Silva Maia que revelam suas noções sobre equilíbrio e ordem cíclica presentes no mundo natural, antes de tratarmos sobre mais um problema causado pela ação humana, o da intensa liberação dos miasmas mórbidos causada pelo corte de matas, buscaremos relacionar alguns aspectos políticos de sua concepção sobre natureza.

Fazendo parte do quadro dos vinte e sete sócios que fundaram o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro em 1838, Silva Maia inclui-se no grupo de intelectuais que Sérgio Campos Gonçalves (2013) concebe como moderado e partidário da monarquia constitucional, o qual buscara impor um projeto político centralizador às demais regiões do país. Avessos ao republicanismo da Regência, esses homens, não afeitos também ao absolutismo, tiveram a monarquia constitucional como solução para assegurar as bases sociais do Brasil do século XIX.

[...] o Instituto originou-se “da afirmação de uma elite política ideologicamente moderada (no sentido dos anos 30 do século XIX)”. A recusa desta elite ao republicanismo – “sinônimo, para o grupo, de anarquia e fragmentação” – e ao absolutismo – resquício do “partido português” – para Wehling, “encaminha-a para a solução monárquico-constitucional, desde a escoimada das concessões liberais e regionais do Ato Adicional”. A elite letrada fluminense fez da monarquia constitucional uma solução centralizadora, pois, além de significar o controle político provincial, também garantia a conservação de seus próprios fundamentos: “grande propriedade, escravidão, sufrágio censitário, padroado” (GONÇALVES, 2013, p. 46).

Para Ilmar Mattos (1987), como vimos em nosso primeiro capítulo, o Regresso Conservador (1836-1852), apoiado em grande parte pela elite política e intelectual fluminense após os distúrbios da Regência, preservou as distinções sociais herdadas da sociedade colonial escravista com sua concepção sobre liberdade subordinada à Ordem. Naturalizando e reforçando as hierarquias e distinções que reservavam o Mundo do Governo para aqueles que detinham liberdade, propriedade e condição de exercer poder sobre outros, no processo de avanço e consolidação do Estado monárquico promovido pelos Saquaremas, a direção intelectual, política e moral sobre a “boa sociedade” fora pressuposto para a consolidação monárquica, garantidora dos privilégios de classe, da soberania e unidade do nosso território.

Diante de uma sociedade comandada por uma elite de “profundo sentimento aristocrático”, em que as condições sociais e matizes raciais ditavam as hierarquias e funções de cada um dentro do tecido social, aos brancos detentores de liberdade e propriedade que ascenderam ao Estado coube impor a noção de Ordem; tanto aos que não tinham cidadania por não terem liberdade e propriedade, quanto para a elite senhorial que exercia o governo da Casa e tendia a encarar o Estado e as leis como ameaças à sua liberdade (MATTOS, 1987, p. 120-157).

Assim, sendo fundamental a direção da boa sociedade pelos diversos aparelhos apoiados pelo Estado Imperial, a fim de conter as sublevações e constituir uma identidade entre os grupos dominantes em torno da coroa, compreendemos as noções de Silva Maia sobre a interdependência entre os seres, o equilíbrio e a ordem presentes na natureza, como compatíveis com as preposições Regressistas, avessas às noções de igualdade entre os homens na sociedade e no Mundo do Governo. Afinal, segundo o autor, as leis naturais apresentariam equivalentes nas sociedades humanas, e a História Natural estaria em completa “harmonia com a história civil” (MAIA, 1864a, p. 1, 2).

As Nações formam-se, prosperam e acabam à semelhança de qualquer ser orgânico; assim como o ente vivo, nasce perfeito ou defeituoso, torna-se vigoroso ou fraco, morre lenta ou rapidamente conforme muitas e variadas circunstancias climatericas e nutritivos ambientes, do mesmo modo os Estados começam, crescem, brilham e desaparecem segundo as forças disponíveis, e a intensidade das commoções por

acaso dentro déllas effeituadas. Observai o vegetal como bem germina collocado em apropriado terreno, e fica robusto e viçoso quando [causas perturbadoras] o não affastam da natural e progressiva marcha: vede o animal como apresenta risonho [aspecto], e com singularidade segue as multiplices phases da existência, uma vez que habitando adequada região zoológica pôde escapar a seus numerosos inimigos e deparar conveniente sustento; **notai ainda, como um país possuindo a ventura de ser bem dirigido, visivelmente progride, sem tropeços se desenvolve, e subindo de grão em grão, chega à elevada posição.** Neste ponto a história natural está em completa harmonia com a história civil; a suprema lei indispensável á conservação e desenvolvimento dos corpos, objecto do estudo de ambos, vêm a ser lhes comum, pois que uns e outros vivem, engrandecem-se, reproduzem-se, e afinal morrem. Desde alta antiguidade a observação diária pôe fora de duvida que todos elles, constituídos por complicadas teias orgânicas em continuo movimento, necessitam tomar alimentos idoneos para extrahirem em abundancia princípios reparadores de suas forças gastas; sem o que não lhes he permitido a continuação da existência (MAIA, 1864a, p. 1, 2, destaque nosso).

Existindo para o autor uma correlação entre as leis naturais e supostas determinantes no mundo social, as nações de maneira cíclica, como os seres vivos, nascem, amadurecem e morrem. Tendo visto que Silva Maia (1864a, p. 10) refere-se ao momento da Conciliação (1853-1857) como o período de “árdua lide de desenvolver em larga escala os colossaes órgãos do jovem Gigante” Brasil, compreendendo as sociedades como organismos, constituídas também elas “por complicadas teias orgânicas em contínuo movimento” (1864a, p. 2), ele pressupõe em suas analogias entre natureza e sociedade uma concepção hierárquica de organização.

Dessa forma, da mesma maneira que ocorreria no mundo natural, onde cada ser vivo em seu local próprio faria parte de um Todo, a ponto dele constatar que “o inseto mais insignificante, a menor planta, tem um motivo necessário na criação” (MAIA, 1835a, p. 2), sobre as organizações humanas, além delas se transformarem ao longo do tempo, seus componentes dependeriam entre si para compor um todo ordenado pela Providência. Como vemos abaixo, lembrando o pensamento hierárquico de Tomás de Aquino sobre o mundo natural e político, para o autor, essa ordem divina de organização e interdependência, a qual faria parte da unidade da pátria e do mundo natural, representaria a harmonia dos dois mundos e deveria ser respeitada também no âmbito social para trazer “de novo sobre a terra o verdadeiro Éden” (MAIA, 1864, p. 3).

A tenra planta, o sensível animal, bem como qualquer povo será [ditoso], mais ou menos duravel, e até as vezes digno de particular atenção se conseguir abundantes e firmes [estéios] sôbre os quais a radiante vida passa ostentear seus enleados e incompreensíveis phenomenos. Os chefes políticos tanta necessidade tem de intelligencia, retidão, e vigilancia, como o ser organico de ar, calorico, humidade e nutrição; este tanto se apraz no solo fertil, que lhe coube em partilha, como as Nações em serem moralizadas e industriosas. **A unidade, cuja existência no organismo he demonstrada pela rigorosa observação dos modernos foi reconhecida desde remoto tempo como o principio mais util para o bom andamento da**

administração publica. Quanto não teria ganho o homem, que importante papel já não representaria, se os deveres preenchidos pela providente natureza com tanta regularidade e constancia, fossem no enganador mundo civil com a mesma lealdade executados! (...) Então a civilização já teria subido ao ápice do aperfeiçoamento, a verdade não seria [chimérea], e o animal privilegiado pela inteligencia conscienciosa e dom da palavra, gozaria em plenitude das maravilhosas faculdades, que completamente o separam de todos os outros. A razão e a justiça triunphantes, trariam de novo sobre a terra o verdadeiro Éden (MAIA, 1864a, p. 2, 3, grifo nosso).

Sobre essa transposição da ordem hierárquica natural para o mundo social, nosso autor na abertura das “Notícias das sciencias accessorias,” presente no primeiro número da *Revista Médica Fluminense* do ano de 1835, revela de maneira bastante sucinta a natural estratificação social da pátria. Dessa forma, além da máxima comumente defendida por ele em outros textos, de que todo o homem deve amar seu local de origem, o Estado, tendo diversas necessidades, exigiria de seus componentes interdependentes diferentes funções e utilidades, não podendo todos terem a mesma tarefa e lugar no corpo social.

Todo o homem nascendo, contrahe o dever de amar sua patria, e nutrindo-se nella ractifica o ajuste de a servir em tudo que puder. Este pricipio sancionado por todos os publicistas, he a cauza primaria da grandeza das nações, e o germen das açções mais heroicas praticadas pelo homem. **No entretanto hum estado tendo diversas necessidades, não requer de seus habitantes os mesmos serviços para lhe poder ser útil; assim em quanto huns servem a patria, derramando o seu sangue nos combates; outros lavrando os campos, preparão os elementos para o seu sustento; outros velando na execução das leis, ou fazendo-as, conservão entre os cidadãos os direitos d’equidade e de justiça; e outros em fim tendo por missão o estudo da natureza, allivião seus concidadãos nas suas enfermidades, e mostrão-lhes as riquezas de que a providencia os dotou, para que elles as utilizem do melhor modo possível (MAIA, 1835b, p. 20, 21, grifo nosso).**

Considerando que a ordem divina presente na natureza deveria prevalecer entre os membros das sociedades, reproduzindo assim o paraíso na Terra (MAIA, 1864a, p. 3), Silva Maia nos faz conjecturar sobre a possível herança tomista em sua trajetória intelectual. Visto que, a tradição escolástica, bastante presente na Ilustração Ibérica, concebia a natureza e a política através de uma visão orgânica e arquetônica sobre o mundo. Diante da percepção hierarquizada e ordenada sobre a natureza, em sua teoria da causalidade sobre o mundo sensível, a metafísica escolástica concebia a existência de Deus através das correlações e causalidades observadas entre os seres. Assim, em sua lógica de causas sucessivas sobre o mundo natural, não podendo um ente ser causa eficiente de si mesmo, haveria portanto, a necessidade da existência de um ser originário na cadeia ordenada e hierárquica dos seres vivos. Os quais, possuidores de diferentes níveis de perfeição em relação aos modelos primeiros, desprovidos alguns de razão e incapazes por si só de serem úteis para o todo, na concepção tomista, seriam

eles necessariamente guiados por uma inteligência divina, orientadora de sentido e finalidade para cada existência (SILVA, 1999, p. 124, 125).

Para Richard Morse (1989, p. 42-49), os reinos ibéricos, ajustados à essa visão hierárquica do universo, com suas leis divinas e naturais que tinham seus respectivos referenciais para as questões humanas e políticas, habituaram-se a uma forma de conhecimento baseada em leis gerais e universais, em que algo só seria conhecido como exemplo de algum gênero ou ordem geral. Dando legitimidade ao poder da monarquia católica, e refletindo em certos pontos de sua natureza governamental, no sentido de dar o alcance do seu poder centralizado e a responsabilidade de assegurar a justiça e a ordem no reino e em suas colônias, a tradição tomista hierárquica dos dois mundos também esteve presente nas instituições de ensino portuguesas, mesmo depois da reforma e modernização delas.

Tendo sido as instituições lusitanas marcadas por intensa presença escolástica, a passagem de Silva Maia pela Universidade de Coimbra, onde ele se formou em Filosofia no ano de 1828, em partes pode ser elemento para compreendermos a sua concepção de ordem harmônica sobre a natureza, pois, a defesa de uma ordem divina e hierárquica presente nos mundos social e natural, compatível com as ideias do Regresso Saquarema, foi defendida por diferentes correntes conservadoras durante os séculos XVIII e XIX.

Como vemos em Lynch (2015, p. 315, 316), após os desdobramentos da Revolução Francesa e da Independência norte-americana, ambas orientadas pela filosofia do progresso histórico das Luzes, uma guinada conservadora se deu na orientação intelectual da política dos novos países ibero-americanos, afinal, se o liberalismo jusnaturalista, racional e universalista serviu para a derrocada do antigo regime colonial, para as nossas elites o mesmo “não se revelara de idêntica utilidade quando se tratou de criar uma ordem constitucional estável” (LYNCH, 2015, p. 315).

No caso da retomada conservadora ocorrida no Brasil de meados da década de 1830, a guinada ocorrera como reação à instabilidade política gerada pelas medidas descentralizadoras do período regencial. Momento esse de predomínio dos ideais liberais, que geraram entre os populares aspirações políticas mais abrangentes, além de maior autonomia para as oligarquias locais, as quais transferiram às suas províncias o controle da polícia, do judiciário e da legislação em prol dos seus interesses (LYNCH, 2015, p. 317).

Tais fatores, como vimos anteriormente, foram incapazes de garantir a ordem e a unidade do país, já que a coordenação política do império a partir da distribuição do aparelho de Estado reservado para as elites provinciais, esbarrava, segundo Mattos (1987, p. 105), na “prevalência dos interesses mais imediatos e particulares dos grupos locais”. Inspiradas pela

própria necessidade em manter uma ordem que garantisse a preservação do *status quo*, as elites que dirigiram a política após as Independências latino-americanas, temerosas com as reivindicações das camadas de homens livres e pobres e das revoltas escravas, inspiraram-se nos precedentes críticos ao liberalismo mais radical americano, além dos arranjos políticos franceses após 1795 para restabelecer a estabilidade política de suas regiões (LYNCH, 2015, p. 316).

Dessa maneira, apoiada em um repertório diverso de ideias conservadoras estrangeiras, a correção dos excessos do reformismo liberal no Brasil, necessária para o “verdadeiro progresso” segundo Vasconcelos, viria do equilíbrio entre a ordem rígida e hierárquica representada pela coroa e a liberdade do governo representativo, reservado este, como os cargos do Estado, à boa sociedade (LYNCH, 2015, p. 316-318; MATTOS; 1987, p. 105-125).

Para além do próprio instinto pragmático de sobrevivência, essa guinada conservadora pôde ser teorizada e justificada a partir de dois grandes precedentes, um norte-americano, e o outro, francês. Na década de 1780-1790, os federalistas estadunidenses haviam promovido uma campanha destinada a neutralizar os excessos do liberalismo radical que, tendo justificado a independência das antigas treze colônias, haviam entretanto, criado uma situação de desgoverno que ameaçava a União americana. O resultado da campanha fora a nova Constituição de 1787, que criara uma União federal fortalecida, tendo os federalistas, responsáveis por aquela guinada, dominado a cena política nacional pelos anos seguintes. O segundo precedente era o da França, onde a situação era mais complicada: desde 1795 se vinha lá tentando encerrar o processo revolucionário, por meio de um arranjo que equilibrasse as necessidades de liberdade com a ordem pública. Depois de diversas tentativas, desde o Termidor até a restauração dos Bourbons, passando pelo Consulado e pelo Império napoleônico, os franceses pareciam finalmente ter encontrado aquele balanço graças à Monarquia de Julho, teorizada e justificada pelo liberalismo doutrinário (conservador) de François Guizot. (LYNCH, 2015, p. 316).

Estudante em Paris, onde graduou-se em Medicina e Ciências Físicas na década de 1830, Silva Maia viveu o clima de tensão e disputas entre a aristocracia ultrarreacionária francesa e a burguesia liberal próxima da dinastia Órleans. Sabendo da influência do Romantismo francês sobre os brasileiros da primeira geração romântica, nosso autor, como Magalhães, Torres Homem e Porto Alegre, demonstra em seus ideais a influência dos legitimistas franceses mais moderados em relação àqueles que eram favoráveis ao absolutismo para a restauração da ordem política na França (LYNCH, 2008, p. 62-70; RANGEL, 2011, p. 15-17).

Assim, apesar de não ter dado a tônica principal do legitimismo francês, ideologia representante de um catolicismo extremado, concentrado no partido *Ultra* e ávido de retomar as três ordens medievais como reação às transformações causadas pela Revolução Francesa, o legitimismo de “movimento”, conservador, mas não tão antiliberal, parece ter influenciado

Silva Maia em sua compreensão sobre a ordem política natural das nações no tempo (LYNCH, 2008, p. 62-64).

Simpáticas às monarquias parlamentares e a alguns valores liberais, as ideias da minoria do partido ultraconservador, encabeçadas por Chateaubriand, eram compatíveis com o “liberalismo monarquiano” instituído no Brasil, o qual, segundo Lynch (2008, p. 69-81), fora caracterizado por um conservadorismo que resistia às noções universalistas de igualdade das Luzes, sendo avesso às rupturas revolucionárias e adepto das reformas lentas e graduais através do Estado, composto esse pelas suas próprias elites, defensoras da ordem e autoridade sobre a liberdade e igualdade.

Dessa maneira, apesar de compreender as sociedades e a natureza como cíclicas, afinal, “As Nações formam-se, prosperam e acabam à semelhança de qualquer ser orgânico” (MAIA, 1864a, p. 1), Silva Maia concebe uma ascensão e perfectibilidade nos mundos natural e social ao longo do tempo. Citando o escritor conservador Chateaubriand, o cristianismo e as ciências da natureza, reveladores da ordem e leis divinas, seriam os grandes indicativos de que haveria no tempo uma marcha ascendente das sociedades rumo à perfeição divina e harmônica de suas organizações.

[...] obras mais ou menos colossaes, nos attestam que em todos os tempos o homem marchou para o melhor. No [volver] dos séculos civilizações diversas substituindo-se umas ás outras depois de estragos mais ou menos extensos e violentos, tem ido sempre em sensível augmento sôbre as extintas cinzas de predecessores. A civilização [chaldaica], substituída pela babilonica e egypciaca, estas pela grega, a ultima pela romana, e todas pela christã, apresentam sucessivas e longas series de existencias eclipsadas, onde se vê o homem na continuação do seu afadigado andar, ora parar, ora mesmo retroceder, mas no fim de algum tempo sempre progredir, e ainda que com grande pausa e repetidas decadencias, melhorar constantemente de condicções e prerrogativas. Crente nestes princípios tão verdadeiros como salutiferos, e que logicamente se deduzem das doutrinas evangélicas, [sol] da humanidade, **assevera o exímio Chateaubriand, “que grande princípio da perfectibilidade indefinida do gênero humano, está em continuo andar ascendente, o qual só terá paradeiro quando chegar á altura do Eterno.”** Nos ultimos quatro seculos, tendo as sciencias grandemente se elevado, o progresso tem sido assombroso: os mares percorridos nas mais frigidias e longinquas paragens e mesmo em seus abysmos, a terra examinada nas mais profundas e densas entranhas, nos mais asperos e erguidos picos e até nas mais remotas e ingratas regiões, imemso cabedal têm desenterrado e dado origem, tanto á revelação de segredos de alta importancia como ao apparecimento de muita [causa] nova, util e curiosa. **As sciencias naturaes, sahindo dos estreitos limites dentro dos quaes por tão prolongado tempo existiram, se multiplicaram ao infinito, e se mostraram suceptiveis de extraordinário [elastherio]; não só com a aproximada exatidão, veio-se a conhecer as forças e leis que regem a matéria, mas tambem chegou-se com methodo a registrar, infinita quantidade de seres perfectamente distinctos, e cujas propriedades, cuidadosamente experimentadas, nos têm sido de summa utilidade** (MAIA, 1864a, p. 4, 5, grifo nosso).

Contudo, como vimos em nosso segundo capítulo, o idealismo Romântico de matriz germânica, inspirado nas reflexões epistemológicas de Kant com sua finalidade independente

da natureza, compreendida através da razão e pelos limites da experiência sensível e intuitiva dos observadores, ligava ao seu modo as realizações humanas com a ordem geral do mundo natural. A exemplo dessas relações entre a harmonia da natureza e as sociedades humanas, as ideias geológicas de Goethe nos parecem flagrantes para percebermos como os elementos conservadores e aristocráticos do Romantismo alemão relacionam-se com suas teorias sobre a natureza.

O poeta e cientista germânico, participante reconhecido da Corte de Carlos Augusto, soberano do ducado de Saxe Weimar, estabelecia analogias geológicas com os movimentos revolucionários, associados à lava vulcânica, elemento destruidor e caótico; além disso, como veremos a seguir com Kestler (2006), as diferentes camadas do solo, sobrepostas umas sobre as outras, representariam metaforicamente as estratificações sociais entre os grupos que compunham a sociedade.

Em 1804 Goethe foi eleito presidente da Sociedade Mineralógica de Jena, fundada em 1798. Na área da geologia, interessava-se sobretudo pelos estudos que buscavam esclarecer a evolução geológica da Terra. À época de Goethe, acreditava-se ainda na cronologia mosaica, ou seja, datava-se a idade da Terra a partir dos registros dos patriarcas, de Adão até Noé, os quais apontavam a criação do planeta no ano de 4004 a. C. (...) Acreditava-se, portanto, na ocorrência de um dilúvio universal, tal como descrito na Bíblia. Havia na época duas tendências conflitantes no campo do estudo da evolução geológica da Terra: a primeira, a dos vulcanistas (alusão ao deus greco-romano Vulcão), que considerava a incidência de terremotos e erupções vulcânicas como as forças naturais que teriam moldado e continuariam moldando a evolução da Terra; a segunda, a dos netunistas (numa alusão ao deus dos mares Netuno da mitologia greco-romana), defendia a ideia de uma evolução bem menos conturbada. Ou seja, pressupondo o dilúvio, a Terra em seu estado atual teria sido formada por camadas que teriam se sedimentado umas sobre as outras. Goethe era adepto desta teoria do netunismo. É importante aqui assinalar que a adesão de Goethe a essa teoria se insere no contexto mais amplo de sua visão de mundo, de suas ideias sociais e antropológicas. Não é por acaso que ele adota uma visão da história da formação da Terra que privilegia o aspecto evolutivo pacífico e não catastrófico. Erupções vulcânicas e terremotos são para ele análogos às transformações sociais violentas, revolucionárias. Lembremo-nos aqui que Goethe foi contemporâneo da Revolução Francesa, a qual ele nunca aprovou e cujas consequências ele deplorava. Há inúmeras passagens em sua obra dramática e lírica posteriores à eclosão da Revolução que atestam seu temor em relação às irrupções de camadas sociais inferiores, vistas como erupções do magma vulcânico com alto poder de destruição. Dentro de sua concepção de mundo, existiria uma conexão entre a evolução da Terra e a história humana. Em seu relato autobiográfico da estada de quase dois anos na Itália, de 1786 a 1788, *Viagem à Itália*, Goethe descreve com horror uma erupção vulcânica na Sicília assim como, analogamente, os traços bárbaros do carnaval em Roma. A erupção do magma vulcânico e a ‘erupção’ de camadas inferiores irracionais são o contraponto nessa obra à construção e revitalização do paradigma clássico da forma perfeita e da beleza centrada no equilíbrio entre o espírito e a matéria (KESTLER, 2006, p. 43, 44).

Sendo Silva Maia detentor de uma perspectiva científica humboldtiana, a qual além de conceber a harmonia da natureza a partir da interdependência dos seres nos ambientes, também relacionava de maneira orgânica o mundo natural com as nações, independente de qual fator de

sua geração e trajetória intelectual mais contribuiu para a sua concepção hierárquica e ordenadora sobre os mundos natural e social, o que mais importa para nós, além das afinidades que essas ideias possuíam com a ordem política do Regresso, é a maneira como as noções harmônicas e ordenadoras sobre a natureza servem como argumento para a reforma dos “maos costumes” brasileiros em seus textos médicos. (MAIA, 1834, p. 10; 1835a, p. 6; 1864a, p. 11)

Isto posto, no próximo intertítulo, atentaremos para a argumentação do autor em sua tentativa de solucionar as enfermidades que assolavam a cidade do Rio de Janeiro na década de 1830, associadas para ele ao corte excessivo das matas ao redor dos lugares úmidos.

3.1.1 A CIRCULAÇÃO DOS ELEMENTOS NO AMBIENTE, CONSERVAÇÃO E REPLANTIO DE ÁRVORES COMO MANEIRA DE COMBATER OS MIASMAS NA CAPITAL IMPERIAL

Pautado nas noções de equilíbrio e ordem presentes no mundo natural, Silva Maia, em seu *Discurso sobre o corte de matas*, aponta as causas e estabelece as soluções para as enfermidades que afetavam a cidade do Rio de Janeiro em meados da década de 1830.

Enfatizando a existência da harmonia e interdependência dos seres, no sentido que era defendido pela economia da natureza, nosso autor reafirma a equivalência desses preceitos também vigentes no mundo social. Comparando o corte excessivo de matas com exemplos históricos de governantes da antiguidade, que não respeitando as leis naturais do mundo social, inverteram a “ordem natural das cousas”, causando assim “mil desgraças”, mais uma vez em seus trabalhos o autor demonstra de maneira pouco aprofundada certa relação entre leis naturais e sociais (MAIA, 1835a, p. 3).

Baseando seu raciocínio com Bernardin de Saint Pierre (1737-1814), o mesmo que justificava a afirmação de Silva Maia de que a Providência seria a responsável pelos seres particulares e condições de cada continente, além de ligar a natureza aos impérios e ao amor pátrio (MAIA, 1835a, p. 2), segundo Drouin (1993, p. 39, 40), o escritor francês que se propôs a estudar a natureza, apesar de reconhecer a interdependência entre os seres, esteve à margem do pensamento científico por possuir um raciocínio mais retórico do que demonstrativo sobre a ordem do mundo natural. Assumindo uma postura destoante até mesmo para os padrões científicos dos setecentos, ainda bastante influenciados pela tradição religiosa, Saint Pierre ficara marcado não por afirmar que todos os elementos da natureza teriam utilidade entre si, ideia essa comumente corroborada pela ilustração, “mas por relacionar sempre e diretamente

essa utilidade com o homem”, além de exagerar sobre o papel da Providência na lógica de interdependência dos seres na natureza (DROUIN, 1993, p. 39).

Assumindo uma postura demasiado teológica para o período, contrário à adesão avassaladora em sua época dos preceitos newtonianos, ao deixar de estabelecer uma lógica funcional, empírica e racional em relação ao todo sobre o formato das frutas, por exemplo, Jacques-Henri Bernardin de Saint-Pierre demonstra conceber o homem como o centro do universo e a natureza como feita exclusivamente para sua felicidade e proveito (BIRREL, 2019, p. irreg; Drouin 1993, p. 39, 40). Como vemos em seu raciocínio:

Não há menor utilidade nas formas e tamanhos dos frutos. Muitos deles são talhados para a boca do homem, como as cerejas e as ameixas, outros para a sua mão, como as peras e as maçãs; outros maiores, como os melões, são divididos em talhadas e parecem destinados a ser comidos em família; e existem alguns nas Índias, como a jaca, e entre nós a abóbora, que poderíamos partilhar com os vizinhos (SAINT-PIERRE, 1788, apud DROUIN, 1993. p. 47).

Entretanto, apesar de não se enquadrar totalmente no desenvolvimento científico que em conjunto da teologia natural constituiu a noção de economia da natureza, Drouin (1993, p. 40) ressalta que a concepção de harmonia presente no mundo natural para Saint-Pierre “não deixa de ser um avatar da teologia natural, um avatar dominado pela ideia de uma harmonia perfeita na qual o mínimo elemento tem a sua importância”. Nas palavras do próprio Saint-Pierre:

A harmonia deste globo seria em parte destruída, talvez inteiramente, se se suprimisse nem que fosse só o mais pequeno gênero de plantas; porque a sua destruição deixaria sem verdura um certo espaço de terreno e sem comida a espécie de insecto que aí encontra a sua vida: a sua destruição arrastaria a perda da espécie de ave que com ele alimenta os seus filhotes; e assim até o infinito (SAINT-PIERRE, 1773, p. 620 apud DROUIN, 1993, p. 40).

Dessa maneira, utilizando em alguns momentos referenciais e argumentos mais Providencialistas do que empíricos e racionais em seus trabalhos, Silva Maia, concebendo o desflorestamento como fator de desequilíbrio da ordem harmônica e cíclica da natureza, acaba equiparando-o com os maus exemplos de governantes da Roma Antiga, desconhecedores das “doutrinas evangélicas” que o estudo da natureza revelaria, e “único systema capaz de combater os diversos vícios e más disposições implantadas no coração dos homens” (MAIA, 1864a, p. 14).

[...]Si o estudo reflectido da natureza, nos mostra a veracidade dos princípios, acima expostos, claro está, que quando o homem inverter a ordem natural das cousas, grandes males se seguirão; e disto he que infelizmente a historia nos apresenta muitos

factos, tanto no mundo politico como no phisico. Calígula, Nero, e Domiciano, ousando governar os homens, como animaes, que deviao se submeter aos seus caprixos, occasionarão mil desgraças, e acabarão por engrossar elles mesmos, os rios de sangue, que sua aversão á ordem natural das cousas tinha espalhado. Outros homens atrevendo-se á mutilar a natureza, privando-a de huma grande parte de seus bosques, tem feito aparecer milhares d'epidemias, e muitos delles tem cahido victimas deste seu atrevimento (MAIA, 1835a, p. 2, 3).

A despeito das equivalências entre as leis naturais e sociais defendidas pelo autor, compreendendo que na natureza haveria o maior equilíbrio e harmonia entre os seres, afinal, originalmente tudo teria sido disposto pela Providência, e cada elemento possuiria uma função nos sistemas de interdependência entre os seres e os ambientes, para Silva Maia, os bosques e arvoredos próximos dos lugares úmidos seriam essenciais para a salubridade atmosférica. Pois, em seu raciocínio, eles absorveriam as partículas orgânicas e principalmente impediriam que a luz solar desencadeasse a liberação dos miasmas mórbidos que contaminavam o ar, emanados esses dos lugares pantanosos que concentravam matéria orgânica decomposta. Além disso, não sendo a matéria putrefata dos charcos o único elemento de infecção da atmosfera, incluindo nesse processo também a respiração dos animais, para o autor (MAIA, 1835a, p. 4), com as árvores dizimadas não seria possível a purificação do ar, já que durante o dia os bosques e arvoredos seriam responsáveis pela retenção do “ácido carbônico” e a liberação do oxigênio (MAIA, 1835a, p. 3-10).

Enfim no nosso Brasil, a experiência nos tem infelizmente mostrado, que as sezões e as perniciosas são mui vulgares nas vizinhanças de nossos pântanos e charcos. Todavia, ainda que huma grande parte da superficie da terra esteja cheia de lagôas, paués, charcos, e lamaçais, foços de miasmas, que levão a desolação e a morte por toda a parte; com tudo, a providente natureza, para remediar á estes grandes males, fez crescer nestes sítios ou perto delles, grandes arvores que, ou impedissem estes miasmas de se desenvolver, ou os absorvesse quando isto tivesse acontecido. Esta tem sido a razão por que muitas lagoas, que ao depois grandes males causarão á humanidade, estiveram muito tempo sem produzir damno algum, e que outras até hoje não tem ocasionado o menor mal (MAIA, 1835a, p. 8, 9).

No Brasil encontra-se também muitos pântanos, que ainda não causarão damno algum, por se acharem ainda como sahirão das mão da natureza, isto he, cobertos de arvores. Assim por toda a parte, onde as lagôas são cobertas, nenhum mal produzem; e isto, que nos mostra a observação, a theoria verifica; pois sabe-se hoje, que he necessário a insolação, para que se possão decompor as matérias animaes e vegetaes, que se achão nos pântanos, sem o que não haverá miasmas mórbidos. Mas, Srs., as arvores não só são o melhor preservativo contra as doenças, que causão os miasmas paludosos pelas rasões acima expostas; mas tambem o melhor remédio para afugentar a peste e mesmo a cholera (MAIA, 1835a, p. 9, 10).

Sendo a obra de Silva Maia repleta de referências de diferentes tradições ligadas à economia natural, ao tratar sobre a importância das árvores para a purificação do ar, ele baseia seu raciocínio em nomes da fisiologia que trataram sobre outro aspecto derivado das teorias da economia da natureza. Dessa maneira, além da distribuição dos seres no planeta e da

interdependência das espécies, o autor também demonstra conceber em seus trabalhos a circulação dos elementos químicos e orgânicos no mundo natural (DROUIN, 1993, p. 33-39; MAIA, 1835, p. 3-5).

Citando nomes como Rauch, Priestley (1733-1804) e Benjamin Franklin (1706-1790), e entendendo o processo das reações químicas das plantas de maneira parecida como concebemos hoje a fotossíntese, tendo os vegetais para ele, a capacidade de absorver “o ácido carbônico, e exalando o Oxigênio, purificação o ar, e o tornão apto á ser respirado pelos animais” (MAIA, 1835a, p. 3), Silva Maia, ao citar os miasmas, partículas que saem dos corpos podres, e que entrando no corpo animal causam doenças, demonstra compreender o papel dos vegetais como parte do processo cíclico de transferência dos elementos orgânicos retirados do solo e da atmosfera para os reinos vegetal e animal como vemos em Lavoisier: (MORAES SILVA, 1831, p. 312).

Os vegetais colhem no ar que os rodeia, na água e, em geral, no reino mineral os materiais necessários à sua organização. Os animais alimentam-se ou dos vegetais ou de outros animais que se alimentaram eles próprios de vegetais, de maneira que as matérias que os formam são sempre, em última análise, extraídas do ar e do reino mineral. Enfim, a fermentação, a putrefação e a combustão devolvem continuamente ao ar da atmosfera e ao reino mineral os elementos que os vegetais e os animais lhe tomaram (LAVOISIER, 1893, p. 33 apud DROUIN, 1993, p. 42).

Fazendo referências a estudiosos responsáveis pelos avanços da fisiologia vegetal e principalmente da química, com a descoberta das alterações gasosas concernentes à nutrição das plantas, putrefação e respiração dos animais, a noção do autor sobre o paludismo maligno dos charcos, relacionados para ele aos efeitos catastróficos causados pelo corte das árvores, pressupõe a noção de que os elementos livres da matéria estariam em excesso na atmosfera por não serem mais absorvidos e combinados pelos vegetais.³⁰

Isto posto, para os elementos da matéria retornarem ao modo harmônico e equilibrado de sua circulação, a fim de não causarem mais pestes, Silva Maia sugere o replantio e

³⁰ A química nos finais do século XVIII teve consideráveis progressos na análise dos gases e de suas alterações. No que concerne à nutrição das plantas e a respiração animal, como vemos em Drouin (1993, p. 41), em 1771, o religioso inglês Joseph Priestley, “tendo colocado um pé de hortelã oito ou nove dias na atmosfera confinada de um frasco onde um rato acabava de morrer por asfixia, verifica que é possível fazer com que um rato ali volte a viver. Ele supõe então que a experiência permite ver-se como, *mutatis mutandis*, a vegetação terrestre consegue ‘regenerar’ ‘o ar viciado’ pela respiração dos animais ou pela putrefação da matéria vegetal e animal. O seu amigo Benjamin Franklin, a quem dá parte desta descoberta, vê logo nela um argumento para que se plantem árvores na proximidade das habitações”. Também segundo Drouin (1993, p. 42, 43), Cuvier compreendia a agronomia de sua época como a arte de fazer com que num determinado espaço se pudesse ter a maior relação de elementos livres combinados simultaneamente em substâncias vivas. Assim, a matéria dos seres vivos, composta para ciência daquela época de carbono, azoto e hidrogênio, combinados em diferentes proporções com oxigênio e terra, era para a química do período questão a ser gerida para ser útil aos homens, tanto para a alimentação, quanto para evitar as doenças que infectavam o ar.

conservação dos bosques, adotando juntamente com seus interlocutores uma postura conservacionista e pré-ecológica, distinta de outras posições que propunham a eliminação dos pântanos e charcos, e que não dimensionavam os impactos negativos que a alteração profunda do ambiente poderia gerar (DROIUN, 1993, p. 42).

De mais, Srs., sendo hoje bem demonstrado pela observação, que a acção do sol he de absoluta necessidade, para que os pântanos desenvolvão os miasmas mórbidos; fica evidente que possuimos só dois meios para livrar a terra destas chagas infectas: ou fazer secar estas lagoas, ou cobril-as de arvoredos proprios. O primeiro meio, o mais ordinariamente empregado, he o mais difficil e o mais dispendioso. Para elle se requer grandes operações e habeis Engenheiros, para o que he necessário muito dinheiro e muito tempo, e tal he a dificuldade de taes obras, que as lagoas Pontinas, apesar de se trabalhar nellas á muitos séculos, ainda não estão de todo secas. (...). O contrario nos acontecerá com o segundo meio, o qual não requer senão alguns annos, e poucas despesas para pôr as lagoas em estado de não fazerem mal. **Sigamos pois este segundo meio, para livrar a terra destas chagas immundas, cubramos os pântanos de arvores, que os impeção de ser noscivos, seguindo o sábio conselho de Cicero – *Serit arvores que alteri se culo prosint: então o homem, á imitação do Criador, fará sahir a vida do mesmo seio da morte*** (MAIA, 1835, p. 10, 11, grifo nosso)

Como vemos em Wulf (2019, p. 98-102), nos séculos XVIII e XIX predominaram ideias que concebiam a natureza primitiva como caos que precisava ser modificado e ordenado pelo homem. Georges-Louis Leclerc, o conde de Buffon, tinha as florestas e os charcos como lugares horrendos e atulhados de perigos, compreendendo o mundo das florestas tropicais como deformado, rústico e incivilizado. Assim, por influência de Buffon e Montesquieu, a ideia de que somente a natureza alterada pelo homem seria bela e positiva ressoou por anos, a ponto de pensadores norte-americanos como Hugh Williamson (1735-1819), acreditarem que a derrubada de uma floresta virgem seria benéfica para o progresso e para o ar de qualquer região, já que o desmatamento das florestas aumentaria o fluxo dos ventos, que por sua vez renovariam a atmosfera mais facilmente.

Tais ideias, não compactuadas por aqueles que viam no mundo natural um perfeito equilíbrio e ordem diante de suas interdependências, destoam das posições de Silva Maia e dos seus referenciais mais caros herdeiros da economia natural. Dessa maneira, semelhantemente a Humboldt, que em 1800 na Venezuela observara a situação de seca e empobrecimento das margens do lago Valência, o naturalista prussiano, afirmando que os fenômenos da diminuição das águas e da esterilidade do solo estariam relacionados com os cortes e queimadas da vegetação, concebia que as matas tinham o papel de regular as chuvas e o clima, assim como exerciam a função de filtragem da água das torrentes que lavavam o solo (WULF, 2019, p. 95-99).

Desse modo, Silva Maia partilhando de posições parecidas, defende que além da salubridade do ar, as florestas também seriam responsáveis pelo equilíbrio do clima, pela fertilidade da terra e regulação das chuvas e secas. Como veremos abaixo, as secas em diversos lugares do mundo, e inclusive no Brasil, teriam sido causadas segundo ele principalmente pelo corte excessivo das florestas nativas.

Á vista do que fica expendido, não he de admirar, que os vegetaes, e mui principalmente os bosques tenham huma immensa influencia sobre os climas, sobre as estações, sobre a fertilidade, e salubridade da terra. He por estas razões, que os bosques prestão mil beneficios ao homem, além dos precisos productos de que o enriquece. São elles, que postos no cume das montanhas, atrahem á si a neve na estação fria, para no rigor do Estio dar agoa, que pouco cahe então da atmosfera. São elles, que trazendo á si as nuvens procelosas, diminuem a intensidade das borrascas. São elles em fim, que absorvendo o acido carbônico, e exalando o Oxygenio, purificação o ar, e o tornão apto á ser respirado pelos animaes. (...) Em muitos paizes da Europa, segundo atesta Rauch, as estações tem-se inteiramente mudado; pois ellas são muito mais rigorosas depois do corte de suas matas. No Brasil, consultando alguns dos nossos antigos, vemos tambem, que em algumas Provincias tem havido grandes alterações no clima, coincidindo com a destruição das matas. **Era sem duvida, por estar ao facto do que fica dito, que o grande Franckin escrevia ao físico Priestley, em 1779 “Que os vegetaes tinham o poder de restabelecer o ar, corrompido pelos animaes, he hum systema que me parece razoável, e perfeitamente d’acordo com as leis da natureza. Eu espero, pois, que por-se há limites ao furor, que há, de arrancar arvores, e isto destruíra o prejuizo que existe, de que a vesinhança dellas he contraria á saude.** Eu me tenho certificado (continua elle), por huma longa observação, que o ar dos bosques não he doentio: pois nós outros Americanos, que temos nossas casas de campo no meio dos bosques, passamos muito bem, e não existe outro povo sobre a terra, que seja de huma melhor saude que nós, nem mais prolífico” (MAIA, 1835a, p. 4, 5, grifo nosso)

A Syria, Phénicia, Palestina, e Chypre, outr’ora férteis e populosas, estão quasi de todo estéreis e sem gente, pela perda de suas matas; a mesma sorte tem por differentes vezes ameaçado diversas nações da nova Europa, si os seus sábios governos não tivessem tomado providencias adequadas. As secas, que, há hum século para cá, tem devastado por diversas vezes as bellas Provincias do Seará, Pernambuco, e Bahia; a que há 2 annos, tantos estragos produzio na rica Provincia de Minas, **não tiveram outra origem provavelmente para serem tão assoladoras, senão o corte que tem havido em nossas matas virgens, pelo prejuízo, em que estão os nossos Agricultores de as hir derrubando pela menor causa** (MAIA, 1835a, p. 6, 7, grifo nosso).

Ademais, sendo o pensamento médico de Silva Maia caracterizado por diversas ponderações ambientais, torna-se necessário ressaltar a vinculação de nosso autor e dos membros da Academia Imperial de Medicina com as noções neo-hipocráticas da higiene de seu período. “Concepção ambientalista da medicina baseada na hipótese da relação intrínseca entre saúde e doença, ambiente e sociedade”, como afirma Ferreira (2009, p. 17), os diagnósticos médicos dos membros da Academia Imperial, até as primeiras décadas da segunda metade do século XIX, baseavam-se principalmente segundo os paradigmas epistemológicos da Climatologia Médica (EDLER, 2013, p. 156).

Assim, para a formação de um quadro nosológico era necessário traçar diversos registros meteorológicos, telúricos e topográficos para construir uma interpretação sobre os padrões climáticos de determinada região e suas doenças. Partindo de circunstâncias gerais até as mais particulares, os médicos formavam seus diagnósticos considerando primeiramente a meteorologia, hidrologia e o clima das regiões, para só depois analisar “os *ingesta* (alimentos e bebidas), os *excreta* (excreções e banhos), os *applicata* (vestimentas e cosméticos), os *percepta* (costumes, sexualidade, higiene pessoal) e, por fim, os *gesta* (movimentos habituais, atividades profissionais)” (EDLER, 2013, p.156, 157).

Dessa forma, entendendo por clima uma relação complexa de variações ambientais, a higiene médica do Brasil oitocentista atribuía à umidade papel preponderante nas questões atmosféricas que interfeririam na saúde das pessoas. A insalubridade do ar, assim como a existência das ricas e variadas fauna e flora brasileiras, era tida como consequência da umidade das regiões tropicais (FERREIRA, 2013, p. 83).

Assim sendo, o diagnóstico de Silva Maia, sobre a contaminação do ar pelas regiões úmidas e pantanosas da cidade do Rio de Janeiro, vai ao encontro da opinião de outro médico, higienista que morou na capital imperial e ajudou a fundar a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, o famoso Dr. José Francisco Xavier Sigaud (1796-1856). O qual, ao tratar da umidade brasileira, dizia que esta acelerava o processo de decomposição da matéria orgânica, fator que como se vê em Ferreira (2013, p. 82), constituiria um “ambiente palustre, isto é, um estado de permanente contaminação atmosférica causadas pelas emanções (miasmas) resultantes da decomposição orgânica”, o que para o médico francês, se manifestaria em diversos tipos de febres.

Dessa maneira, ao se referir aos ambientes úmidos como “foços de miasmas, que levão a desolação e a morte por todo a parte” (MAIA, 1835a, p. 8), Silva Maia revela apropriar-se dos saberes médicos que constituíram a medicina social urbana, a qual estabeleceu relações fundamentais com o desenvolvimento da química, principalmente por conta da análise do ar, compreendido por ambas como fator patógeno diante da velha crença setecentista de que ele possuiria influência direta sobre o organismo (FOUCAULT, 2016, p. 159).

Desse modo, a história natural e a química do período, ocupadas com a circulação dos elementos, como a água, ar e materiais decompostos, contribuiram para o desenvolvimento do conceito de salubridade para a medicina. Entendida como “o estado das coisas, do meio e seus elementos constitutivos, que permitem a melhor saúde possível” (FOUCAULT, 2016, p. 163), a noção de salubridade fora instrumentalizada pelos Estados e é correlativa ao saber médico da higiene pública, que juntamente das estatísticas sobre a população, propunha intervenções

urbanas em nome da melhor circulação dos elementos do meio (FOUCAULT, 2016, p. 158-163; MANTOVANI; MARQUES, 2020, p. 348-351).

1) Por intermédio da medicina social urbana, a prática médica se põe diretamente em contato com ciências extra-médicas, fundamentalmente a química. (...) foi precisamente pela análise do ar, da corrente de ar, das condições de vida e de respiração que a medicina e a química entraram em contato. Fourcroy e Lavoisier se interessaram pelo problema do organismo por intermédio do controle do ar urbano. A inserção da prática médica em um *corpus* de ciência físico-química se fez por intermédio da urbanização. (...) 2) A medicina urbana não é verdadeiramente uma medicina dos homens, corpos e organismos, mas uma medicina das coisas: ar, água, decomposições, fermentos; uma medicina das condições de vida e do meio de existência. Essa medicina das coisas já delinea, sem empregar ainda a palavra, a noção de meio que os naturalistas do final do século XVIII, como Cuvier, desenvolverão. A relação entre organismo e meio será feita simultaneamente na ordem das ciências naturais e da medicina, por intermédio da medicina urbana. Não se passou da análise do organismo à análise do meio ambiente. A medicina passou da análise do meio à dos efeitos do meio sobre o organismo e finalmente à análise do próprio organismo. A organização da medicina foi importante para a constituição da medicina científica. 3) Com ela aparece, pouco antes da Revolução Francesa, uma noção que terá uma importância considerável para a medicina social: a noção de salubridade. (...) E é correlativamente a ela que aparece a noção de higiene pública (FOUCAULT, 2016, p. 162, 163).

Compreendendo que as teorias miasmáticas serviram para legitimar soluções técnicas de engenharia urbana, sob o pretexto de assegurar condições materiais e sociais para a melhor saúde da população de acordo com a circulação dos elementos nos ambientes, a constituição dos saberes da higiene pública permitiu aos Estados Modernos um controle cada vez mais preciso de suas populações. Isso num momento em que a economia política passou a ser a principal arte de governo, quando percebeu-se que governar significava gerir e dispor os recursos físicos e humanos de acordo com os interesses das organizações produtivas dentro de Estados soberanos (FOUCAULT, 2016, 418-428; MANTOVANI; MARQUES, 2020, p. 350, 351).

Sendo assim, através das estatísticas sobre a população e os saberes que tinham como objetos de conhecimento as relações dos organismos com os elementos do ambiente, ocorreu entre os séculos XVIII e XIX um processo de governamentalização dos saberes na Europa, ou seja, a gestão estatal da vida dos homens e mulheres, força de trabalho que deveria ser estendida ao máximo, passou a ser realizada através de uma gama de conhecimentos, incluindo as concepções médicas de higiene.

A necessidade de governar surgia relacionada à percepção de que mais relevante do que o entesouramento passaria a ser o trabalho. A arte de governar passaria a ter outro saber orientador: a ciência econômica. A preocupação com a atividade econômica previa outros tipos de estudos e atividades por parte do rei. Não mais tratados a respeito de meios e fins para manter e /ou conquistar domínios, mas verificar e caso

possível, impulsionar a atividade produtiva. Os tratados jurídicos a respeito do direito ao comando e a arte militar continuariam tendo importância para o Estado, mas o quadro dos saberes foi complementado pela estatística; afinal, um novo objeto de estudo entrava em cena: a população. (...). A partir desse momento, a economia política tinha como eixo principal o estudo da potencialidade produtiva do conjunto de homens que faziam parte do Estado: potencialidade que poderia ser mensurada pelo número de súditos, pela saúde deles e pelos índices de morbidade e mortalidade. (...). Esse novo conjunto de saberes, preocupações e intervenções, Foucault chamou de “governmentalização”, ou seja, a gestão da população, como espécie biológica, por parte do Estado. Em outras palavras, foi quando os agentes e teóricos de Estado desenvolveram a biopolítica e assumiram a “higiene” como conhecimento a ser gerido socialmente: ou seja, passaram a entender como fundamental a elaboração de uma “higiene social” (MANTOVANI; MARQUES, 2020, p. 344).

Tendo os saberes da medicina urbana na Europa relações estratégicas de dominação com os interesses dos Estados Nacionais e da nova ordem burguesa capitalista, o discurso médico de Silva Maia no Brasil, por outro lado, esteve inserido num contexto político, econômico e social bastante distinto daquele do hemisfério Norte. Em seu *Discurso sobre os males do corte das matas*, diante de uma realidade agrária e escravista, a compreensão de nosso ilustrado sobre as doenças que assolavam a Corte legou uma crítica ambiental relacionada aos interesses políticos das elites brasileiras na consolidação e construção do Estado nação.

Isto posto, apesar das pretensões da Sociedade de Medicina em partilhar com o Estado o poder sobre as questões de Saúde Pública no Brasil, e a despeito da clara postura de Silva Maia de querer intervir no problema das doenças que atingiam a Corte, sendo bastante incipiente uma polícia médica no país até os finais do século XIX (COELHO, 1999, p. 142-150), analisamos assim os trabalhos do autor, em relação aos seus próprios interesses, e às necessidades de direção da sociedade na reforma dos seus costumes em conjunto da promoção do Estado como regulador e promotor da ordem social. Ordem essa, como vimos em nosso primeiro capítulo, ameaçada naquele momento por conta das orientações políticas descentralizadoras do período Regencial (1831-1840), revistas pelo Regresso conservador através da direção política, moral e intelectual feita pelos diferentes aparelhos de Estado principalmente sobre a “boa sociedade” (MATTOS, 1987, p. 148-168).

Desta forma, considerando como responsabilidade dos homens que compunham o Estado a reforma dos hábitos predatórios sobre o mundo natural, notamos no discurso de Silva Maia uma postura de promoção do Estado e de autolegitimação da intelectualidade cortesã, a qual por meio de seus espaços de sociabilidade, no caso a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, se sentia na incumbência de reformar junto ao governo do qual dependia materialmente, o “bárbaro e deshumano costume de cortar e queimar os nossos preciosos bosques, á torto e a direito” (MAIA, 1835a, p. 6).

Como veremos abaixo, após expor em seu discurso todos os benefícios que as florestas traziam para o Brasil, desde o fornecimento de lenha, regulação do clima e prevenção das doenças e secas, em seu aviso às autoridades em relação aos prejuízos causados pelo desmatamento, em tom de lamento pela inatividade do poder público em inibir as práticas predatórias, o autor associa timidamente a danosa prática do excessivo corte de matas às lavouras escravistas.

[...] Si taes são os benefícios, que os bosques prestão á humanidade, si em todos os paizes cultos, isto tem merecido a atenção de grandes escriptores; quanto he de lastimar, Srs., que entre nós ainda continue com todo o seu furor o bárbaro e deshumano costume de cortar e queimar os nossos preciosos bosques, á torto e á direito; e que não tenha até o dia de hoje, apparecido entre nós hum homem de estado, assás forte, para se oppôr á este prejuízo, que traz após de si tantos males e calamidades!!. Que pena não he, Srs., vêr hum tao bello paiz como o Brasil, dotado pela natureza de bosques, que produzem bálsamos divinos, fructos delicados, especiarias finas, por hum obstinado desmazelo de seus filhos, tornar-se hum paiz estéril, e insalubre! **Esta he a sorte que nos espera, se quanto antes o nosso Governo não tomar providencias á este respeito.** (...) As secas, que, há hum século para cá, tem devastado por diversas vezes as bellas Provincias do Seará, Pernambuco e Bahia; a que há 2 annos, tantos estragos produsio na rica Provincia de Minas, não tiveram outra origem provavelmente para serem tão assoladoras, **senão o corte que tem havido em nossas matas virgens, pelo prejuízo, em que estão os nossos Agricultores de as hir derrubando pela menor causa** (MAIA, 1835a, p. 6).

Utilizando o termo genérico como “Agricultores”, que para a época, englobava os grandes latifundiários proprietários de escravos, além de homens livres e pequenos posseiros, sendo o principal modo de produção de nossa economia a *plantation* escravista, seria natural associá-la como a principal causa da destruição e desaparecimento da fauna e flora de nossas regiões. Afinal, as grandes lavouras, utilizando técnicas rústicas, esgotavam a terra com apenas um tipo de cultivo, e logo que a extensa região estava para ser abandonada, por causa do empobrecimento do solo, “a ferro e fogo” abria-se nas matas através de queimadas e machados grandes áreas para um novo plantio.

No entanto, apesar de serem grandes responsáveis pelos rastros de destruição nas florestas, Silva Maia não lega uma crítica aberta e enfática sobre a exploração predatória das grandes lavouras escravistas, mesmo tendo feito parte na década de 1850 da Sociedade Contra o Tráfico e Promotora da Civilização dos Indígenas. Assim, o que observamos nos seus textos é certa cautela em criticar enfaticamente a grande atividade agroescravista, possivelmente por conta do fato de que as receitas do tráfico e da exportação de produtos agrícolas, como o café e açúcar, representavam uma enorme parte do total de impostos arrecadados no Brasil através de suas alfândegas, havendo dessa forma, como vemos em José Murilo de Carvalho (2012), uma grande dependência da administração pública em relação a produção das grandes propriedades.

Durante a década de 1830, quando o país corria o risco de se fragmentar, o café transformou-se no principal produto de exportação e o porto do Rio de Janeiro tornou-se o mais importante do país. Essa expansão exigiu grande incremento na importação de escravos, a despeito da forte pressão inglesa contra o tráfico. De 1808 a 1850, quando este foi extinto, entrou no país quase 1,5 milhão de escravos, a maioria dirigida para a província do Rio de Janeiro e para as suas vizinhas, Minas Gerais e São Paulo, para onde os benefícios da economia já se difundiam, sobretudo no incremento da produção e do comércio de gêneros para o abastecimento da corte. (...) No entanto, politicamente, o setor exportador era mais importante por causa dos impostos que gerava. À época da Maioridade, os impostos sobre o comércio externo, de importação e exportação, respondiam por cerca de 80% das receitas do governo central. As rendas desse setor da administração, por sua vez, representavam também 80% do total dos impostos arrecadados no país, incluindo os do governo central, das províncias e dos municípios. Isso quer dizer que a máquina administrativa do governo dependia para seu funcionamento dos impostos sobre o comércio externo (CARVALHO, 2012, p. 22, 23).

Assim, em sua *Memória sobre os Beija-Flores* de 1851, ao queixar-se da ausência de aves nos arredores da capital do Império, o autor se quer menciona os impactos da atividade cativa sobre a floresta atlântica, citando como principais causas do desaparecimento dos pássaros, o desenvolvimento da cidade e a caça desenfreada feita pelo “grande número de brancos e pretos” (MAIA, 1854, p. 52).

Contudo, apesar de seu tom ameno para com os impactos ambientais causados pela exploração do trabalho escravo sobre as florestas, dentro dos quadros da instituição que meses depois tornara-se Academia Imperial de Medicina, Silva Maia legou em seu *Discurso sobre os males do corte das matas* uma crítica ambiental sobre o mau uso dos recursos naturais no Brasil.

Dessa maneira, nosso autor configura entre os poucos homens de nossa reduzida elite intelectual que manifestou preocupações em relação ao uso correto de nossa natureza. Atribuindo a ela sentidos que iam além das necessidades de modernização das técnicas produtivas para explorá-la.

Como afirma José Augusto Pádua (2002, p. 11-17), em sua pesquisa que levantou mais de cinquenta autores e cerca de 150 textos produzidos de 1786 a 1888, Silva Maia encontra-se entre aqueles ilustrados que demonstraram alguma preocupação intelectual com a degradação do meio ambiente brasileiro. Isso numa época marcada por posturas que na maioria das vezes consideravam o mundo natural adversário do progresso, ou que a destruição da natureza seria um preço necessário a se pagar para atingir determinado nível de civilização.

Embora Pádua (2002, p. 13) ressalte que entre esses ilustrados geralmente não se defendia “o ambiente natural com base em sentimentos de simpatia pelo seu valor intrínseco, seja em sentimento estético, ético ou espiritual, mas sim devido à sua importância para a construção nacional,” alguns críticos ambientais analisados por ele, como o caso de Silva Maia, atribuíam valores simbólicos, sentimentais e espirituais à natureza, ao mesmo tempo em que

não ignoravam e não aceitavam a destruição dos ambientes, pois a aniquilação dos recursos era considerada unanimemente como atraso e ignorância, e o progresso almejado por esses homens supunha conservação e uso correto dos meios.

Assim, para o autor de “*Um Sopro de Destruição*”, a necessidade de conservar os meios e fazer o melhor uso deles, não ignorando a sua destruição acelerada e nociva para o progresso do país, formou essa quinta noção sobre o mundo natural em um contexto que na cultura dominante havia quatro outras visões:

1) a visão que desvalorizava o meio natural e não se importava com a sua destruição, seja pela indiferença ou pela desqualificação ativa (como nos casos em que se considerava a natureza tropical como inferior à temperada); 2) a visão que reconhecia a grandeza do meio natural, mas considerava que sua exuberância excessiva impedia o desenvolvimento da sociedade humana (uma tese exposta, por exemplo, por Henry Buckle em sua *História da Civilização na Inglaterra*); 3) a visão que louvava a pujança do meio natural, mas considerava a sua destruição um preço a pagar pelo progresso; 4) a visão que louvava intensamente o meio natural em termos abstratos e retóricos, ao mesmo tempo em que ignorava o seu desaparecimento concreto (como no caso de grande parte dos artistas românticos) (PÁDUA, 2002, p. 27, 28).

Compreendendo com Bernardin de Saint-Pierre, que pelos desígnios da Providência, a natureza faria os homens amarem a sua pátria e por ela realizarem grandes ações (MAIA, 1835a, p. 2), podendo as sociedades também tirarem do mundo natural exemplos “de sociabilidade, trabalho, previdência, asseio e coragem” (MAIA, 1858, p. VIII), a despeito das questões simbólicas que o mundo natural representava para Silva Maia, predominaram sobre a importância da natureza para a identidade cósmica em relação à nação os aspectos pragmáticos e utilitários acerca do meio ambiente (PÁDUA, 2002, p. 182).

Assim, em sua visão “cosmo-política” sobre o mundo natural, a qual apresentava vinculações divinas de ordem sentimental e nacional entre as sociedades e seus locais de origem, o que prevaleceu na crítica ambiental de Silva Maia foram os aspectos positivos que os ambientes em equilíbrio poderiam fornecer aos homens (PÁDUA, 2002, p. 182, 183). Desse modo, a preservação dos bosques e florestas era importante para evitar as febres, as secas, as alterações climáticas e a infertilidade do solo.

Continuador do pensamento da geração intelectual anterior à sua, a concepção pragmática e utilitária de nosso autor sobre a natureza também associava a necessidade de se conservar as florestas para o estímulo de diferentes indústrias. Dessa forma, de maneira bastante antropocêntrica, Silva Maia demonstra mais uma vez seu interesse em fomentar a exploração econômica sobre o mundo natural, fator essencial para o progresso da nação.

As árvores, tendo igualmente a propriedade de attrahir á si a electricidade, são como huma espécie de para-raios naturaes. Além destas influencias chymicas e physicas, que as árvores tem sobre os meteoros, ellas exercem outra puramente mecânica; assim ellas moderão e diminuem a intensidade dos ventos, e a força de certas chuvas. Á vista do que fica expendido, não he de admirar, que os vejetaes, e mui principalmente os bosques tenham huma immensa influencia sobre os climas, sobre as estações, sobre a fertilidade, e salubridade da terra. He por estas razões, que os bosques prestão mil beneficios ao homem, além dos preciosos productos de que o enriquece (MAIA, 1835, p. 4).

Deste modo, no final de seu discurso, Silva Maia apela para a conservação das florestas também para usos econômicos e militares: “Conservemos pois os bosques; eles fornecerão nossos Arsenaes e Estaleiros, de madeiras, lenhas, carvão, alcatrão e brêo; nossas Boticas de Resinas, Gommas, Lenhas, e Raises; elles purificarão a atmosphaera, e tornarão férteis e sadias, terras doentias e insalubres” (MAIA, 1835a, p. 11).

Isto posto, a intenção de reformar os costumes brasileiros, confessada pelo próprio autor em seus discursos médicos analisados aqui, demonstra para nós, a importância civilizatória que Silva Maia creditava à ciência. Saberes, que como vimos, promovia o Estado junto de seus homens de “sciencias e letras” como responsáveis por reformar os bárbaros costumes vigentes no Brasil.

Não sendo a circulação dos elementos presente em sua concepção sobre natureza a única noção que servia para modificar os hábitos do nascente país em prol da nação, a higiene médica de nosso autor, ao conjecturar sobre as propriedades dos corpos das mulheres negras escravizadas, como veremos, além de encaixar-se com as forças que formavam o poder hegemônico, parece confluir positivamente para a formação da identidade nacional entre a boa sociedade e a Ordem Saquarema em construção.

3.2 O ALEITAMENTO MATERNO COMO LEI DIVINA: SILVA MAIA E OS PERIGOS DAS AMAS PARA O FUTURO DA NAÇÃO

Como veremos neste último intertítulo, os saberes neo-hipocráticos relacionados à circulação dos elementos e suas doenças não foram as únicas teorias que marcaram presença nos trabalhos médicos do Dr. Silva Maia. Outras tradições relacionadas à higiene social também configuraram entre os conhecimentos apropriados pelo nosso autor.

Desenvolvidas essas noções durante o processo de governamentalização do Estado, aos levantamentos e compreensões sobre o mundo natural, incentivados pela economia política moderna, somaram-se também os saberes sobre o corpo. Como apontam Rafael Mantovani e Maria Cristina da Costa Marques (2020, p. 338-345), de uma prática individual do cuidado de

si, em busca de vitalidade na Antiguidade, o termo higiene passara por transformações que foram da sobriedade pessoal e dieta regrada até as políticas de Estado do século XVIII em diante, as quais tendo a divisão do trabalho dos súditos como riqueza, incentivaram conjuntos de saberes e intervenções que mensurassem e estendessem a vida humana tida como recurso a ser gerido.

De acordo com as fontes pesquisadas, o cuidado com a higiene, por meio de uma atividade racionalmente elaborada, surgiu na Grécia Antiga e reapareceu no Renascimento, na obra de Luigi Cornaro, como um saber específico sobre o prolongamento da vida. Na modernidade, a higiene se tornou um ramo da economia política: personagens que foram importantes homens de Estado teorizaram a respeito de como manter a nova “riqueza das nações”, o trabalho, pois era aquilo que determinava o real valor de troca das mercadorias. E se Adam Smith abre o seu livro clássico afirmando que o aperfeiçoamento das forças produtivas é a divisão do trabalho, era necessário estudar esse fenômeno que passava a enriquecer as nações, conhecê-lo por meio da demografia, da análise da expectativa de vida, da observação das variáveis que poderiam otimizar cada elemento (o trabalhador) dessa cadeia etc. (MANTOVANI; MARQUES, 2020, p. 339).

Desse modo, as formas de higiene que tinham a intenção de prolongar a vida, distanciadas cada vez mais das práticas de si da Antiguidade, implicaram não somente em dados estatísticos populacionais e nas teorias neo-hipocráticas que propunham alterações dos espaços públicos em busca de salubridade. Michel Foucault (1988, p. 117) chama atenção para o importante papel da sexualidade a partir do século XVIII na consolidação da ordem burguesa em conjunto do desenvolvimento e a integração institucional do Estado nas relações de poder. Percebendo como o próprio corpo e a sexualidade foram elementos de distinção e autolegitimação política usados pela burguesia, o que o autor chama de dispositivo de sexualidade seriam os diferentes mecanismos e saberes sobre o corpo e o sexo que passaram a ter “como razão de ser, não o reproduzir, mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global” (FOUCAULT, 1988, p.100).

Assim, em consonância com as novas relações de poder entre o Estado e os interesses de mercado, constituíram-se sobre a família elementos formadores da sexualidade que tiveram como objetos de conhecimento o corpo feminino, a precocidade infantil, a regulação dos nascimentos e a especificação das perversões. Sendo o incesto uma preocupação central, necessário a ser evitado a fim de preservar o dispositivo de aliança e sua relação econômica, jurídica e estratégica no corpo social, a família como lugar mais ativo na constituição da sexualidade passou a ser apoiada por médicos, pedagogos e psiquiatras que constituíram diversos discursos de saber. Dessa maneira, o corpo da mulher passou a ser considerado

saturado de sexualidade pela medicina, a sexualidade infantil passou a ser objeto de médicos e pedagogos (assim como de cuidado e apreensão familiar), o controle da natalidade e seus diversos saberes foram aos poucos incorporados pelo Estado e os domínios sobre a perversão com a psicanálise foram importantes objetos de conhecimento no século XIX (FOUCAULT, 1988, p.101,102).

Tendo a tecnologia do sexo da ordem burguesa desenvolvida a partir da aliança oriunda do Poder Pastoral medieval, transformou-se o sexo e os corpos em objetos científicos a se conhecer, assim como negócio de Estado, em que todos os indivíduos foram intimados a se vigiarem. O medo do castigo eterno orquestrado pela pastoral cristã de antigamente, passou por readequações, e a partir de então, como forma coercitiva e de controle, tinha-se como fundamento o problema da vida, a exigência de uma normalidade regulada pelo saber médico, pedagógico e demográfico.

Por conseguinte, os discursos e saberes produzidos durante os séculos XVIII e XIX, em conjunto com a integração institucional do Estado nas relações de poder, passaram a ter como problema central as questões da vida e da doença, regendo as condutas em nome da saúde e da higiene.

as campanhas sobre a natalidade deslocam, de outra forma e em outro nível, o controle das relações conjugais, cujo exame a penitência cristã empreendera com tanta obstinação. Continuidade visível, mas que não impede uma transformação capital: a tecnologia do sexo, basicamente, vai-se ordenar a partir desse momento, em torno da instituição médica, da exigência de normalidade e, ao invés da questão da morte e do castigo eterno, do problema da vida e da doença. A “carne” é transferida para o organismo (FOUCAULT, 1988, p. 110).

Sendo assim, dentre esses saberes desenvolvidos que intervíram na lógica familiar em torno da sexualidade, os quais primeiramente valorizaram o corpo da burguesia e num segundo momento se espalharam como mecanismos de controle generalizado da população, nos interessa o papel da medicina, sobretudo quando esta, no que Foucault chama de “histerização do corpo da mulher”, exerce um processo de dominação em que o corpo feminino, de acordo com o mesmo (1988, p. 98), foi “posto em comunicação orgânica com o corpo social (cuja a fecundidade regulada deve assegurar), com o espaço familiar (do qual deve ser elemento substancial e funcional) e com a vida das crianças (que produz e deve garantir, através de uma responsabilidade biológico-moral que dura todo o período da educação).”

Assim sendo, são essas “obrigatoriedades”, supostos deveres para com a criação das crianças defendidos pelo discurso médico, que buscaremos problematizar na fala de Silva Maia sobre o aleitamento materno no Brasil. Além disso, atentaremos para alguns elementos

presentes em seu discurso alinhados ao contexto do Regresso Conservador, que buscara consolidar a ordem social a partir da centralização e expansão do Estado brasileiro também por meio da direção moral, política e intelectual sobre a sociedade (MATTOS, 1987, p. 156-168).

Posto isso, o *Ensaio sobre os perigos a' que estão sujeitos os meninos quando não amamentados por suas próprias mãis*", de 1834, além de revelar uma postura civilizadora sobre os grupos dominantes, característica comum dos intelectuais estabelecidos na Corte, também apresenta elementos relacionados à concepção de natureza de nosso autor, assim como, ao buscar interferir em prática senhorial tão enraizada dentro das elites, parece articular-se com a tentativa de expansão do Estado sobre a boa sociedade.³¹

Deste modo, tendo como objetivo revelado em seu prólogo “fazer ver o quanto he antinatural, deshumano e pernicioso ao Brasil, que as mãis Brasileiras deixem de amamentar os seus filhos” (MAIA, 1834, p. VIII), ainda em sua introdução o autor exemplifica um pouco mais sua intenção quando afirma que:

se conseguir que algumas verdadeiras mãis Brasileiras, **lendo** com atenção este meu pequeno trabalho, deixem de entregar seus filhos a mulheres mercenárias, evitando desta maneira uma pratica tão fatal as crianças e á ellas mesmas, e tão nociva ao nascente Brasil; terei alcançado tudo o que dezejo; (MAIA, 1834, p. IX, destaque nosso).

A passagem transcrita acima, assim como o lugar onde foi lido, a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, nos permitem observar o seletivo grupo social com o qual o Dr. Silva Maia estava se referindo e considera necessário corrigir para o bem futuro do “nascente Brasil”. Sendo o seu estudo um apelo às mulheres leitoras e que tinham condições de entregar seus filhos aos cuidados de amas de leite, prática segundo o autor muito comum e nociva ao Brasil, Silva Maia tem como público-alvo de instrução e convencimento as mulheres das elites socioeconômicas brasileiras, grupo com o qual muitos dos ilustrados como ele pertenciam e se identificavam (SCHWARCZ, 2015, p. 33).

Como vemos em Lorena Telles (2018), o emprego de mulheres empobrecidas para criar e amamentar os filhos da aristocracia europeia foi bastante difundido nas sociedades atlânticas escravistas, assim como outros padrões educacionais e concepções patriarcais que

³¹ O referido trabalho, discursado no dia 6 de junho de 1834, além de possuir o mesmo tema da tese que conferiu ao autor o título de doutor em medicina pela Faculdade de Paris em 1833, denominado de *Essai sur les dangers de L' allaitment par les nourrices*, no dia 12 de julho daquele ano, oficializou Silva Maia como Membro Titular da Sociedade de Medicina, após a leitura do parecer sobre o Ensaio feito pelo então presidente da instituição o Dr. Joaquim Cândido Soares de Meirelles (1797-1868) (REVISTA MÉDICA FLUMINENSE (RMF), 1835, p. 3). O parecer de membro titular concedido ao Dr. Silva Maia consta na edição de número 6 do mês de setembro da **Revista Médica Fluminense**. Rio de Janeiro, RJ: Typ. Fluminense de Brito, 1835-1841. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/revista-medica-fluminense/341622>. Acesso em: 31 de mai de 2021.

passaram a figurar nas sociedades coloniais. Assim, dentro do mundo doméstico das elites brasileiras, tanto nas cidades quanto nas zonas rurais, perseverou “a crença na fragilidade das mães brancas e de seu leite, considerado fraco em oposição ao mito da robustez e da abundância de leite entre as mulheres negras e africanas” (TELLES, 2018, p. 100). Fatores que concorreram para a adoção do costume de se alugar ou dispor das próprias escravas para amamentarem e criarem os filhos das mulheres brancas nos primeiros anos de suas vidas.

A cidade do Rio de Janeiro, onde Silva Maia viveu boa parte de sua vida (1834 -1859), e de onde redigiu o já referido ensaio, segundo a mesma autora (2018, p. 102), possui destaque na historiografia devido ao grande volume de anúncios de aluguel de amas de leite em seus jornais. Tendo cerca de 40% da população escravizada composta por mulheres na primeira metade do século XIX, a capital imperial nos finais dos oitocentos tinha mais da metade dessas escravas ocupadas em tarefas domésticas, muitas delas, como amas.

Os anúncios de aluguel dessas cativas, procuradas nos meses finais da gravidez ou logo após o parto das senhoras, demonstram particularidades bastante cruéis do escravismo doméstico.

Quando as famílias não dispunham de uma escrava nutriz, era comum que recorressem aos numerosos anúncios publicados nos jornais da cidade. As relações sociais no mercado urbano de locação tinham especificidades: o convívio entre ama cativa, bebê e família locatária costumava ocorrer enquanto durasse a amamentação, geralmente antes de a criança completar um ano ou mesmo antes. A cativa poderia ser dispensada devido à falta de leite; em caso de doença ou fuga; ou se seus serviços não agradassem. A mais traumática das adversidades era o desaparecimento de seus próprios bebês. Pesquisas baseadas em anúncios publicados em jornais cariocas ao longo do século XIX revelam que 90% deles não faziam menção à existência do bebê da escrava, sendo comuns as expressões “sem cria”, “e também se vende a cria”, “aluga-se com o filho ou sem ele”. A separação das mães e bebês constituía uma estratégia dos senhores interessados em aumentar seus ganhos, pois as famílias locatárias estiveram dispostas a pagar o triplo pelos serviços temporários e exclusivos da ama sem o bebê (TELLES, 2018, p. 102, 103).

Sendo a amamentação por escravas prática comum no Brasil, veremos quais são os principais argumentos de Silva Maia para pôr fim a esse costume que vigorava principalmente dentro das abastadas famílias brasileiras. Prática que para Mariana Muaze (2018), revelava um *habitus* senhorial importante para a construção subjetiva das oligarquias escravistas, embora a adoção de amas escravas tenha se difundido também em outros setores.

Partindo da concepção que “a saúde e o aperfeiçoamento do físico e moral do homem depende quase sempre da maneira como elle foi educado na infância” (MAIA, 1834, p.8), lamentando que, mesmo com a “experiência cotidiana” e grandes nomes como Rousseau e Locke tendo defendido tal proposição, “ella parece ser quase desconhecida pelo nenhum

cuidado que se põe nos primeiros dias de nossa existência”, Silva Maia (1834, p. 9) se diz convencido da grande utilidade que o nascente Império tirará da “grande verdade” que ele anuncia: a de que a natureza determinou que as mães se encarregassem da primeira educação “do fruto de suas entranhas”.

A ideia de que os deveres maternos foram determinados pela natureza no discurso de Silva Maia é acompanhada pela noção de uma determinação divina. Deste modo, o autor prevê um devido arrependimento das mães que não criassem seus filhos, chegando até mesmo a praguejar contra aquelas que se eximissem da “mais santa das leis naturaes”.

Assim, mãis affectuosas, sêde as primeiras directoras de vossos filhos, se quereis obedecer a voz divina, e se não quereis vos expor a longos e dolorosos remorsos, fazei por elles o que não fizerão por vós, **aperfeiçoai desde o nascimento o phisico e moral destes pequenos sêres, pelo leite segregado em vossos peitos, e pelo vosso disvello em bem dirigir os seus primeiros passos nesta nova existência.** Quanto á vós, ó mãis cruéis, que desprezais a mais santa das leis naturaes, um justo castigo vos espera nos sofrimentos que hides passar pela falta de execução deste dever sagrado (MAIA, 1834, p. 9, 10, grifo nosso).

Dessa maneira, como podemos notar, a interferência sobre a prática recorrente nas famílias oligárquicas possui preocupação moralizadora e com o crescimento da população. Questões que o próprio autor (1834, p.10) afirma serem essenciais para o futuro da nação que buscava-se construir. Como veremos abaixo, antes mesmo da chegada das primeiras publicações românticas, que tinham entre seus objetivos reformar os costumes para o progresso brasileiro, a defesa para que as mães brancas passassem a amamentar e criar seus filhos é acompanhada de um apelo ao amor pelo país:

[...] principalmente no Brasil onde a cada momento observamos mãis consentirem sem piedade alguma que escravas pela maior parte brutas e imundas amamentem seus filhos. He deste bárbaro costume, que provém uma grande parte da desmoralização que reina entre nós. **Origem fecunda de males incalculáveis, ella tem sem dúvida diminuído metade de nossa população. Assim mãis Brasileiras, se verdadeiramente amais nosso bello paiz, pondeis em pratica a aleitação materna, que desta maneira muito concorrereis para a reforma de nossos costumes de que tanto precisamos, e para o aumento de nossa população, da qual o Brasil tanta necessidade tem para o desenvolvimento de suas imensas riquezas naturaes, e para a sua futura prosperidade** (MAIA, 1834, p. 10, grifo nosso).

Retórica mais que romântica, apelando para o amor e futuro progresso do nascente império, como na ilustração setecentista, Silva Maia busca reformar e modernizar os costumes brasileiros. Os quais, eram tidos como atrasados e bárbaros, a partir da persistente concepção de que os padrões europeus seriam os reais modelos de civilidade, com a diferença agora, que o discurso intelectual civilizador vinha em conjunto do valor patriótico em construção.

Assim sendo, apropriando-se das teorias médicas europeias, para o autor, metade das mortes da população brasileira seriam causadas pelo costume das mães brancas não amamentarem seus filhos. Ademais, o aleitamento deixado para as amas, mulheres negras escravizadas, causaria não somente males físicos, mas também morais sobre as crianças. Dessa maneira, os supostos perigos que os garotos do império corriam ao não serem criados pelas suas mães poderiam ser divididos para o Dr. Maia em “três grandes classes”: (MAIA, 1834, p.17)

[...] na primeira colocamos aquelles que provem da negligência ou da ignorância das amas de leite, estes rigorosamente ainda são susceptíveis de serem prevenidos; na segunda acha-se **os perigos inherentes a constituição destas mulheres mercenárias, perigos difíceis e muitas vezes impossíveis de prevenirem-se**, na terceira classe em fim, estão aquelles que affectão a vida moral do individuo, perigos tanto maiores quanto a mãe mais retarda em chamar seu filho junto a si (MAIA, 1834, p. 17, 18, grifo nosso).

Compreendendo que o aperfeiçoamento físico e moral dos bebês viria do leite materno e da direção das mães no cuidado de suas crias, dentre os principais fundamentos da teoria médica de Silva Maia, o seu entendimento sobre as diferenças entre o leite materno das mulheres brancas e de suas escravas nos intriga.

Concebendo existir “perigos inherentes” na constituição das escravizadas, os argumentos sobre as propriedades do leite materno revelam aspectos de sua compreensão sobre o “natural”, o que nos interessa mais particularmente, por ser parte dos objetivos de nossa dissertação compreender a concepção de natureza de nosso autor (MAIA, 1834, p. 9-18).

Assim, antes de analisar sobre as propriedades tidas como inerentes aos corpos das escravizadas e das mães brancas, Silva Maia elenca diversos males causados pela negligência e ignorância das amas. Fatores da “primeira classe” dos “perigos”, agravados no Brasil, segundo ele (1834, p. 20), pelo fato dessas mulheres serem “escravas Africanas pela maior parte brutas e cheias de doenças imundas”, a constatação de que as amas seriam invariavelmente negligentes com os bebês é seguida de casos em que diversos males que acometiam as crianças eram causados pelos cuidados equivocados e displicentes daquelas mulheres. Dessa maneira, o excesso de papas de banana e leite, o balanço dos bebês com muita violência, as “gulodices” dadas para os garotos pararem de chorar, irritavam as vísceras, causavam convulsões e até mesmo a morte (MAIA, 1834, p. 18-26).

A despeito dos descuidos das amas, inconcebíveis para o autor de serem cometidos pelas mães brancas, entre as alegações médicas a fim de convencê-las a cuidarem e amamentarem seus filhos, o leite materno e suas propriedades recebem relativo espaço de atenção na retórica médica de Silva Maia. Partindo da constatação de que haveria uma grande

relação entre o leite da mãe e as necessidades do recém-nascido, nosso autor compreende que à medida que a criança cresceria, mais o leite materno tomaria consistência. Com tal entendimento, Silva Maia imputa outro problema relacionado ao aleitamento feito por uma mulher estranha, sobretudo no Brasil, onde, como o autor destaca, tomava-se as amas muitos meses depois destas parirem, não acompanhando o leite delas as necessidades dos bebês (MAIA, 1834, p. 26, 27).

Contudo, esse não seria o único problema do leite das amas, que embora jamais superasse o leite das verdadeiras mães, poderia sim apresentar “bemfazer qualidades”, as quais difeririam de mulher para mulher, de acordo com os alimentos consumidos, o ar respirado e os “hábitos particulares” de cada uma (MAIA, 1834, p. 27).

O leite de uma mulher estranha poderá acaso apresentar estas bemfazer qualidades? Sem duvida que sim; porém he necessário que ella tenha parido ao mesmo tempo que a mãe, condição bastante rara para a não considerar se não como uma excepção, principalmente no nosso Brasil, onde tomão-se as amas de leite quase sempre muitos mezes depois de seus partos. Além disto o leite de uma outra mulher deve sempre possuir qualidades differentes e muitas vezes diametralmente opostas ás da mãe; pois a differença de alimentos, a differença algumas vezes do ar que respirão, e os hábitos particulares a cada uma dellas, devem muito influir sobre esta secreção, como acontece com todas as outras. As bellas experiencias que Doyeux, e Parmentier fizerão á 50 annos sobre a analyse de differentes leites de mulheres, provão a toda evidencia esta minha asserção, pois estes grandes chimicos virão, que todos os leites examinados por elles, não se assemelhão nem na cor, nem no cheiro, nem no sabor, e na consistência, por isso as suas propriedades deviam tambem variar: demais estes chimicos reconhecerão, que durante as affecções vivas de uma ama, o seu leite tornava-se um liquido amarello sem sabor, nem cheiro, e que na hysteria elle vertia-se em um liquido viscoso como a clara de ovo. Tambem he somente pelo leite da ama ser diferente do da própria mãe, que poderemos explicar esta revolução súbita, que se opera na constituição fraca do minino, revolução que causa esta palidez, estes vômitos, esta magresa, e a morte as vezes, a que estão sujeitas as crianças confiadas a mulheres mercenárias, posto que estas reunão para este fim todas as qualidades necessarias; assim he delicado, fraco, e sujeito ás indigestões um menino, que teria sido robusto e gosaria de boa saude, se sua mãe o tivesse criado; (MAIA, 1834, p. 27, 28).

Alertando também para a possibilidade de doenças que apareceriam na vida adulta e que estariam relacionadas com o leite dado na infância por uma ama, Silva Maia chama atenção para o estado de saúde de muitas escravas alugadas ou compradas para aleitarem. Dando de exemplo um caso que atendera em sua prática médica no Rio, de uma escrava com doença venérea que há seis meses havia dado à luz e por quatro fora ama de leite de um garoto da Corte, o Dr. Silva Maia afirma que muitas pessoas adultas que morrem na cidade adquiriram as doenças das amas que lhes deram de mamar na infância (MAIA, 1834, 30-32).

Porém, das propriedades naturais e inerentes aos corpos das mulheres negras escravizadas, uma nos chama mais atenção, a qual não é colocada nem mesmo no ensaio que vínhamos falando.

É no texto *Memória sobre o tabaco* que nosso autor, mais uma vez, apresenta em seu discurso a relação que faz entre uma Ordem divina harmônica presente na natureza e uma meta-identidade dos seres vivos com seus locais de origem. Com sua noção de “solo pátrio”, da mesma maneira que os seus trabalhos zoológicos buscavam enfatizar e explicar as especificidades da fauna de cada local, o texto de memória sobre o fumo apresenta a noção de que o “Creador” teria colocado as diferentes espécies em seus lugares de origem onde nada faltaria para que elas crescessem de maneira “vivaz” (MAIA, 1835c, p. 8).

Como vimos anteriormente, para Silva Maia (1835a, p. 1), uma das leis divinas que despertaria no homem admiração por Deus seria a distribuição dos seres vivos na Terra, de modo que cada animal ou vegetal, em sua geografia dos seres vivos, possuiria condições específicas para sua existência e que influiriam em suas transformações ao longo do tempo (MAIA, 1854a, p. 40-42).

Entretanto, com sua noção de que as leis naturais teriam equivalentes no mundo social, e a natureza se comunicaria com as questões humanas, tanto os homens como os outros seres, respeitando as determinações divinas, apesar de algumas espécies serem “cosmopolitas”, possuiriam cada uma delas “seu paiz” e “sua pátria”, sem as quais, todos correriam sérios riscos de não sobreviver.

Cada animal, por assim dizer, tem seu paiz, sua patria, na qual cada um vive, propaga-se e morre. Todos são filhos do solo aonde se acham, do qual senão podem ordinariamente afastar sem perigo de vida. Excepto o homem, algumas aves e peixes dotados de vigorosos e lesto meios de locomoção, bem poucos são os animais verdadeiramente cosmopolitos (MAIA, 1854a, p. 40).

Desse modo, a analogia entre as exatas propriedades necessárias a uma planta de acordo com a distribuição Original e o leite materno parece ser autoexplicativa para o autor. O qual estabelece a relação de que as amas negras degenerariam física e moralmente as crianças por jamais poderem fornecer as adequadas propriedades de seus seios como as mães brancas, sendo essa lógica, a mesma no caso do tabaco, originário da América e das Índias, que ao ser introduzido em outros solos se degenerava, apresentando colheita apenas uma vez ao ano por não ter as condições exatas pelas quais havia sido determinado para sobreviver.

Esta planta que he vivaz no Brasil, e em todos os paizes donde he natural, torna-se annual na França, e em muitas outras partes da Europa para onde tem sido

transplantada. O mesmo acontece a muitas das nossas plantas, quando são arrancadas do solo pátrio, para serem plantadas em outro estrangeiro; **e isto de certo he também hum bom argumento de analogia a favor do que há pouco publiquei sobre a lactação materna; pois se os vegetaes degenerão quando são nutridos por hum solo estranho, muito mais devem sofrer os homens, corpos de huma organização muito mais complicada, quando não são amamentados por suas próprias mãis** (MAIA, 1835c, p. 8, grifo nosso).

Assim, esse tipo de relação presente em seus textos, de plantas e solo originário com leite materno e as crianças, indica que as leis divinas que ordenariam tudo que é natural possuiriam correlatos diretos sobre todos os aspectos humanos para Silva Maia.

À vista disso, para nós é significativo que este argumento, relacionado à sua concepção Providencialista, hierárquica e ordenada sobre a natureza, seja fundamento para intervir em prática senhorial tão enraizada entre nossas elites. Para além dos significados de distinção social e até mesmo da crença em preservar a moral feminina de uma prática colocada por séculos como voluptuosa, a exploração dos corpos das escravas como amas, para Mariana Muaze (2018, p. 365-385), possuía desdobramentos profundos na classe senhorial. O costume constituiria, para a autora, uma segunda natureza, uma autoconsciência das elites brasileiras que influía na forma delas verem e se verem no mundo. Naturalizando as hierarquias e as relações de violência que constituíam a escravidão, desde a mais tenra idade, as crianças da classe senhorial, dispendo dos corpos dessas amas, construíam suas identidades através de um cotidiano de violência e afetos que reforçavam os papéis patriarcais da ordem familiar escravista. A qual resistiu muitas vezes às normas externas influenciadas pelas transformações econômicas, sociais e políticas que condicionaram o processo de construção do Estado brasileiro.

Compreendendo que a hegemonia política Saquarema se constituiria não somente por estes terem sido alçados ao governo, mas também por outros meios de direção política, moral e intelectual realizados por grupos simpáticos à ordem centralizadora, dentro da Sociedade que um ano depois se tornaria órgão oficial de Estado, Silva Maia lança mão de sua noção sobre natureza divina para modificar e disciplinar um aspecto importante do âmbito doméstico das famílias senhoriais.

Embora a recomendação de extinguir o hábito das amas não tenha sido praticamente ouvida entre as famílias brasileiras, já que o costume se estendera amplamente na sociedade até o final do século XIX, o raciocínio de Silva Maia acaba representando para nós, de maneira indireta e até inconsciente, um possível avanço do Estado sobre aqueles que precisavam se acostumar com a regulação de suas vontades e liberdades nas esferas pública e privada, aspectos importantes para garantir a ordem social e soberania territorial de acordo com as noções que formavam a hegemonia do Regresso. Afinal, como afirma Mattos:

Governar o Estado consistia, pois, em não só coibir as exagerações daqueles que governavam a Casa, tanto no que diz respeito ao mundo do governo quanto no que tange o mundo do trabalho, mas em sobretudo empreender as tarefas que eram entendidas como transcendentais às possibilidades daqueles, entre as quais avultava a de propiciar a continuidade dos monopólios que fundavam a classe. Governar o Estado era, no fundo e no essencial, elevar cada um dos governantes da Casa à concepção de vida estatal (MATTOS, 1987, p. 120).

Demonstrando em seus trabalhos ser dono de um pensamento eclético, em termos de apropriações científicas diversas, Silva Maia já na década de 1830 parece possuir em suas ideias noções semelhantes à dos debates raciais ocorridos na metade do século XIX no Brasil. Como vemos em Kaori Kodama (2008, p. 423, 424), na Sociedade Contra o Tráfico e Promotora da Civilização dos Indígenas, da qual ele também fez parte na década de 1850, não se combateu o tráfico e o fim gradual da escravidão apenas por questões humanitárias. Em seus debates no Periódico o Philantropo (1849 – 1852), a preocupação dos pares da Sociedade sobre a formação do povo brasileiro continha um debate ativo sobre raças. Tendo o jornal a posição de considerar o cruzamento racial como anomalia, para o grupo, a separação delas é que estaria de acordo com a “ordem natural das cousas” (KODAMA, 2008, p. 422).

Assim, apesar de não ser comum médicos e naturalistas acharem funesto o cruzamento racial na primeira metade do século XIX, além do significado de raça para o momento ser ambíguo, segundo Kodama (2008, p. 423), prevalecia como sentido do termo a noção de um coletivo de origem comum, como equivalente ao de nação; para a mesma autora (2008, 423, 424), no caso do Philantropo, parecia predominar uma concepção essencialista de raça baseada na tradição poligenista. A qual, compreendendo as diferenças entre os homens como prova do surgimento separado de tipos humanos, não entendia as diversidades fenotípicas apenas pelo acaso das circunstâncias do meio, mas também por questões intrínsecas aos seres.

A exemplo das posições dos médicos da Sociedade Contra o Tráfico sobre o debate racial nas discussões para a substituição do trabalho escravo pela mão-de-obra livre europeia, Kodama (2008) cita o posicionamento do médico Caldre e Fião (1821-1876), para o qual a questão das raças seria entendida por um viés místico sobre a condenação de alguns povos pelo pecado.

Embora o jornal não se declarasse a favor da teoria poligenista, seus debates sobre o fim do tráfico e os projetos de substituição da mão-de-obra escrava acabavam ganhando um aporte próximo a ela, ao explicitarem mais enfaticamente a relação entre a “nação brasileira” e a “racialização” que perpassava o problema do trabalho livre. É possível dizer que o termo “raça” presente no *Philantropho* acabava assim por envolver uma atitude pessimista criada pela própria ciência do período, no que concerne aos estudos dos povos não europeus. No mesmo texto de Caldre e Fião,

expunha-se que das duas perspectivas possíveis sobre a origem do homem, a naturalista, para a qual seriam as distinções entre as raças somente acidentais, e a doutrina mística, a qual defendia existirem povos condenados pelo pecado, era a segunda a assumida pelo redator. Sua defesa de um “povo homogêneo” calcava-se ao mesmo tempo em uma noção racial que despontava em alguns discursos científicos do momento, e em uma perspectiva bíblica sobre a condenação de alguns povos (KODAMA, 2008, p. 423, 424).

Desse modo, além do racismo que Silva Maia transparece em seu ensaio, frequentemente chamando as amas de “brutas”, “stúpidas” e “imundas”, as suas concepções transformistas sobre os seres e a maneira como ele considera as amas essencialmente inferiores e degeneradas, nos dão motivos para refletir brevemente sobre a maneira como ele explicava a suposta inferioridade das mulheres negras (MAIA, 1834, p. 15-35).

Assim, compreendendo haver apenas uma espécie humana, constituída em “huma só ordem, huma só família” (MAIA, 1858, p. XII), dividida essa em “raça branca ou caucasiana”, “amarela ou Mongollica”, “cor de cobre ou americana”, “Preta, Melanica ou Ethiopica”, em sua concepção monogênica sobre as raças, diferente neste aspecto da de Caldre Fião, transparecem algumas questões que buscaremos desmembrar (MAIA, 1858, p. irreg).

Sendo adepto das noções de Geoffroy de Saint-Hilaire para explicar as transformações dos seres de acordo com os estímulos externos do meio ao longo do tempo, Silva Maia compreende uma preponderância das estruturas internas dos seres vivos sobre os estímulos ambientais que provocariam mudanças nas formas de vida, limitadas essas, por “Um Plano da Criação” (KURY, 1998, p. irreg).

Dessa maneira, diferentemente do monogenismo de Buffon, o qual acreditava na teoria da degenerescência para explicar a existência das raças, em que o homem, originalmente branco, teria desenvolvido diferenças físicas e morais através da alimentação, clima e cultura, Silva Maia, por outro lado, limitando as influências dos fatores externos, parece conceber noções ontológicas e metafísicas sobre a essência dos corpos das amas negras (TODOROV, 1993, p. 118-120).

Dessa forma, apesar de orientar-se pelo pensamento de Geoffroy de Saint-Hilaire sobre os aspectos da fisiologia animal, o qual segundo Caponi (2008, p. 171), compreendia as mudanças nos seres através dos fatores externos limitados pelas estruturas dos líquidos embrionários comuns aos vertebrados, não sendo este um Providencialista, apesar de suas ideias serem próximas da morfologia de Goethe, detentora essa de noções ontológicas sobre uma estrutura primordial das plantas, Silva Maia, no entanto, parece misturar suas noções transformistas com explicações que envolviam diretamente a natureza com a vontade divina. Isso não só para enaltecer a natureza tropical e vincular ela com o amor pátrio, mas também

para justificar certa inferioridade intrínseca das amas. Pois elas, assim como os outros seres, estariam vinculadas em sua essência pela Ordem divina aos locais de onde originalmente viriam, no caso delas, a África.

Sendo assim, o aleitamento das crianças brancas feito pelas amas, além de desrespeitar a lei sagrada que obrigaria as mães a cuidarem dos seus filhos, representaria uma quebra da harmonia divina, afinal, as crianças da corte, oriundas pela herança de seus pais de outra região, a Europa cristã, possuiriam uma natureza mais elevada na ordem hierárquica presente tanto no mundo natural quanto no social (MAIA, 1835a, p. 1, 2; 1854a, p. 40- 42; 1864a, p. 1-3).

À vista do que fica exposto em seus textos, os argumentos raciais presentes de maneira subjacente no ensaio de Silva Maia, pautam-se principalmente pelo viés da teologia natural de Bernardin de Saint-Pierre, tratado por ele em seus trabalhos como “profundo” e “interessante” autor (MAIA, 1835a, p. 6, 7). Referência cara ao pensamento de Silva Maia, Saint-Pierre parece não separar as questões tidas como naturais e determinadas pela Providência daquelas que envolviam as nações e os homens. Deste modo, nosso autor acaba concebendo as propriedades das amas como nefastas aos bebês, às famílias brancas, e, conseqüentemente, à ideia de nação brasileira com a qual ele se identificava em construir.

Assim sendo, sob um viés mais místico do que propriamente científico para os parâmetros do momento, Silva Maia demonstra possuir uma interpretação própria sobre as referências externas de que faz uso para tratar das reformas necessárias para o Brasil de sua época.

Isto posto, não sendo o seu raciocínio livre de contradições, em casos excepcionais, quando a mãe realmente estivesse impossibilitada de amamentar, na busca de amenizar os danos às crianças, encontrar uma ama que “reunisse todas as qualidades necessárias” para a função não era o suficiente. Para suprir as necessidades do homem na infância, que segundo o Dr. Maia (1834, p. 7), “recente-se sempre, se quando elle vem ao mundo, não recebe todas as atenções que exige sua fraca existência, ou se sua primeira educação não é bem dirigida”, a mulher mercenária, incumbida de amamentar a criança, teria de ficar acompanhada bem de perto pela genitora, para que só assim nada faltasse ao filho.

Para que a educação da infância seja bem feita, para que o phisico e moral dos meninos não padeção na sua vida futura, he de absoluta necessidade que as suas mãis os criem aos proprios seios, ou ao menos quando ha impossibilidade real de executar esta nobre função, que elles sejam criados por amas que reunão para isto todas as qualidades necessárias, **debaixo da presença daquella que os trouxe durante nove mezes no ventre**, pois só desta maneira nada lhes poderá faltar (SILVA MAIA, 1834, p. 9, grifo nosso).

Compreendendo que um outro perigo representado pelas amas seria o mau exemplo na educação dos garotos, premissa que também destacamos no ensaio de nosso autor é o apelo ao amor materno. Elemento este presente nos discursos iluministas do século XVIII, quando mudanças econômicas e sociais passaram lentamente a desenvolver uma outra divisão do trabalho nas regiões da Europa pré-capitalista, as quais para Elisabeth Badinter (1985), influenciaram no resgate do amor materno dentro da sociedade francesa, habituada à prática de contratar mulheres mercenárias sobretudo dentro dos setores mais prósperos.

Assim sendo, outro argumento na retórica médica de Silva Maia para intervir no âmbito doméstico das elites, é a importância do amor das progenitoras, elemento que representaria grande diferencial entre a maneira de criação das amas e a das verdadeiras mães.

Um menino tem tanta necessidade dos cuidados de sua mãe como do seu próprio leite. Uma mulher estranha, por melhores que sejam suas qualidades para ser ama de leite, raramente poderá dar aos recém-nascidos tudo que eles tem direito de exigir de suas mães. A observação diária ao mesmo tempo que nos mostra a veracidade destes dous princípios, também nos diz que o amor materno he causa desta grande diferença que existe entre as mães e as amas (MAIA, 1834, p.18).

Sendo assim, para o doutor Silva Maia (1834, p. 18), o amor materno, “que reina no coração das mães dignas deste nome”, considerado “incompreensível agente”, seria tão poderoso e importante que é a única explicação para as “acções temerárias de algumas mães, que se tem precipitado em fogos, nos maiores abismos, nas bocas mesmo de animaes ferozes para de lá salvarem seus filhinhos” (MAIA, 1834, p. 19).

Para nós, é no mínimo interessante a gama de elementos que o autor elenca em seu estudo a fim de delegar mais uma tarefa doméstica para as mulheres de seu tempo. A concepção instintiva e inata sobre o amor materno, contestada por Badinter (1985) a partir da existência de exemplos históricos de maternidade diferentes dos desenvolvidos em nosso tempo, é um interessante elemento de reflexão.

A autora, justamente refletindo sobre o hábito entre as francesas do Antigo Regime de delegar a criação de seus filhos para amas distantes de suas casas, desmascara a ideia do amor inato de uma mãe sobre o seu bebê. Para a filósofa (1985, p. 14), o amor materno “é adquirido ao longo dos dias passados ao lado do filho, e por ocasião dos cuidados que lhe dispensamos”. Além do mais, é necessário considerar que nem todas as mulheres possuem este sentimento, sem contar com o fato de que a existência da nossa espécie não depende essencialmente dos cuidados e do amor das genitoras, afinal, como afirma a mesma (1985, p. 17), “qualquer pessoa que não a mãe (o pai, a ama, etc.) pode ‘maternar’ uma criança”.

Derrubando concepções positivas sobre a natureza e as filosofias essencialistas do Iluminismo, Badinter (1985, p. 18), concebendo não “existir nenhuma harmonia preestabelecida, nem integração necessária entre as exigências da criança e as respostas da mãe”, enfatiza o peso que a antiga divisão sexual do trabalho exerceu sobre as mulheres na designação das funções maternas, pois para a ela (1985, p. 18), não é só o amor que faz as mulheres cumprirem seus supostos “deveres maternos”, mas diversos elementos como a moral, os valores sociais e religiosos presentes na sociedade em que se vive.

Assim, a despeito dos raciocínios produzidos pelos médicos brasileiros contrários ao aleitamento feito pelas amas, prática que significava para as mulheres brancas afirmação do status social e que perdurou por quase todo o século XIX, nota-se no discurso médico de Silva Maia, desde o ano que ele voltara definitivamente para o Brasil, uma insistência em alçar o país aos “padrões civilizatórios” europeus de sua época (TELLES, 2018, p. 104).

Não possuindo a pátria ainda as condições estruturais dos meios de produção, cuja organização inspirou o resgate do “mito do amor materno” para reforçar mais uma tarefa doméstica às mulheres, sendo para ele o destino de toda nação ser “moralizada e industriosa” (MAIA, 1864a, p. 2), nosso autor não tem dúvidas quanto ao seu papel junto ao Estado para modernizar os costumes da boa sociedade brasileira. Lugar de onde viriam os meninos fortes, saudáveis, inteligentes e morais que o “Brasil tanta necessidade tem para o desenvolvimento de suas imensas riquezas naturais, e para a sua futura prosperidade” (MAIA, 1834, p. 10).

Finalmente, após apontar os perigos que a falta do aleitamento e cuidados maternos representariam para as crianças, vinculando os corpos das mães brancas diretamente aos interesses da sociedade, Silva Maia acaba seu ensaio citando Rousseau, segundo o qual, para ele, seria a melhor pessoa “para falar ao coração das mães, e ao saber dos homens de estado” (1834, p. 37). Como vemos:

Dignem-se as mães, diz elle, criar seus filhos, os costumes se reformarão de si mesmos, os sentimentos da natureza se despertarão em todos os corações, o estado se tornará a povoar esta primeira clausula, esta clausula única reunira tudo. O atrativo da vida domestica he o melhor contra-veneno dos maus costumes; o barulho que os meninos fazem, que se crê importuno, he pelo contrario agradável; elle faz o pai e a mãe mais necessários, mais caros um ao outro, aperta de novo entre elles o laço conjugal. Quando a família he activa e animada, os cuidados domésticos fazem a maior occupação da mulher, e o mais doce divertimento do marido. Assim corrigido este único abuso, uma reforma geral se seguiria, e em pouco tempo a natureza teria novamente adquirido todo os seus direitos. Cumprão as mulheres com exactidão os deveres de mães, que os homens serão igualmente bons pais e maridos (ROUSSEAU, apud MAIA, 1834, p. 38).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de nosso trabalho buscamos compreender a partir dos textos médicos e de história natural de Silva Maia a sua concepção sobre natureza, procurando além disso relacionar suas ideias sobre o mundo natural com o contexto histórico brasileiro do final da Regência e início do Segundo Reinado.

Integrante ativo das principais instituições de saber concentradas na Corte da primeira metade do século XIX, lugares de sociabilidade onde buscou-se irradiar princípios e valores para a construção de uma nacionalidade, Silva Maia, apropriando-se de saberes produzidos na Europa, atribuiu à natureza tropical valores simbólicos e cosmo-políticos para a identidade brasileira em construção, ao mesmo tempo, conferiu elevada importância para a necessidade de melhor explorar o mundo natural, tido como recurso essencial para o progresso do país (KURY, 1998, p. irreg.; PÁDUA, 2002, p. 182).

Conhecido dentre seus pares como pouco afeito às questões políticas de sua época, consideramos aspectos de sua geração intelectual e trajetória, assim como as principais características dos grupos mais próximos a ele, a fim de compreender seu lugar social e melhor entender sua inserção junto ao movimento romântico brasileiro que buscara civilizar através “das sciencias e letras” a boa sociedade.

Assim, diante da ausência de campo intelectual autônomo em sua época, tendo Silva Maia feito parte dos círculos intelectuais mais importantes da Corte, compostos por homens como ele, distintos por sua formação superior, dependentes de cargos públicos e interessados na preservação das hierarquias e distinções sociais reforçadas pelo Regresso Conservador, buscamos elencar esses elementos para melhor historicizar o contexto em que suas obras foram produzidas, para só assim analisar os conteúdos e as ideias presentes em seu discurso.

Após remontar as condições em que Silva Maia legou seus trabalhos, ao analisar suas noções sobre o mundo natural, presentes em textos publicados no *O Guanabara*, em discursos realizados na Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro e até mesmo em trabalhos sobre história pátria, notamos que seu entendimento sobre a distribuição dos seres na Terra é resultado de suas interpretações sobre tradições que vinculavam as leis da natureza com as sociedades humanas. Misturando aspectos da ciência humboldtiana com o Providencialismo da teologia natural de Bernardin de Saint-Pierre, Silva Maia, ao seu modo, vincula as naturezas locais de maneira orgânica com as nações (PÁDUA, 2002, 182, 183; KURY, 1998, p. irreg).

Desse modo, além de seus trabalhos exaltarem os diferentes elementos do mundo natural como símbolos nacionais, a concepção de natureza presente na obra de Silva Maia

possui afinidades e relações com a promoção da Ordem Monárquica que vão além da valorização simbólica dos trópicos, ou as frequentes menções ao Imperador.

Compreendendo a natureza como ordem hierárquica, a partir da percepção da interdependência dos seres entre si e com os ambientes, onde tudo teria seu papel determinado pela Providência, ao conceber que esses princípios ordenadores teriam leis equivalentes que deveriam ser respeitadas no âmbito social, percebemos certa afinidade entre a concepção de natureza de nosso autor e a Ordem Monárquica de seu tempo. A qual, baseada na legitimidade dinástica, implementada pelo Regresso, reforçou as hierarquias dentro do governo, preservando também as distinções de classe e raça que definiam os Mundos do Governo, do Trabalho e da Desordem (MATTOS, 1987, p. 148-152).

Ademais, sendo suas noções de interdependência e harmonia presentes no mundo natural argumentos centrais nos discursos feitos na Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, os quais pretendiam reformar os “bárbaros costumes” do corte das matas e o aleitamento feito pelas amas, os diagnósticos e soluções para os problemas que afetavam a população de nosso nascente país são acompanhados por certa promoção do Estado como regulador das questões públicas e privadas (MAIA, 1835a, p. 6).

Assim, com sua eclética apropriação de saberes, que vão das tradições associadas à economia da natureza até princípios da higiene médica, compreendemos os esforços intelectuais de Silva Maia como fatores confluentes na direção intelectual, política e moral da construção da ordem conservadora do pós-independência.

FONTES

- Emílio Joaquim da Silva Maia. *Ensaio sobre os perigos a que estão os meninos sujeitos quando não amamentados pelas próprias mães. Apresentado na Sociedade do Rio de Janeiro na seção de 18 de junho de 1834*. Rio de Janeiro: Impresso na Tipografia de R. Ogier, 1834. Ex-líbris da Coleção Thereza Cristina. BN/SOR 69, 2, 11 n. 1. (38 p.) Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/bndigital2100/bndigital2100.pdf. Acesso em: 27 jul. 2021

- Emílio Joaquim da Silva Maia. *Discurso sobre os males que tem produzido o corte das matas e sobre os meios de os remediar; lido na sessão pública da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro em 30 de junho de 1835*. Rio de Janeiro: Tipografia Fluminense de Brito e Cia. 1835a. (12 p.) Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/bndigital2101.pdf. Acesso em: 27 jun. 2021.

- Emílio Joaquim da Silva Maia. *Noticias das Sciencias Accessorias*. Revista Médica Fluminense, n. 1. abr. 1835b. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/341622/per341622_1835_00001.pdf. Acesso em: 27 jun. 2021.

- Emílio Joaquim da Silva Maia. *Memória sobre o tabaco: lida nas sessões da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro de 6 e de 18 de dezembro de 1834*. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial de Signot Plancher, 1835c. Ex-líbris da coleção Thereza Cristina. BN/ SOR 69, 2, 11 n. 3. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/bndigital2102/bndigital2102.pdf. Acesso em: 27 jul. 2021.

- Emílio Joaquim da Silva Maia. *Elogio Histórico do Dr. José Pinto de Azeredo*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 2, 1840. p. 629 - 635.

- Emílio Joaquim da Silva Maia. *Duas especies novas de beija-flores*. Rio de Janeiro: Minerva Brasiliense, Seção de Sciencias – ornithologia brasileira, nov. 1843. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/703095/per703095_1843_00001.pdf. Acesso em: 27 jul. 2021.

- Emílio Joaquim da Silva Maia. *Elogio Histórico a José Bonifácio de Andrada e Silva*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 8, 1846.

- Emílio Joaquim da Silva Maia. *Algumas ideias sobre a geographia zoológica*. Rio de Janeiro: Bibliotheca Guanabarensis, Relatório dos trabalhos da Sociedade Vellosiana, 1854a. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/guanabara/700630>. Acesso em: 22 mar. 2021.

- Emílio Joaquim da Silva Maia. *Memória sobre os beija-flores, onde se refere aos seus usos e hábitos de muitas espécies brasileiras*. Rio de Janeiro: Bibliotheca Guanabarensis, Relatório dos trabalhos da Sociedade Vellosiana, 1854b. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/guanabara/700630>. Acesso em: 22 mar. 2021.

- Emílio Joaquim da Silva Maia. *Memória sobre usos e costumes de alguns beija-flores brasileiros, observados e escriptos pelo Dr. Emilio Joaquim da Silva Maia*. Relatório dos trabalhos da Sociedade Vellosiana, 1854c. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/guanabara/700630>. Acesso em: 22 mar. 2021.
- Emílio Joaquim da Silva Maia. *Esboço histórico do Museu Nacional, servindo de introdução a trabalhos sobre as principaes especies zoologicas do mesmo estabelecimento*. Rio de Janeiro: Biblioteca Guanabarensis, Relatório dos trabalhos da Sociedade Vellosiana, 1854d. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/guanabara/700630>. Acesso em: 22 mar. 2021.
- Emílio Joaquim da Silva Maia. *Estudos Históricos sobre Portugal e Brasil. Estudo Primeiro (servindo de introdução)*. S. L. S.D. 1864a. Arquivo particular do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
- Emílio Joaquim da Silva Maia. *Estudos Históricos sobre Portugal e Brasil. Estudo nono. O Brasil principia a ser explorado com gosto e eficiência. Naturalistas brasileiros desde 1780 a 1820*. S.L.S.D. 1864b. Arquivo particular do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
- Emílio Joaquim da Silva Maia. *Quadros synopticos do reino animal, onde se adopta o methodo natural de Cuvier com as precisas modificações conforme o estado atual da sciencia, organizados para facilitar o estudo da zoologia no internato e externato do Collegio de Pedro II*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1858. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=6nu6KQef9f0C&printsec=frontcover&source=gbs_atb&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false . Acesso em: 27 jul. 2021.

REFERÊNCIAS

- AGULHON, Maurice. Definições, antecedentes, pontos de partida. In: Andrea Doré; Luiz Carlos Ribeiro. (Org.). **O que é Sociabilidade?**. São Paulo: Intermeios, 2019. p. 27-35
- ALONSO, Angela. Apropriação de ideias no Segundo Reinado. In: Keila Grinberg; Ricardo Salles. (Org.). **O Brasil Imperial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, v. III, p. 83-118.
- ALENCASTRO, Luis Felipe de. **O fardo dos bacharéis**. Novos Estudos CEBRAP, n. 19, 1987. Disponível em:
https://scholar.google.com/citations?view_op=view_citation&hl=fr&user=VIWWGOGAAAAJ&citation_for_view=VIWWGOGAAAAJ:4OULZ7Gr8RgC . Acesso em: 13/07/2021.
- ANDRADA e SILVA, José Bonifácio de. **José Bonifácio de Andrada e Silva**. Coleção Formadores do Brasil. São Paulo: Ed. 34, 2002.
- ALVES, Cláudia. Contribuições de Jean François Sirinelli à história dos intelectuais da educação. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 33, n. 67, p. 27-55, jan/abr. 2019. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/47879/25775> . Acesso em 13/07/2021.
- BADINTER, Elisabeth. **Um Amor conquistado: o mito do amor materno** / Elisabeth Badinter; tradução Waltensir Dutra. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BLAKE, Augusto Victorino A. S.. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883, v. I. Disponível em:
<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221681> . Acesso em 13/07/2021.
- BIRRELL, Augustin. Preface. In: BARINE, Arvède. **The Great French Writers: Bernardin de St. Pierre**. Gutenberg Org. USA. 2019.
- BLAKE, Augusto Victorino A. S.. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893, v. II. Disponível em:
<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221681> . Acesso em: 13/07/2021.
- BLAKE, Augusto Victorino A. S.. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895, v. III. Disponível em:
<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221681> . Acesso em: 13/07/2021.
- CAPANEMA, Guilherme. Relatório dos trabalhos da sociedade Velosiana do ano de 1850. **Revista Guanabara**, 1854. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=700630&Pesq=Silva%20Maia&pagfis=1631> . Acesso em: 13/07/2021.
- CANDIDO, Antonio. Literatura, espelho da América?. **Remate de Males**, 3 dez. 2012.
- CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos, 1750-1880**. 16. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul; São Paulo: FAPESP, 2017.

CALDEIRA, Jorge. Introdução. *In: José Bonifácio de Andrada e Silva*. Coleção Formadores do Brasil, São Paulo: Ed. 34, 2002.

CAPONI, Gustavo. O darwinismo e seu outro, a teoria transformacional da evolução. *Scientia Studia*, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 233-42, 2005. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:mhk51ujU29YJ:https://www.revista.s.usp.br/ss/article/download/11034/12802+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> . Acesso em 13/07/2021.

CAPONI, Gustavo. La función del principio de la compensación de los órganos en el transformismo de Etienne Geoffroy Saint-Hilaire. *Scientia Studia*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 169-78, 2008. Disponível em: https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:CAAtT57LI_cwJ:https://www.scielo.br/scielo.php%3Fscript%3Dsci_arttext%26pid%3DS1678-31662008000200002+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br . Acesso em: 13/07/2021.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. A vida política. *In: A construção nacional: 1830-1889*, v. 2. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p. 83-129.

CALAFATE, Pedro. **A ideia de natureza no século XVIII em Portugal (1740-1800)**. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1994.

COELHO, Edmundo Campos. **As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822 – 1930**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 9. ed. São Paulo: UNESP, 2010.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira**. 9. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

DOMINGUES, Angela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, vol. VIII (suplemento), 823-38, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702001000500002> . Acesso em 13/07/2021.

DROUIN, Jean-Marc. **Reinventar a Natureza**. A ecologia e sua história. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

EDLER, Flavio Coelho. Pesquisas em parasitologia médica e circulação do conhecimento no contexto da medicina colonial. *In: BASTOS, Cristiana; BARRETO, Renilda (Orgs.). A circulação do conhecimento: medicina, redes e impérios*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciência Sociais, 2013.

FERREIRA, L. O. Negócio, política, ciência e vice-versa: uma história institucional do jornalismo médico brasileiro entre 1827 e 1843. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, vol 11 (suplemento 1): 93-107, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702004000400005> . Acesso em: 13/07/2021.

FERREIRA, L. O. Introdução. In: SIGAUD, J. F. X. **Do Clima e das Doenças do Brasil ou estatística médica deste império**. / J. F. X. Sigaud; Tradução de Renato Aguiar. – Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009. 424 p., tab. (coleção História e Saúde; Clássicos e Fontes).

FERREIRA, L. O. O viajante estático: José Francisco Xavier Sigaud e a circulação das ideias higienistas no Brasil Oitocentista (1830-1844). In: BASTOS, Cristiana; BARRETO, Renilda (Orgs.). **A circulação do conhecimento: medicina, redes e impérios**. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciência Sociais, 2013.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos V. Ética, Sexualidade e Política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 264-287. Disponível em: https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:XcjYAzHhLfgJ:https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/405406/mod_resource/content/2/foucault_%2520etica_cuidado_si.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br . Acesso em: 13/07/2021.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. (Org). **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense / Universitária, 1995, p. 231-249.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FOUCAULT, Michel. O que é a crítica? - conferência proferida por Michel Foucault na Sociedade Francesa de Filosofia em 27 de maio de 1978. Tradução: Tradutores independentes. Rio de Janeiro: LUG editora, 2018. Disponível em: <http://clinicand.com/wp-content/uploads/2021/04/O-que-e-a-critica-versao-final.pdf> . Acesso em 13/07/2021.

FONSECA, Maria Rachel Fróes. Cysneiros, Francisco Freire Allemão de. In: **Dicionário Histórico Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)**. Online. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/cisfranfrei.htm#trajetoria> . Acesso em: 13/07/2021.

FRAGOSO, J. L.; TEIXEIRA DA SILVA, F. C. A política no Império e no início da República Velha: Dos barões aos coronéis. In: LINHARES, M. Y. **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 177-209.

FRAGELLI, I. C.; PIMENTA, P. P; SOLIVA, A. C., Apresentação. In: BUFFON, **História Natural**. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

GARCIA, Lúcia. Emílio Joaquim da Silva Maia. Um intelectual no Império do Brasil. **R. IHGB**, Rio de Janeiro, a. 168(437): 67-153, out./dez. 2007. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B52TfDyGHoA1VjhPR1NobzRBMFE/view?resourcekey=0-ccVVnIRrpy6aMO18jPHr4A> . Acesso em: 13/07/2021.

GONÇALVES, Sérgio Campos. A Figura do Intelectual e a Razão Universal na Fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **Brasiliana – Journal for Brazilian Studies**. v. 2, n. 1, p. 37-69, mar. 2013. Disponível em: <https://tidsskrift.dk/bras/article/view/7885/6682> . Acesso em: 14/07/2021.

GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-27, jan. 1988. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935/1074> . Acesso em: 14/07/2021.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

JASMIN, Marcelo. Apresentação. In: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KESTLER, Isabela. M. F. Johan Wolfgang von Goethe: arte e natureza, poesia e ciência. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 13 (suplemento), p. 39-54/ out. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702006000500003> . Acesso em: 14/07/2021.

KODAMA, Kaori. O periódico O Philantropo e o debate racial na década de 1850. In: III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2007, Florianópolis. **Anais - 3o Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Florianópolis: Oikos Editora, 2007.

KODAMA, Kaori. Os debates pelo fim do tráfico no periódico O Philantropo (1849- 1852) e a formação do povo: doenças, raça e escravidão. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 28, n 56, p. 407- 430, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882008000200007> . Acesso em: 14/07/2021.

KURY, Lorelai. Ciência e nação: Romantismo e história natural na obra de E. J. da Silva Maia. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, v. 2, p. 267-91/ jul – out. 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59701998000200001> . Acesso em: 17/07/2021.

KURY, Lorelai. Viajantes e naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, v. 8 (suplemento), 863-80, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/grhQqtzkqm3FRhdYhZWY94k/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 14/07/2021.

KURY, Lorelai. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**. v. 11 (suplemento 1): 109-29, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702004000400006> . Acesso em: 14/07/2021.

LAEMMERT, Eduardo e Henrique. **Almanak Administrativo Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 1843.

LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX**. 2 ed. São Paulo: Aderaldo & Rothchild; Brasília, DF: Ed. UnB, 2009.

LOWY, Michael; SAYRE, Robert. **Romantismo e Política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LORENZ, Karl M. A zoologia filosófica no Brasil: Explorando as modernas correntes do pensamento científico no colégio de Pedro II em meados do século XIX. **Revista História da Educação**, v. 11, n. 21, p. 133-158, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321627125007> . Acesso em 14/07/2021.

LOSADA, Janaina Zito. Discursos de natureza: a produção da história oitocentista no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **Patrimônio e Memória**, n. 1, v. 7, p. 118-133, 2011. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/133> . Acesso em: 14/07/2021.

LYNCH, Christian Edward Cyril. O pensamento conservador ibero-americano na era das independências (1808-1850). **Lua Nova**, n. 74, pp. 59-92. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/8yvtePS89wtDjyPn7CHtgwb/?lang=pt&format=pdf> . Acesso em: 14/07/2021.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Modulando o tempo histórico: Bernardo Pereira de Vasconcelos e o conceito de “regresso” no debate parlamentar brasileiro (1838-1840). **Almanack Guarulhos**. n. 10, pp. 314-334, ago. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alm/a/dCZyYK33L7P8DXHCR6GXNpL/?lang=pt>. Acesso em 12/07/2021.

MACEDO, Joaquim Manoel de. **Anuário biográfico brasileiro**. III volume. Rio de Janeiro, Typographia e Lithografia Imperial do Instituto Artístico. 1876.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema**. São Paulo: HUCITEC, 1987.

MAMIGONIAN, Beatriz G. **Abolição do tráfico de escravos – 170 anos da Lei Eusébio de Queirós**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. *E-book*.

MANTOVANI, Rafael; MARQUES, Maria Cristina da Costa. Higiene como prática individual e como instrumento de Estado. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, abr.-jun. 2020, p. 337-354. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/yMLRbdcvgNYtQFP5Mr57gYC/?lang=pt&format=pdf> . Acesso em: 14/07/2021.

MORAES SILVA, Antonio de. **Diccionario da Lingua Portuguesa II tomo**. 4. ed. Lisboa: Impressão Régia, 1831.

MORSE, Richard. **O espelho de Próspero**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MUAZE, Mariana. Maternidade silenciada: amas de leite no Brasil escravista, século XIX. In: Helen Osório e Regina Célia Lima Xavier. (Org.). **Do tráfico ao pós-abolição: trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil**. São Leopoldo: Oikos, 2018. *E-book*. Disponível em:

<http://oikoseditora.com.br/files/Do%20tr%C3%A1fico%20ao%20p%C3%B3s-aboli%C3%A7%C3%A3o%20-%20E-book.pdf> . Acesso em: 14/07/2021.

NUNES RIBEIRO, Santiago. Introdução. **Minerva Brasiliense, jornal de ciencias, letras e artes**. n.1, novembro, 1844. Disponível em:

<http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/handle/fcrb/283> . Acesso em: 14/07/2021.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786 - 1888**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PÁDUA, José Augusto. Natureza e sociedade no Brasil monárquico. In: Keila Grinberg; Ricardo Salles. (Org.). **O Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, v. III, p. 313 - 365.

PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. Exórdio. **Revista Guanabara**, tomo III de 1855. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=700630&Pesq=Silva%20Maia&pagfis=1230> . Acesso em 13/07/2021.

PINHEIRO, Artidório Augusto Xavier. **Organização das Ordens Honoríficas do Império do Brazil**. São Paulo, Typographia a Vapor de Jorge Seckler & co., 1884. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/182896> . Acesso em: 14/07/2021.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1999.

RANGEL, M. M. **Poesia, história e economia política nos Suspiros poéticos e Saudades e na Revista Niterói. Os primeiros Românticos e a civilização do Império do Brasil**. 2011. 316 f. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) – Departamento de História Do Centro de Ciências Sociais, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.17771/PUCRio.acad.18523> . Disponível em: 14/07/2021.

RANGEL, M. M. O período Regencial e o clima histórico melancólico: pessimismo e esperança na poesia de Gonçalves Magalhães. **Art Cultura**, Uberlândia, v. 15, n. 26, p. 169 - 186, jan - jun. 2013. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/29144/16215> . Acesso em 14/07/2021.

RIBEIRO, Luiz Carlos. A sociabilidade na narrativa histórica. In: Andrea Doré; Luiz Carlos Ribeiro. (Org.). **O que é Sociabilidade?**. São Paulo: Intermeios, 2019. p. 37-55.

RICUPERO, Bernardo. **O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830 – 1870)**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ROSENBLATT, Helena. The Christian enlightenment. In: BROWN, Stewart J. e TACKETT, Timothy (Ed.). **The Cambridge History of Christianity**. Cambridge: Cambridge U. P., 2008, v. VII, p. 283-301.

SALLES OLIVEIRA, Cecília Helena de. Paixão pelo Poder. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, n. 74, nov. 2011, p. 18-21.

SILVA, Neilson José da. Diferença Fundamental entre o Pensamento Tomista e a Filosofia Kantiana. **Primeiros Escritos**, n.2, p. 124-129, 1999. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/primeirosescritos/article/view/104861> . Acesso em: 09/07/21.

SILVA DIAS, Maria Odila Leite da. Aspectos da ilustração no Brasil. **R. IHGB**, Rio de Janeiro. 278: 105-169, jan/mar. 1968. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxKSsaGxXVEpBbnRRRUU/view?resourcekey=0-gILzR-f3eYJLqSityQXQDA . Acesso em: 14/07/2021.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz, **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz, **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. 13. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SUSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TALMON, J. L. **Romantismo e Revolta: Europa 1815-1848**. Lisboa: Verbo, 1967.

TELLES, Lorena. F. S. Amas de leite. In: **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos** / Lilia Moritz Schwarcz e Flávio dos Santos Gomes (Orgs). – São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 99-105.

TODOROV, Tzvetan. **Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana**, v. 1. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1993.

VARELA, Alex Gonçalves. **Atividades Científicas na “Bela e Bárbara” capitania de São Paulo (1796-1823)**. São Paulo: Annablume, 2009.

VITTE, Antonio Carlos; SILVEIRA, Roberison Wittgenstein Dias da. Considerações sobre os conceitos de natureza, espaço e morfologia em Alexander von Humboldt e a gênese da geografia física moderna. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, jul-set. 2010, p. 607-626. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/yv554GBmwchWDDwJnBnKWFS/?lang=pt&format=pdf> . Acesso em: 14/07/2021.

WULF, Andrea. **A invenção da natureza: a vida e as descobertas de Alexander von Humboldt**. 2. ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.